



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAFAEL DE PAULA LIMA FERREIRA

**TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES NEGROS E PERIFÉRICOS DA
CIDADE DO RECIFE E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL**

Recife

2020

RAFAEL DE PAULA LIMA FERREIRA

**TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES NEGROS E PERIFÉRICOS DA
CIDADE DO RECIFE E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Jaileila de Araújo Menezes

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

F383t Ferreira, Rafael de Paula Lima.
Trajetórias de adolescentes negros e periféricos da cidade do Recife e o cuidado em saúde mental / Rafael de Paula Lima Ferreira. – 2020.
136 f.: il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Jaileila de Araújo Menezes.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.
Inclui referências, anexos e apêndices.

1. Psicologia. 2. Juventude - Adolescência. 3. Preconceito. 4. Fortalecimento - Potencialização. 5. Proteção Integral – Assistência médica. 6. Saúde Mental. I. Menezes, Jaileila de Araújo(Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-204)

RAFAEL DE PAULA LIMA FERREIRA

**TRAJETÓRIAS DE ADOLESCENTES NEGROS E PERIFÉRICOS DA
CIDADE DO RECIFE E O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 17/08/2020

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Jaileila de Araújo Menezes (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. João Paulo Pereira Barros (Examinador Externo)
Universidade Federal do Ceará

Prof^o. Dr^o. Alexandre Simão de Freitas (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Existem diversas pessoas que considero significativas em toda minha trajetória de vida e que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse onde cheguei. Mas gostaria de reservar este espaço para agradecer apenas àquelas que foram diretamente essenciais neste que foi um dos maiores desafios que já enfrentei na vida. Concluir este mestrado foi um doloroso trabalho de superação e resultou em um enorme sentimento de realização pessoal. E estes seres fizeram com que tudo fosse possível:

Primeiramente, Deus, por conduzir minha vida e nunca me desamparar. Por ser minha fonte de força e de esperança. Sem ele eu não sou nada.

Minha mãe, Salete, pela sua dedicação enquanto mãe, pela mulher forte que é, por ser uma referência de fé e de luta. Obrigado por tudo, mainha, pelas suas orações, pela torcida, por me prover das necessidades básicas e, principalmente, pelo seu amor. Você é a pessoa mais importante de minha vida!

Isabelle Xavier, pelo seu amor, pela paciência em me escutar, pelos conselhos, pela sua presença confortadora e pela companheira maravilhosa que você é. Como é bom saber que você existe em minha vida. E saber que estamos construindo uma história muito bonita juntos. Que esse nosso mestrado seja apenas o começo e que abra muitas portas em nossas vidas. Eu não consigo parar de agradecer a Deus por ter permitido que você fizesse parte da minha trajetória neste mundo. Te amo pra sempre!

Meus gatos Mingau, Mimososa e Nina, que, mesmo sem ter consciência, enchem meu coração de amor e motivação para viver.

Jaileila Menezes, por ser a melhor orientadora do mundo! Não consigo imaginar a possibilidade de existir alguém melhor do que ela. Parabéns pela profissional e, principalmente, pelo ser humano que você é, Jaileila. Obrigado por ter me acolhido mesmo sem me conhecer, por ter me ensinado tanto e por ter sido compreensiva nos momentos mais difíceis que vivi. Você marcou minha história definitivamente.

Professora Karla Galvão, pelo acolhimento desde a graduação e por ter sido fundamental para meu retorno à UFPE nesta pós-graduação. Karlinha, você mora em meu coração. Também te parableno pela profissional e pela pessoa incrível que você é.

Gostaria de agradecer também a todas as pessoas que integram o grupo do GEPCOL. Obrigado por terem me recebido tão bem, por serem pessoas tão comprometidas e afetuosas e pelas trocas de conhecimento. Vou sentir saudades de vocês. Agradeço especialmente a Claudemir (Júnior) pela parceria, pelas nossas conversas e, acima de tudo, pela amizade

formada. Espero que ela perdure até o fim de nossos dias. Você também foi muito importante nesta caminhada.

Quero agradecer ainda a toda a equipe do CAPS onde esta pesquisa foi realizada, especialmente a Diego (gerente operacional) pela abertura e confiança e Mônica (gerente clínica) pela parceria ao longo de todo o processo. Não poderia deixar de agradecer também aos quatro participantes desta pesquisa por aceitarem conversar comigo, compartilhando suas histórias e revirando memórias amargas, e pelo exemplo de humanidade que demonstraram, mesmo diante de tudo o que já viveram.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento de minha bolsa de estudos, que foi essencial ao longo de todo o processo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a perspectiva de adolescentes negros e periféricos sobre os principais aspectos que constituem suas trajetórias existenciais até o atual contexto de judicialização de suas vidas em um dispositivo territorial de Saúde Mental. Para isso, buscaremos identificar as experiências com racismo vivenciadas pelos sujeitos; compreender os impactos afetivos e as resistências produzidas por eles diante das violências que acometem suas vidas; e investigar o lugar de um CAPS como possível equipamento participante na produção de resistências. O estudo fundamenta-se na Psicologia Social em diálogo com perspectivas pós-estruturalistas e decoloniais. Escolhemos como lócus de pesquisa um CAPS AD da cidade de Recife, especializado no atendimento de adolescentes que fazem uso problemático de álcool e outras drogas. Foram entrevistados quatro sujeitos que estão sendo acompanhados pelo serviço por determinação judicial. Para a análise, utilizamos a perspectiva metodológica da Análise Temática com a finalidade de delimitar e discutir as marcas de opressões e resistências que se destacam nos discursos dos adolescentes. Foram identificadas diversas situações de discriminação racial experimentadas, principalmente, através de estigmatizações cotidianas e da violência institucional praticada por policiais. Apesar do sofrimento manifesto na forma de sentimentos de mágoa, humilhação e desvalor, os adolescentes conseguem desenvolver posturas ético-estético-políticas frente à vida, as quais operam na condição de resistências a mecanismos de poder que se empenham em desumanizá-los e exterminá-los. Constatamos, ainda, que a chegada dos participantes desta pesquisa ao CAPS colaborou para o fortalecimento e a potencialização de suas vidas, por meio do reconhecimento deles enquanto sujeitos de direitos. O estudo concluiu que as trajetórias de vida desses adolescentes servem como referências para o fomento de rupturas com produções discursivas e práticas puramente criminalizadoras e patologizantes disseminadas na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Adolescentes. Racismo. Resistência. Judicialização. Saúde mental.

ABSTRACT

The following research has the objective of analyzing the perspective of black suburban teenage boys about the main aspects that make up their existential paths to the current context of judicialization of their lives in a mental health facility. To do that, we shall try to identify the subjects' experiences with racism; comprehend the impacts to their affection and the resistances produced by them in the face of the violence that pervades their lives; and investigate the possible participation of a CAPS (Center of Psychosocial Attention) in their creation of resistances. The study bases itself on Social Psychology in its dialogue with post-structuralist and decolonial perspectives. As the locus of the research, we have chosen a CAPS AD in the city of Recife, which specializes in treating adolescents who have trouble with the use of alcohol and other drugs. Four subjects who are currently using the service by legal determination have been interviewed. For the analysis, we have used the methodological perspective of Thematic Analysis in order to narrow down and discuss the signs of oppression and resistance that stand out in the interviewees' discourses. Several instances of racial prejudice have been identified as having been experienced by them, especially through routine stereotyping and the institutional violence that is practiced by police officers. Despite the suffering that comes through in the form of feelings of resentment, humiliation and worthlessness, the teenagers manage to develop ethical-aesthetical-political stances to face life with, which work as ways to resist power mechanisms that attempt to dehumanize and exterminate them. We have also concluded that, for the subjects of this research, coming to CAPS has collaborated to strengthening and potentializing their lives, by recognizing them as subjects of rights. The study concludes that the life paths of these teenage boys serve as references for how to abolish discourses and practices that are purely criminalizing and pathologizing, which are widespread in Brazilian society.

Keywords: Adolescents. Racism. Resistance. Judicialization. Mental health.

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas
CENIP	Centro de Internação Provisória
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CONAD	Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
RPA	Região Político-Administrativa
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	OS PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS EM JOGO NA CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	16
2.1	A racialização da desigualdade social e do extermínio sistematizado	16
2.2	A interface Justiça-Saúde Mental como dispositivo de controle e a produção de resistências.....	25
3	REFERENCIAL EPISTÊMICO-METODOLÓGICO.....	31
3.1	Procedimentos metodológicos	34
3.1.1	Desenho da pesquisa	34
3.1.2	Local da pesquisa.....	34
3.1.3	Participantes.....	35
3.1.4	Cuidados éticos	36
3.1.5	Procedimentos iniciais e recrutamento dos participantes.....	36
3.1.6	Instrumentos de coleta	38
3.1.7	O percurso das entrevistas com os adolescentes	40
3.1.8	O caminho para a análise dos dados.....	42
4	ANÁLISE	46
4.1	Racismo como processo de deslegitimação social	50
4.2	Impactos afetivos e existenciais na produção das subjetividades.....	63
4.2.1	Sofrimento ético-político como manifestação da dimensão afetiva dos processos de subjetivação	63
4.2.2	Resistências múltiplas e estéticas da existência.....	71
4.3	Desinstitucionalização como humanização de práticas e produção de novas subjetividades	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	121
	APÊNDICE A – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)	128
	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	130
	APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista.....	132
	APÊNDICE D – Caixa de Objetos	135
	ANEXO A – Charges manuseadas pelos entrevistados	136

1 INTRODUÇÃO

O olhar sobre o uso e tráfico de drogas ilícitas, assim como seus desdobramentos sobre a vida de adolescentes negros e moradores das periferias das cidades brasileiras, envolve um grande desafio, que requer uma abordagem ampla e complexa. É fundamental atentarmos para a diversidade de atravessamentos que perpassam a existência desses sujeitos; seus contextos sociais, marcados por omissões do Estado que produzem situações de vulnerabilidade, assim como as intervenções que se dão por meio de uma aparelhagem que atualiza processos históricos de violência e exclusão.

Em decorrência das condições socioeconômicas em que vivem, esses adolescentes, assim como suas famílias, muitas vezes se encontram em situação de risco e desamparo social. O uso de drogas pode vir, portanto, a ocupar um lugar de subsistência nestas situações, seja anestesiando esta realidade ou mesmo funcionando como um negócio rentável. Em ambos os casos, a droga torna a vida um pouco mais suportável, apesar de, paradoxalmente, também poder levá-la ao limite. Quando não conseguem visibilizar sua inserção em projetos legais, esses sujeitos tornam-se mais suscetíveis ao envolvimento com o tráfico e, conseqüentemente, mais vulneráveis ao extermínio. Alguns dos que conseguem sobreviver são alcançados pelas políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, dentre elas o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e o Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, como esta intervenção, que acontece a nível micro, não vem acompanhada de mudanças macrossociais, estes sujeitos ficam presos a um circuito que os devolve para as mesmas condições sociais anteriores, gerando um novo ciclo de vulnerabilizações e reincidências.

A atual conjuntura política brasileira torna urgente a necessidade de dar visibilidade às artimanhas políticas que vêm se articulando para a construção de um cenário ainda mais excludente e opressor para as camadas mais desfavorecidas da população. Adolescentes negros e periféricos, desde sempre, tiveram suas vidas marcadas por privações de direitos; porém, quando olhamos para a história recente do nosso país, logo percebemos que antigas práticas estão sendo exacerbadas por meio de ações higienistas e corretivo-repressivas em vigor desde a ditadura militar, assim como pela redução destes sujeitos à condição de alvos matáveis por meio de atividades policiais. O estereótipo que articula raça, classe, uso e posse de drogas para criminalizar adolescentes negros e periféricos produz diversas formas de violência contra eles, amparadas por políticas governamentais repressivas de combate ao

tráfico. Não é raro assistirmos a notícias em que estes sujeitos são apreendidos como criminosos, portando pequenas quantidades de drogas, independentemente de ser para uso pessoal ou para venda. Mélló, Vicentin e Moraes (2019) explicam que, iniciada no Brasil em 1964, a “guerra às drogas” foi subsidiada por uma mídia sensacionalista, por governos reacionários e pelas elites amedrontadas com a violência. Essa guerra se arrasta e se intensifica em nossos dias, concedendo poder à polícia para agir de forma ilegal, por intermédio de sistemáticas violações de direitos humanos e da naturalização do extermínio destes meninos e meninas, que são alçados à condição de inimigos públicos a serem retirados de circulação ou eliminados. É para eles que o sistema penal mostra-se efetivo. Batista (2003) lembra-nos de que há uma clara diferença entre os modos como jovens periféricos e ricos são tratados quanto à criminalização por uso ou tráfico de drogas – que, associada a uma aceitação social velada do consumo, permite chegar à conclusão de que a droga em si não é o problema, mas a necessidade de controle daquele recorte da juventude concebido como perigoso.

Esta criminalização fundamentalmente racista, que institui um Estado penal seletivo, efetiva-se por meio de uma série de jogos de verdade e relações de poder intrincadas na concepção e na fixação de “identidades drogaditas” na adolescência e juventude negra e pobre. Com isso, na medida em que é produzida para estas uma essência, passa-se a situá-las a partir de uma perspectiva tida como anormal do *adolescere*, já que as teorias evolucionistas do desenvolvimento humano compreendem este processo como linear e homogêneo. Seria este o suposto fundamento legitimador das intervenções do Estado sobre a vida destes sujeitos, dada a dimensão de criminalidade e violência naturalizada neste discurso sobre “anormalidade” que, por si só, segrega pessoas. E é notória a relação direta existente entre essa perspectiva e as teorias eugenistas que fundamentaram a racionalidade escravagista e pós-abolicionista em nosso país. Estas sempre alegaram a existência de uma propensão natural do sujeito negro ao crime, modelando o olhar do sistema de justiça e da cobertura midiática até os dias de hoje.

E, ao que parece, este processo se retroalimenta, na medida em que a judicialização da vida destes adolescentes negros e periféricos produz formas de confinamento em instituições socioeducativas e de Saúde Mental, atualizando e contribuindo para a construção de um olhar marginalizante. Além da violência institucional praticada pela polícia, medidas judiciais coercitivas determinam internações em instituições socioeducativas, em hospitais psiquiátricos ou comunidades terapêuticas que servem a lógicas penais-sanitaristas, punitivas, disciplinatórias e normatizadoras que se contrapõem à lógica de cuidado do Sistema Único de

Saúde (SUS). Apesar de fazerem uso de uma narrativa sobre proteção e garantia de direitos, Ribeiro (2018) afirma que essas intervenções possuem a restrição da circulação socioespacial como apenas uma das etapas do processo de genocídio da população negra, ordenado por uma economia da morte. Há toda uma rede de saberes e práticas racistas na base da regulação e do extermínio de corpos negros no decurso dos últimos séculos.

Sabemos que algumas garantias mínimas foram conquistadas para crianças e adolescentes com a “Constituição Cidadã” de 1988, como o direito destes à saúde. A instituição da Reforma Psiquiátrica brasileira como política de governo em 2001 passou a delimitar a questão da drogadição ao campo de ação das políticas de Saúde Mental, como é o caso da Política de Redução de Danos¹. As novas formas de cuidado preconizadas pela Reforma Psiquiátrica brasileira têm como ênfase principal a desinstitucionalização, com a consequente desconstrução do manicômio e dos paradigmas que o sustentam. Os novos paradigmas de cuidado que buscam ser instituídos com a Reforma Psiquiátrica brasileira partem do princípio de que o sujeito não seja excluído do corpo social e dos atos de sociabilidade. Para que tal processo de inclusão e de resgate da cidadania do sujeito usuário de drogas aconteça, o fortalecimento de uma rede de atenção em Saúde Mental é fundamental. Propõe-se que a organização e a articulação dessa rede devam ser de base territorial, a fim de facilitar a promoção da autonomia do sujeito a partir de seu contato com o território vivo e dinâmico do qual faz parte. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dispositivos centrais deste modelo, devem ser os articuladores da rede de cuidado, produzindo interferências no cotidiano e no território, onde são mais potentes. Devem operar sob a lógica da invenção, propondo a construção de novos discursos e práticas produzidos pelo e para o usuário de drogas na sociedade.

No entanto, em decorrência do grave golpe sofrido pela democracia com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, o Brasil passou a assistir a uma série de retrocessos nos mais diversos setores do governo. Já no ano de 2016, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram a Proposta de Emenda Constitucional 241 ou 55 (PEC 241 ou PEC 55), que criou um teto de gastos públicos, congelando as despesas do Governo Federal por 20 anos. Foram afetadas áreas essenciais, como educação e saúde. Com relação ao

¹ Redução de Danos refere-se a políticas, programas e práticas que visam, primeiramente, a reduzir as consequências adversas para a saúde, sociais e econômicas do uso de drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo. A Redução de Danos beneficia pessoas que usam drogas, suas famílias e a comunidade. As intervenções de redução de danos para drogas são baseadas num forte compromisso com a saúde pública e os direitos humanos. (INTERNATIONAL HARM REDUCTION ASSOCIATION, 2010, p.1)

campo da Saúde Mental, este prejuízo veio acompanhado por outro agravo no ano seguinte: a Resolução CIT nº 32/2017 e a Portaria nº 3.588/2017 instituíram diversas mudanças na Política Nacional de Saúde Mental, dentre elas a inclusão dos hospitais psiquiátricos e das comunidades terapêuticas como dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Atendendo a interesses da classe médica e de empresários, a inclusão destes dispositivos historicamente reconhecidos como violadores de direitos representa o revigoramento da lógica asilar, segregatória e normativa.

Além disso, o cenário político que começou a se configurar a partir do ano de 2019 é ainda mais alarmante, dado o total alinhamento do atual governo com a agenda neoliberal e seu posicionamento em favor de pautas conservadoras, como a criminalização da pobreza e da drogadição, a redução da maioria penal, a oposição aos direitos humanos e um descaso radical com as particularidades que afetam grupos minoritários. Assistimos, já nos primeiros meses de governo, à consolidação dos retrocessos que se iniciaram no ano de 2017 na Política Nacional de Saúde Mental, até então pautada nos princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira. A Nota Técnica nº 11/2019 do Ministério da Saúde reorientou a política sobre drogas, delimitando a abstinência como foco das políticas de saúde nesse campo, e a Lei nº 13.840/2019 passou a permitir a internação involuntária de usuários de drogas, sem a necessidade de autorização judicial. Isso significa que a nova política fortalece o discurso de guerra às drogas e reforça a criminalização de usuários. Como se não bastasse, este processo de desmonte de políticas públicas que asseguravam direitos a essa população marginalizada contou com outro agravante: a retirada da participação de representantes da sociedade civil e dos conselhos profissionais, dentre eles o Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), que passa a ser composto majoritariamente por representantes governamentais². A decisão, que se deu por meio do Decreto nº 9.926/2019, abdica da participação do saber comunitário na condução das discussões sobre as políticas de drogas em nosso país, bem como dos subsídios oferecidos pela produção do saber científico; assim, elimina a possibilidade de um debate mais democrático sobre o assunto.

Ao que parece, estamos diante de um cenário de resgate e exacerbação de antigos modos de governar a população negra, pobre e tida como potencialmente perigosa – modos estes minimamente desestabilizados durante o frágil período democrático brasileiro. E é interessante notar como essas formas de controle sempre lançaram mão de discursos

² Disponível em <https://site.cfp.org.br/governo-federal-retira-a-psicologia-dos-debates-sobre-drogas-no-pais/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

produzidos pelo Direito Penal, pela Psiquiatria e pela própria Psicologia para legitimar práticas e políticas perversas. Na tentativa de descrever e explicar relações de causalidade entre adolescência/juventude e uso de drogas, algumas correntes teóricas da Psiquiatria e da Psicologia acabaram construindo um determinado “modo de ser adolescente usuário de drogas”, uma “identidade desviante” passível de recuperação. Sendo assim, alinhamo-nos com uma leitura crítica pautada no construcionismo social, pois compreendemos que as relações estabelecidas com essa adolescência/juventude usuária de drogas são construções históricas e políticas hegemonicamente sustentadas por saberes que atribuem uma dimensão essencialista e naturalizante a esta questão.

É importante destacar que a referida naturalização opera de modo a centralizar no indivíduo um problema que é multifacetado, invisibilizando os atravessamentos culturais, econômicos e políticos de base. É importante destacar que a avaliação de um ato como desviante é relativa, pois ele está sempre condicionado por quem o comete e quem se sente prejudicado por ele. Portanto, quando o uso de drogas está associado à cor negra da pele, à pobreza e a atos infracionais, e passa a representar ameaça à classe média, são construídos em seu entorno discursos sobre “desvio de conduta”, “delinquência” e a configuração de um problema social.

A própria noção de adolescência é uma construção social tomada como uma fase natural e universal do desenvolvimento humano. E é sobre essa concepção psicologizante da adolescência que se sustenta um conjunto de políticas públicas e marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que levarão em conta essa “condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento” (ECA, art. 6º). De acordo com o referido estatuto, são considerados adolescentes os sujeitos com idades entre 12 e 18 anos. Com isso, os sistemas de Saúde Mental e Justiça, por exemplo, produzem intervenções e ofertam serviços levando em consideração tais discursos psicológicos e jurídicos delimitados pela faixa etária descrita. Portanto, quando escolhemos nos referir aos sujeitos entrevistados como adolescentes, damos visibilidade a todas as violações de direitos preconizados pelo ECA. Sendo assim, tal qual o uso político da concepção de “raça”, desatrelada de uma perspectiva biologizante, o uso político da “adolescência” também se desprende de noções essencialistas e naturalizantes para funcionar como meio de reivindicação de direitos historicamente suprimidos.

Reconhecendo o caráter político da Psicologia Social, esta pesquisa está implicada na análise dos modos de produção da experiência subjetiva, ou seja, os modos pelos quais um determinado conjunto de práticas sociais produz certas formas de ser e estar no mundo

(SILVA, 2005). Neste sentido, a proposta é utilizar a pesquisa para criar um canal onde aqueles que vivenciam tais processos de subjetivação possam produzir sentidos sobre suas experiências, sobre como se reconhecem e se relacionam com suas condições de existência, especialmente considerando o atual contexto de judicialização de suas vidas. Escolhemos ouvir adolescentes que vivenciam um cuidado que se dá de forma compulsória, judicializada, em um dispositivo da atenção psicossocial, como é o CAPS, apostando em possíveis atravessamentos libertários que a Reforma Psiquiátrica brasileira possa proporcionar neste contexto. A atenção psicossocial é um cuidado que se subordina à palavra e à verdade do sujeito, buscando reconhecê-lo em sua integralidade e considerando-o ativo na construção de sua cidadania. E é por este viés político que nosso estudo irá, também, se alinhar.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo central analisar a perspectiva de adolescentes negros e periféricos sobre os principais aspectos que constituem suas trajetórias existenciais até o atual contexto de judicialização de suas vidas em um dispositivo territorial de Saúde Mental. Como objetivos específicos, buscaremos: identificar as experiências com racismo vivenciadas pelos sujeitos; compreender os impactos afetivos e as resistências produzidas por eles diante das violências que acometem suas vidas; e investigar o lugar de um CAPS como possível equipamento participante na produção de resistências.

Com isso, lançamo-nos ao desafio de colaborar para a construção de uma Psicologia que descolonize o campo de estudos sobre a adolescência e juventude. Este percurso se inicia ao questionarmos o modo como o mundo acadêmico, assim como a sociedade e suas instituições, tem sustentado olhares a partir de perspectivas eurocentradas e deslocalizadas sobre a adolescência e juventude negra e periférica. É rompendo com os aparatos que sustentam a colonialidade que o silêncio daqueles que têm resistido ao sistema-mundo moderno colonial e capitalista dará lugar a novas formas de expressão e de subjetividades.

2 OS PROCESSOS SÓCIO-POLÍTICOS EM JOGO NA CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

Nesta seção buscaremos delinear as questões sociais e políticas que atravessam nosso debate e, a partir delas, definiremos nosso problema de pesquisa.

2.1 A racialização da desigualdade social e do extermínio sistematizado

Existe, no Brasil, toda uma estrutura social que possibilita a sustentação de articulações estigmatizantes entre determinada parcela da população e sua suposta periculosidade. Fazendo referência a Michel Foucault (1986), a partir da relação que este autor estabelece entre a emergência do capitalismo industrial e da “sociedade disciplinar”, Coimbra e Nascimento (2003) destacam que as elites passaram a atender não só para os crimes cometidos pelos periféricos, mas para a possibilidade de estes virem a acontecer, o que Foucault (1986) chama de “virtualidades”. Esta concepção tem lugar central na construção de um olhar que incide sobre a adolescência e juventude negra, periférica e usuária de drogas, visto que a associação citada demarca uma condição de “adultos perigosos em potencial”, que demanda enquadre e intervenções precoces. Contudo, é importante ressaltar que o controle dessas virtualidades no contexto de um país como o Brasil apresenta algumas especificidades. A sociedade brasileira traz a marca da violência colonial, da exploração, da escravidão. O colonialismo encontra-se na base da divisão de classes do país e, a partir dele, desenvolveram-se mecanismos de poder que asseguraram a continuidade da exploração até o presente. A esses mecanismos, Aníbal Quijano (2010) chamou de *colonialidade*. Nas palavras do autor:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América. (QUIJANO, 2010, p. 73)

A produção dessa racialização das relações de poder sobre as novas identidades geoculturais, inaugurada em 1492, com a “descoberta” e posterior colonização das Américas, foi o fundamento para a constituição de *um outro não europeu*. Esta operação se deu de modo a atender à “construção do imaginário da ‘civilização’”, pois, como explica Castro-Gómez (2005), esta exigia necessariamente a produção de sua contraparte: o imaginário da

“barbárie”. Portanto, a inferiorização e a exploração dos novos povos justificaram-se pelo imperativo da modernidade. Dussel (1994) explica que a modernidade tem sua origem na Europa e situa seu nascimento justamente no momento em que houve o confronto com o *outro não europeu*, violentando-o, controlando-o e vencendo-o. Ou seja, o marco zero da modernidade estabelece-se quando a Europa se define como “ego” descobridor, conquistador e colonizador da alteridade. Restrepo e Rojas (2012) esclarecem a distinção entre colonialismo e colonialidade. O colonialismo está relacionado com os processos de dominação políticos e militares utilizados para garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em proveito do colonizador. Já a colonialidade é um pouco mais complexa: ela remete a um padrão de poder que naturaliza hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas que favorecem o estabelecimento de relações de dominação. A colonialidade “não só garante a exploração pelo capital de uns seres humanos por outros em escala mundial, mas também a subalternização e obliteração dos conhecimentos, experiências e formas de vida dos que são dominados e explorados” (RESTREPO e ROJAS, 2012, p. 15).

Existe, portanto, uma lógica de relação colonial que perpassa os Estados-Nação, a produção e legitimação de saberes e a regulação das formas de pensar e de viver. Apesar do fim do controle administrativo das metrópoles sobre as colônias, os mecanismos coloniais perpetuaram-se no decorrer dos tempos e proliferaram-se em diferentes dimensões da existência.

Seriam três os principais campos de abrangência da colonialidade: o primeiro deles é o campo econômico-político, ao qual está atrelada a colonialidade do poder. Quijano (2010) comenta que a colonialidade do poder dá-se a partir da articulação dos eixos capital/trabalho e europeu/não-europeu para produzir uma espécie de etnocentrismo, ou seja, a determinação de lugares sociais por critérios raciais. O racismo seria, portanto, o responsável por ordenar as relações econômicas e políticas, além das demais formas de poder.

O segundo campo é o ontológico, onde opera a colonialidade do ser. Maldonado-Torres (2007) fala sobre como a colonialidade produz efeitos na constituição dos sujeitos, tanto daqueles que têm sua humanidade negada (colonizados), quanto daqueles que a negam (colonizadores). Ao produzir subjetividades eurocentradas, a colonialidade do ser estabelece um corte entre modos de vida considerados inferiores e superiores, afetando a percepção das pessoas sobre si mesmas e sobre o mundo.

Por fim, o terceiro campo é o epistemológico, perpassado pela colonialidade do saber. Através dela, a racionalidade científica moderna é tomada como única forma de conhecimento válida, e todos os outros saberes são subalternizados e silenciados. Mignolo (2008) defende a

necessidade de confronto à colonialidade do saber por meio de contínuas desobediências epistêmicas, que se caracterizariam pelo diálogo com saberes periféricos capazes de abarcar outras esferas da realidade, contribuindo para ampliar ou questionar as “verdades” produzidas por saberes hegemônicos.

Ribeiro (2018) recorda-nos como a exploração e os diversos tipos de violência sofridos pelos povos africanos foram justificados por uma série de teses raciais que surgiram entre os séculos XVIII e XIX, as quais defendiam a inferioridade intelectual, moral e psicológica dos negros. Consequentemente, esses constructos, erroneamente considerados científicos, contribuíram para estruturar uma hierarquia social que colocava os povos de pele branca em uma posição de supremacia e autorizava-os a dominar e exterminar aqueles que eram julgados como bárbaros. Emergia aí um tipo de poder colonial que se estende até nossos dias, na forma de uma colonialidade que determina assimetrias sociais.

O fim do regime escravocrata e o início do processo de industrialização do Brasil só serviram para intensificar as desigualdades existentes entre os povos, criando um abismo que afastou qualquer possibilidade de a população negra ser integrada em processos de inclusão e ascensão social e gerando uma série de vulnerabilidades que se tornaram estruturais. Iniciado o século XX, o país continuou a assistir à execução desse projeto de extermínio por meio de incentivos para a entrada de imigrantes europeus em nossas fronteiras, na tentativa de promover o branqueamento da população. Além disso, aquelas teses racistas sobre a inferioridade do povo negro importadas da Europa foram utilizadas para a construção de uma série de ações políticas de cunho eugênico e higienista.

Tomando ainda como referência o percurso histórico sintetizado por Ribeiro (2018) acerca da construção do processo de marginalização da população negra brasileira, este autor explica-nos que todos esses mecanismos de deslegitimação, inferiorização e exclusão, sustentados por uma perspectiva biológica de raça, foram determinantes para a produção de categorias sociais destinadas aos negros que circulavam pelas cidades no início do século XX. Os rótulos de “menor delinquente” e “jovem infrator” surgiram com o propósito de classificar, vigiar e penalizar aquela massa de adolescentes postos abaixo da linha da humanidade e da civilidade pelos herdeiros do projeto colonizador. A periculosidade e a criminalidade tornaram-se, portanto, as marcas que os definem até hoje, ao passo que os jovens brancos são associados à esperança e ao progresso do país.

Em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Frantz Fanon (2008) faz uso do conceito psicanalítico de “trauma” para referir-se à experiência vivenciada pelos negros em decorrência do racismo cotidiano que experimentam em sociedades que possuem a

branquitude como o lugar mais elevado da hierarquia racial. Tida como norma e ideal hegemônico, a branquitude coloca o sujeito negro sempre na dimensão de um “Outro”, nunca como um “Eu”, deslegitimando qualquer possibilidade de construção de identidades que não tenham como referência o padrão branco de identificação. Neste processo, pessoas negras vivem sob a condição de identificar-se com o inatingível da branquitude e com os aspectos negados pelo “Eu branco” e projetados nelas. Sendo assim, Fanon avalia que o trauma experienciado por pessoas negras não tem como referência central os conflitos edípicos vivenciados na relação intrafamiliar, conforme teorizou a psicanálise freudiana. É o contato com a irracionalidade do racismo que coloca o sujeito negro como incompatível com o mundo em que vive, privando-o de uma conexão autêntica com a sociedade, produzindo uma base para processos de subjetivação violentos e constante sofrimento psíquico.

As concepções negativas projetadas sobre o sujeito negro acabam determinando a filtragem racial realizada pelas ações dos serviços de segurança pública e pelo Poder Judiciário, produzindo, em diversas esferas de sua vida, múltiplas formas de vulnerabilidade e violência institucionalizada. Sendo respaldadas por uma mídia sensacionalista e pelos interesses das elites pós-coloniais, as atividades racistas atingem seu ponto mais devastador através da execução em massa da população periférica, praticada por agentes públicos de segurança, como a polícia.

Desde sempre, houve um consentimento velado disseminado na sociedade brasileira em relação ao extermínio de negros periféricos virtualmente ameaçadores. Mas, hoje, esse consentimento é explícito por uma parcela significativa dos brasileiros, que agora se vê representada por um governo antidemocrático e autoritário, o qual sustenta um discurso reacionário, fascistoide e genocida, há muito latente nas concepções de mundo dessas pessoas. O atual presidente da República, Jair Bolsonaro, elegeu-se com uma retórica de morte defendendo a ditadura militar³, a tortura⁴, grupos de extermínio como solução para a política de segurança pública⁵ e milicianos⁶, além da violência policial⁷ que afeta principalmente

³ Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁴ Vídeo: “Sou a favor da tortura. Através do voto, você não muda nada no país. Tem que matar 30 mil”, diz Bolsonaro. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/video-sou-favor-da-tortura-atraves-do-voto-voce-nao-muda-nada-no-pais-tem-que-matar-30-mil-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁵ Em discurso, Bolsonaro apoiou grupo de extermínio que cobrava R\$ 50 para matar jovens da periferia. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/bolsonaro-apoiou-grupo-de-extermio-que-cobrava-r-50-para-matar-jovens-da-periferia/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁶ Jair Bolsonaro defendeu chefe de milícia em discurso na Câmara.

negros periféricos moradores das periferias das cidades, ou seja, aqueles considerados sub-humanos pelas elites, para quem sua vida não importa. É para essas elites que o atual governo federal trabalha, e são elas quem ele deseja preservar.

No momento em que esta dissertação está sendo escrita, o mundo sofre com um dos piores momentos de sua história recente. Vivemos mais uma grande guerra mundial, mas dessa vez contra um inimigo muito pior do que mísseis – um inimigo invisível. Estamos em meio a uma pandemia de uma nova espécie de coronavírus, que vem dizimando um número cada vez maior de pessoas em todo o planeta, levando as autoridades a tomar medidas drásticas de isolamento para salvar o maior número de vidas possível, mesmo que isso custe o esfacelamento das economias locais. No entanto, o atual presidente parece pensar diferente, e tem defendido o fim desse modelo de isolamento radical, mostrando-se mais preocupado com a economia do que com as vidas dos brasileiros.

Em uma de suas entrevistas, ao ser informado pelos jornalistas de que o Brasil tinha acabado de ultrapassar o número de mortos da China, país onde o novo coronavírus começou a se propagar, o presidente respondeu: “E daí? Lamento, quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagres”⁸. Ele defende que as pessoas devem retornar imediatamente aos seus trabalhos; no entanto, a classe trabalhadora é formada, em sua maioria, por periféricos. São esses que colocarão suas vidas em risco nos transportes públicos todos os dias, que se contaminarão e transmitirão o vírus para seus parentes e suas comunidades, os quais morrerão como vidas descartáveis, enquanto seus patrões se mantêm isolados e continuam lucrando, caso a vontade do presidente seja executada. E é o que temos observado: desde o início do mês de junho de 2020, governadores e prefeitos de diversos estados e cidades do Brasil cederam à pressão do governo federal e dos empresários e iniciaram a retomada gradual das atividades econômicas. Os mais prejudicados são, portanto, aqueles que estão onde o Estado já não atinge, a não ser através das ações policiais violentas que só aumentaram no último ano⁹.

Mas por que uma pessoa com uma visão de mundo como a do presidente se importaria com essas mortes? Afinal, seriam pessoas consideradas perigosas em potencial (por serem

Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/jair-bolsonaro-defendeu-chefe-de-milicia-em-discurso-na-camara-23401641>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁷ Bolsonaro defende violência: Condenação de policiais por “excesso” em serviço é “absurdo”. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/bolsonaro-defende-violencia-condenacao-de-policiais-por-excesso-em-servico-e-absurdo/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

⁸ Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4HFbUzzpUoE>. Acesso em: 29 abr. 2020.

⁹ Embalada por agenda de Bolsonaro, polícia do Rio mata 16% a mais em 2019.

Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/embalada-por-agenda-de-bolsonaro-policia-do-rio-mata-16-a-mais-em-2019/>. Acesso em: 26 abr. 2020.

periféricas e, em sua maioria, negras) que morreriam. Ou mesmo pessoas que só produzem “despesas” para o Estado¹⁰, como é o caso dos idosos tratados com descaso pelo presidente sempre que tenta minimizar a gravidade da pandemia. O discurso apresentado pelo presidente, o qual representa bem o atual momento político vivenciado pelo Brasil desde o ano de 2019, não é desprezioso. Ele está associado a todo o seu projeto original de produção de uma grande limpeza social daquela camada da população considerada indesejada. Não é por acaso que a defesa pelo fim do isolamento conta com o apoio de boa parte da classe média-alta e das elites, visto que esta medida está alinhada com o projeto neoliberal que o governo lhes prometeu fortalecer. Prova disso foram os protestos que aconteceram em diversas cidades brasileiras onde os patrões, protegidos e isolados em seus carros de luxo, realizaram carreatas reivindicando o retorno ao trabalho de seus subordinados¹¹.

Em 1976, Michel Foucault inicia um deslocamento teórico e uma ampliação do seu campo de análise do poder. Após estudar a disciplina dos corpos, ele passa a investir no estudo da regulação das populações. É quando identifica a emergência de uma nova tecnologia: a biopolítica.

Diferentemente da disciplina, que se dirige ao corpo, esta nova técnica de poder não disciplinário é aplicada à vida dos homens e destina-se [...] não ao homem/corpo [...], mas ao homem/espécie. Depois de um primeiro exercício de poder sobre o corpo que é produzido no modo da individualização, temos um segundo exercício que não é individualizador, mas massificador [...] que não se dirige ao homem/corpo, mas ao homem-espécie. Logo da anatomopolítica do corpo humano, introduzida durante o século XVIII, vemos aparecer, a fins deste, algo que já não é essa anatomopolítica, mas o que eu chamaria uma biopolítica da espécie humana. (FOUCAULT, 2005, p. 289)

Ao analisar como Foucault entende o problema da colonialidade, o teórico colombiano Santiago Castro-Gómez (2007) examina a relação entre racismo e biopolítica para compreender como Foucault explica o funcionamento dos regimes globais de poder. O autor esclarece-nos que os Estados modernos apropriam-se do racismo como um mecanismo fundamental de poder – racismo este “desenvolvido, em primeiro lugar, com a colonização, isto é, com o genocídio colonizador” (FOUCAULT, 2005, p. 307). Segundo Castro-Gómez (2007), o que Foucault quis dizer é que as colônias funcionaram como laboratórios onde o

¹⁰Comissão da Câmara repudia Bolsonaro por dizer que proteção de idosos não é da conta do Estado.

Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/comissao-da-camara-repudia-bolsonaro-por-dizer-que-protacao-de-idosos-nao-e-da-conta-do-estado/>. Acesso em: 29 abr. 2020.

¹¹Carreatas pelo país pedem fim do isolamento.

Disponível em <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/04/19/carreatas-pelo-pas-pedem-fim-do-isolamento.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2020.

racismo foi testado como dispositivo biopolítico de guerra. Ele comenta também que o racismo não nasce com o colonialismo, nem o colonialismo é a condição de possibilidade para o racismo, mas que a experiência colonial europeia contribuiu para o desenvolvimento do discurso do racismo, e que as guerras contra as raças indesejadas que ocorreram dentro das fronteiras da Europa não são a expressão de uma mesma lógica racista, derivada do colonialismo, mas sim “racismos completamente diferentes, que devem ser entendidos em seus próprios contextos e relações de poder. (...) Assim, o racismo colonial é uma forma específica de racismo” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 159).

Em uma sociedade marcada por 388 anos de escravidão como a brasileira, o estigma da “corrupção moral” atribuído a negros e periféricos tem no imaginário do escravo sua articulação. Tido como uma figura execrável, o escravo é um elemento indesejável para uma sociedade que pretende se proclamar civilizada. Diante disso, o biopoder lança mão do racismo para impelir uma higiene social. O racismo, portanto, “está ligado ao funcionamento de um Estado obrigado a se servir da raça, da eliminação das raças e da purificação da raça, para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2005, p. 309). E é a partir do exercício dessa soberania, a qual atua em nome da preservação da população tida como ideal, que o Estado autoriza-se a deixar morrer a outra parcela da população. “A função homicida do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2005, p. 306). O Estado passa, então, a ser o guardião da integridade de um grupo considerado puro e sadio, em detrimento de um outro racializado, inferior e nocivo.

O racismo de Estado institucionalizado no Brasil tem gerado impactos cada vez mais alarmantes sobre as condições de vida e existência de adolescentes negros e periféricos com o transcorrer das décadas. “Atualmente, uma das principais demandas do Movimento Negro é a denúncia no que se refere ao genocídio da juventude negra” (GOIZ, 2016, p. 112). A autora citada traz dados do Mapa da Violência do ano de 2011, revelando que 52,63% dos 52.198 mortos por homicídios no Brasil eram jovens e, dentre estes, 71,44% eram negros (pretos e pardos). Em 2012, o número de pessoas mortas por homicídio aumenta para 56.377, dentre os quais 77% eram jovens negros (pretos e pardos) e 93% do sexo masculino, sendo esta a principal causa de morte de adolescentes e jovens com idades entre 15 e 29 anos, de acordo com Bady e Silva (2019). Goiz (2016) traz também dados da Agência Brasil extraídos do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, os quais indicam que o risco de uma pessoa negra ser morta é 103,4% maior em comparação ao de uma pessoa branca. Quando analisada a faixa etária entre 15 e 24 anos, este percentual aumenta para 127,6%. Com isso, as chances de um negro ser assassinado no Brasil são 2,4 vezes maiores

que as de um branco, e estamos falando de boa parte destes homicídios sendo cometidos por agentes estatais de segurança pública.

A desigualdade racial dos homicídios fica ainda mais evidente quando os dados do Mapa da Violência trazidos por Ribeiro (2018) apontam que, entre os anos de 2002 e 2012, o número de pessoas brancas vítimas de homicídio diminuiu de 19.846 para 14.928, representando uma queda de 24,8%. Já entre pessoas negras, as vítimas aumentaram de 29.656 para 41.127, o que significa um crescimento de 38,7%. Quando considerada a taxa de homicídios por cem mil habitantes, o percentual entre jovens brancos caiu 32,3%; entre jovens negros, aumentou 32,4% durante este mesmo período de dez anos. E vale destacar que toda essa violência ocorre de forma desigual pelo país, atingindo principalmente moradores das comunidades periféricas, sendo as regiões Norte e Nordeste as mais afetadas, justamente aquelas onde está concentrada a maior parte da população negra brasileira. De acordo com o Atlas da Violência publicado em 2019, no ano de 2017 os cinco estados brasileiros com o maior índice de homicídios de negros foram da região Nordeste. O Rio Grande do Norte apresentou a taxa mais alta, com 87,0 mortos a cada 100 mil habitantes negros, mais do que o dobro da taxa nacional, seguido por Ceará (75,6), Pernambuco (73,2), Sergipe (68,8) e Alagoas (67,9).

Dando continuidade às reflexões iniciadas por Foucault sobre a biopolítica e o racismo de Estado, e dialogando com Agamben e Hannah Arendt acerca dos temas de estado de exceção e estado de sítio, o teórico camaronês Achille Mbembe desenvolve a noção de necropolítica (2016) para justificar contextos de extermínio como esses que acontecem nas periferias do capitalismo. A necropolítica é uma técnica de poder que ativa engrenagens econômicas e simbólicas que fazem funcionar mecanismos de gestão da morte. Ela está comprometida com a “destruição material dos corpos e populações humanas julgados como descartáveis e supérfluos” (MBEMBE, 2014, p. 17). Hilário (2016) explica que esses sujeitos considerados supérfluos são aqueles cuja força de trabalho é desnecessária para a atual fase de crise estrutural em que o capitalismo se encontra – sendo, portanto, excluídos deste sistema. Esta condição faz com que as vidas desses sujeitos deixem de ter valor de troca e passem a ser indignas de serem vividas, matáveis por consequência. Hilário (2016) comenta, ainda, que este é o ponto em que uma “tanatopolítica” mostra-se mais eficaz, visto que a atual crise do capitalismo assumiu um caráter permanente e o surgimento de uma outra forma de organização social está fora de nosso horizonte. Diante disso, como as instituições capitalistas não são capazes de dar conta da “questão social”, resta a este sistema operar a militarização e barbarização das vidas como modo de manutenção de um mundo destruído, em ruínas.

Ribeiro (2018) chama atenção para um aspecto importante desse processo de eliminação de determinadas vidas em uma sociedade de normalização:

Outro aspecto fundamental refere-se ao entendimento de que o “deixar morrer”, intrínseco ao exercício do biopoder, não diz respeito exclusivamente ao aniquilamento físico. Envolve também todo o processo de exposição à morte, tudo o que pode ser considerado assassinio indireto, como o fato de multiplicar para alguns o risco iminente de morte, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc. Este novo tipo de poder, o biopoder, pode ser compreendido como uma tecnologia altamente sofisticada de investimento sobre a vida, pelo qual o ato de “deixar morrer” conforma uma intervenção por meio da ação ou da omissão do Estado direcionada aos subgrupos da humanidade. (RIBEIRO, 2018, p. 252)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015 extraídos por Mayo (2016), a proporção de pessoas negras que vivem abaixo da linha de pobreza é mais que o dobro da de pessoas brancas. Existe um percentual muito maior de pobres entre crianças, adolescentes e jovens negros em relação aos grupos de brancos destas mesmas categorias sociais. Há, portanto, uma relação direta entre raça e classe social na economia da morte no Brasil. Devido a um contexto de vulnerabilidade marcado pela falta de investimentos em setores essenciais (como educação, moradia, saneamento básico, lazer, cultura, saúde, segurança pública, transporte, entre outros), adolescentes acabam sendo facilmente aliciados pelas milícias, restando-lhes como únicas possibilidades, em muitos casos, a exploração sexual, os roubos, o tráfico e a reclusão – sendo estes meios diretos de exposição à morte.

É comum encontrarmos certo número de análises inapropriadas que associam as condições sociais e o lugar marginal ocupado por adolescentes negros e periféricos com perspectivas puramente econômicas, sem levar em consideração os embates raciais que as fundamentam. Geralmente, o que se observa são visões que sobrepõem a questão da classe social à racial, como se a primeira fosse determinante para as desigualdades existentes na segunda. No entanto, é preciso reconhecer que o marcador racial é o responsável pela estruturação e hierarquização da sociedade brasileira, determinando vulnerabilidades e violências múltiplas contra a população negra e periférica do país.

A omissão do Estado, no que se refere à criação de condições para a redução das desigualdades sociais e à sua assiduidade e eficácia na produção de opressões para esta parcela da população marginalizada e abandonada à própria sorte, é o retrato de uma gestão estratégica da vida e da morte. Baixo nível de renda e consumo, subdesenvolvimento humano, exclusão social, privação de direitos e falta de recursos mínimos para atender às necessidades

básicas de forma adequada e sobreviver com dignidade são alguns dos elementos que configuram o contexto de pobreza que marca a existência de adolescentes negros moradores das periferias nas cidades brasileiras.

2.2 A interface Justiça-Saúde Mental como dispositivo de controle e a produção de resistências

O tráfico de drogas tem sido um elemento cada vez mais comum no perfil dos adolescentes encaminhados para as unidades de internação do SINASE. A criminalização desses sujeitos tem acontecido mesmo quando, na prática, eles exercem funções pouco importantes na estrutura do crime organizado. De acordo com levantamento realizado pelo jornal *Folha de São Paulo*¹² trazido por Mélo, Vicentin e Moraes (2019), nos anos de 2000 a 2012 houve um aumento de 4,76% para 42,1% no percentual de adolescentes apreendidos por tráfico de drogas na Fundação Casa (antiga FEBEM) em São Paulo. Isso significa que, em um intervalo de doze anos, o número de apreensões por delito de tráfico equiparou-se ao daquelas realizadas por delitos de roubo (42,7%), as quais sempre foram os principais responsáveis pela aplicação de medidas socioeducativas¹³.

Outro dado importante é que no ano de 2012, de acordo com o Conselho Nacional de Justiça, 74,8% dos adolescentes internados por tráfico ou roubo eram usuários de drogas. Segundo Mélo, Vicentin e Moraes (2019), as próprias instituições socioeducativas ofertam atendimento psicológico e psiquiátrico para esses casos, mas ainda prevalecem os encaminhamentos externos. As autoras enfatizam que, de acordo com informações do Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei do ano de 2009, as unidades socioeducativas vêm recebendo das Varas de Infância e do Ministério Público diversos mandados de internação compulsória em serviços de Saúde Mental e boa parte dos encaminhamentos são realizados automaticamente, sem qualquer tipo de diálogo com o Judiciário.

¹² Traficantes adolescentes dobram a população da antiga FEBEM.

Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1281551-trafficantes-adolescentes-dobram-a-populacao-da-antiga-febem.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

¹³ As medidas socioeducativas são aplicáveis a adolescentes (12 a 18 anos, considerados inimputáveis) que cometeram ato infracional. De acordo com o art. 103 do ECA, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Os diferentes tipos de medidas socioeducativas estão previstos nos arts. 103 a 128 e na Seção V, do art. 171 ao 190 do mesmo Estatuto. Já a Lei nº 12.594/2012 instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), responsável por regular o funcionamento das unidades de internação onde acontecem as medidas socioeducativas privativas de liberdade. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/628629974/as-medidas-socioeducativas-previstas-no-eca>. Acesso em: 20 abr. 2020.

A interposição do Poder Judiciário junto aos serviços de Saúde Mental, para tratar de questões pertinentes à adolescência e juventude, dá-se sob a tentativa de fazer valer o Princípio da Proteção Integral, efetivando um dos direitos constitucionais considerados fundamentais regulamentados pelo ECA: o direito à saúde e, no caso da drogadição, o direito à saúde mental. Reis, Guareschi e Carvalho (2014) explicam que o uso abusivo de drogas por crianças e adolescentes é interpretado como um fator de risco pessoal e social que aponta para um quadro de desequilíbrio entre os fatores que constituem a saúde desse público, para o qual o ECA prevê medidas protetivas.

É fazendo uso dessa justificativa que a Justiça intervém no sentido de determinar internações psiquiátricas compulsórias, alegando necessidade de proteção. Contudo, Mélló, Vicentin e Moraes (2019) revelam-nos que a maior parte dos encaminhamentos realizados pelas unidades socioeducativas (40%) são para comunidades terapêuticas e hospitais psiquiátricos, e somente 25% deles são destinados para serviços comunitários como os CAPS AD. Isto significa que estamos diante de um quadro muito preocupante, pois a maior parte dos adolescentes em conflito com a lei e com necessidades de atenção em Saúde Mental acaba transitando entre dispositivos semelhantes: tanto as unidades socioeducativas quanto as comunidades terapêuticas e os hospitais psiquiátricos primam por um modelo disciplinar. Apesar do viés moralizante, de base religiosa e que reproduz funções asilares, violando uma série de direitos humanos, conforme identificado pela inspeção nacional realizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP)¹⁴, as comunidades terapêuticas recebem financiamento do SUS e vêm ocupando um espaço significativo nos últimos anos. Ao corroborar este processo de segregação e normatização de usuários de drogas, elas passaram a ser consideradas pelos defensores da Reforma Psiquiátrica brasileira como os “novos manicômios”.

Todo este processo de institucionalização de usuários de drogas dá-se pela privação total de suas liberdades e pela imposição de um modelo individualista de responsabilização, em detrimento de abordagens de base territorial. Essa lógica asilar que atravessa as referidas instituições opera sob a perspectiva normatizadora da abstinência e, de forma desarticulada, de uma rede intersetorial e de um olhar interseccional sobre o sujeito, o que invisibiliza os determinantes sociais que estão em jogo. Estamos diante de uma problemática que envolve os

¹⁴Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

mecanismos de dominação de adolescentes negros, periféricos e usuários de drogas pelo Estado por meio do viés legal contido no dispositivo jurídico.

Estes mecanismos de poder podem ser evidenciados e problematizados quando examinamos os constantes processos de judicialização em Saúde Mental que incidem sobre adolescentes negros periféricos usuários de drogas. Entendendo efeitos do Poder Judiciário na regulação da sociabilidade e das práticas sociais, conforme é discutido por Vianna et al. (1999), é possível identificar que este fenômeno social tem lançado mão da internação compulsória como artifício para manejar situações que escapam da esfera da Saúde Mental.

A Lei nº 10.216/2001 prevê a internação como recurso terapêutico apenas em último caso, quando os recursos extra-hospitalares mostrarem-se insuficientes no que se refere ao cuidado em Saúde Mental. No entanto, Reis, Guareschi e Carvalho (2014) denunciam que a internação compulsória tem sido utilizada como ferramenta de segurança pública e controle da violência. Tais processos de judicialização geralmente envolvem a “retirada de circulação” dos referidos sujeitos, dadas suas condições de existência tidas como “anormais” e ameaçadoras ao funcionamento do sistema. Segundo Ribeiro (2018), há todo um conjunto de aparatos jurídicos na produção do adolescente em conflito com a lei enquanto inimigo interno e na regulação e judicialização de suas vidas. Resta a esses sujeitos oscilar entre uma vida desregulada e conduzida através das margens da inexistência e uma vida regulada por dispositivos do Estado que os sequestram e os criminalizam.

Em meio a este cenário, os dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), enquanto serviços da saúde pública e integrantes do sistema de garantias de direitos da infância, adolescência e juventude, também têm sido convocados pelo Poder Judiciário para fazer parte desta engrenagem que visa ao governo da população. Porém, os dispositivos da RAPS, como operadores da Reforma Psiquiátrica, são perpassados por um viés clínico-político que vai na contramão de todo esse processo criminalizante e repressivo. Isso porque esses dispositivos são fundamentados pela perspectiva da “desinstitucionalização”, a qual, segundo Franco Rotelli (2012), envolve o processo de desconstrução de toda a simplificação das contradições sociais realizada pela reclusão do sujeito em uma instituição.

Ao rejeitar os reducionismos institucionais, a desinstitucionalização faz emergir a complexidade das questões sociais subjacentes às ações segregatórias para lidar com elas de modo efetivo. Rotelli (2012) pensa, portanto, a desinstitucionalização como uma ruptura com os “paradigmas reducionistas, simplistas, vulgares e oitocentistas, construídos para controlar, de modo rudimentar e grosseiro, as classes subalternas e todas as formas de desvio, em um momento em que era necessário um rápido processo de acumulação capitalista” (ROTELLI,

2012, p. 301). O autor faz sua denúncia do modelo manicomial historicamente subsidiado pelo saber psiquiátrico, mas podemos pensar sobre como sua crítica é pertinente a todo e qualquer tipo de instituição que se proponha a expropriar o social de suas contradições e delegá-lo a determinados saberes. Rotelli (2012) chega a utilizar o termo “empresa social” como sinônimo de desinstitucionalização, pois esta “faz viver o social” (p. 301) e caracteriza-se como um processo muito mais amplo do que a mera desospitalização.

Empresa social é o processo de dismantelamento desse aparato rudimentar com a conseqüente constituição complexa de uma rede de serviços e de uma rede de relações entre as pessoas que sustentem as práticas da diversidade, as práticas da complexidade, que respondam a aspectos sanitários, mas que, também, respondam ao mundo da assistência, ao mundo das relações interpessoais, ao mundo da política na cidade, isto é, de como são regulados os conflitos sociais e jurídicos da organização social e dos contratos sociais. Que respondam, ainda, ao mundo da negociação entre as classes sociais, de como são negociadas as relações da normalidade e do desvio, de como são concebidas as noções de normalidade e desvio. (ROTELLI, 2012, p. 302)

É por este motivo que escolhemos um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) especializado no atendimento de adolescentes usuários de drogas como lócus de nossa pesquisa. Por se constituírem enquanto aparelhos comprometidos com este processo fundamental de transformação social, serviços deste tipo podem produzir rachaduras naqueles modos de governo punitivistas e estigmatizantes e gerar efeitos diversos sobre a vida dos sujeitos que a eles chegam de forma compulsória. Conforme apontamos na introdução deste estudo, o movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira e a luta antimanicomial sofreram um duro ataque político; hoje, vivemos em uma situação de retrocesso, com o revigoramento do modelo segregatório, disciplinar e genocida manicomial. Esta “contrarreforma psiquiátrica” faz com que hoje coexistam dois modelos incompatíveis entre si, um que segrega e outro que liberta. Como podemos falar hoje nos CAPS como dispositivos substitutivos ao manicômio, se este volta a ser parte integrante da rede? Na medida em que se dão o retorno dos hospitais psiquiátricos e a expansão das comunidades terapêuticas, assistimos aos CAPS resistindo ao sucateamento do SUS, lutando para garantir minimamente aos seus usuários direitos conquistados com muito esforço, os quais hoje se encontram ameaçados. Deste modo, os CAPS acabam se caracterizando como importantes espaços de disputas de poder e de produção de subjetividades na sociedade contemporânea brasileira.

Ao recordar-se das palavras de Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* (1961), Pereira (2017) expressa que “resistir tornou-se, há muito tempo, uma prática cotidiana de agentes em posição desprivilegiada nos vários campos das relações de poder” (PEREIRA,

2017, p. 18). Lembrando-se também de Foucault (1995), Pereira (2017) menciona que no centro das relações de poder, condicionando sua existência, existem sempre uma insubmissão e uma liberdade essencialmente persistentes, pois “não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem invenção eventual” (PEREIRA, 2017, p. 25).

Portanto, é inevitável que, em meio a todas as forças que atravessam a trajetória de vida desses adolescentes, resistências sejam produzidas como modo de subsistência. Resistência ao racismo, resistência à pobreza, resistência ao extermínio de suas vidas. Às vezes, essas resistências aparecem sem que haja um confronto direto com o poder. A resistência é um modo de ação, mesmo quando aparenta passividade. Resistir pode implicar pequenas fugas, desvios, deserções, recusas parciais, sabotagens sutis, conformações simuladas. É o que Scott (2002) citado por Pereira (2017) chama de formas cotidianas de resistência, ou seja, práticas de grupos sociais subalternizados no enfrentamento a grupos sociais dominantes, na tentativa de desprender-se de relações sociais de opressão, exploração e sujeição. O enfrentamento ao qual se refere Scott não constitui, necessariamente, lutas entre pessoas, “mas táticas de enfrentamento de mudanças e tentativas de despreendimento de relações de subordinação mais intensas, locais, específicas” (PEREIRA, 2017, p. 29).

Ao levar em consideração as modalidades “veladas” em suas formas cotidianas, Pereira (2017) expressa que resistência é mais do que simples reação ao poder. Ele remete à noção de “r-existência” de Porto-Gonçalves (2006) para esclarecer que não se reage simplesmente à ação do outro, mas que algo pré-existe no sujeito e é a partir dessa existência que se r-existe. “Essa r-existência é luta por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-GONÇALVES, 2010, p. 130 apud PEREIRA, 2017, p. 28). Pereira (2017) afirma ainda que as práticas cotidianas de resistência de grupos subalternizados têm alimentado imaginários, práticas e atitudes decoloniais, formando os arquivos e apontando para novos horizontes de sentidos decoloniais.

Considerando todas as constatações expostas até aqui, definimos a seguinte problemática condutora para nossa pesquisa: ***quais marcas de opressões e resistências destacam-se nos discursos de adolescentes negros, periféricos e que vivenciam processos de cuidado judicializado em Saúde Mental?*** Este questionamento justifica-se pela necessidade de ampliar o campo de estudos a partir da perspectiva de grupos marginalizados. E aqui entendemos a margem a partir das reflexões trazidas por Kilomba (2019) inspirada pela teórica norte-americana bell hooks (1990): como uma posição complexa que incorpora lugares de opressão e resistência. “Ambos os locais estão sempre presentes porque *onde há*

opressão, há resistência. Em outras palavras, a opressão forma as condições de resistência” (KILOMBA, 2019, p. 68 e 69).

A preocupação em dar evidência para as experiências singulares vividas por sujeitos negros existe porque, em boa parte dos estudos realizados, essas pessoas ganham visibilidade não pelas suas próprias autopercepções, mas sim pelo olhar, vocabulário e perspectiva de pessoas brancas. Kilomba (2019) lembra que nós, negros, somos geralmente retratados por um “ponto de vista branco” (KILOMBA, 2019, p. 72), sempre definidos a partir do exterior, “por interesses específicos que satisfaçam os critérios políticos do sujeito branco. (...) Não são nossas palavras nem nossas vozes subjetivas impressas nas páginas da revista, mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação branca...” (KILOMBA, 2019, p. 73). Diante disso, esta pesquisa está interessada na perspectiva subjetiva de sujeitos negros e periféricos sobre suas trajetórias até a judicialização de suas vidas.

3 REFERENCIAL EPISTÊMICO-METODOLÓGICO

Esta pesquisa adotará como principal referência epistêmica-metodológica os estudos em Psicologia Social que partem de uma perspectiva pós-estruturalista, mas não apenas isso; buscaremos articulá-los com alguns teóricos e teóricas que problematizam as estruturas do sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/eurocentrado, empenhando-se na compreensão da mecânica em torno da colonialidade e de seus efeitos sobre a vida de sujeitos adolescentes negros e periféricos. Porém, é importante destacar que esta articulação não se dá sem tensionamentos. Teóricos pós-coloniais como Gayatri Spivak, Edward Said e Homi Bhabba apresentam diversas críticas às teorias pós-estruturalistas, algumas delas particularmente direcionadas a Foucault. Acusam-no de ignorar a divisão internacional do trabalho, de desconsiderar as macroestruturas econômicas e de desconhecer o problema do colonialismo, fazendo com que suas ideias não alcancem uma compreensão mais ampla sobre a constituição do Ocidente, assim como do sujeito no marco do capitalismo global.

No entanto, o teórico colombiano Santiago Castro-Gómez (2007) afirma que tais críticas são infundadas, pois parecem desconhecer as formulações de Foucault acerca do seu método de análise do poder. Castro-Gómez esclarece que a analítica do poder foucaultiana é uma narrativa eurocentrada, mas apenas no que se refere ao seu conteúdo e não à sua forma. Ele admite que a questão da colonialidade nunca teve centralidade nas produções de Foucault; porém, quando este discorre sobre os vários níveis de exercício do poder (teoria heterárquica do poder), Castro-Gómez não só passa a considerar o pensamento foucaultiano como um método viável para auxiliar na compreensão da relação modernidade/colonialidade, como produz uma torção sobre as perspectivas hierárquicas que historicamente subsidiaram as reflexões sobre o projeto colonial.

O teórico camaronês Achille Mbembe é um bom exemplo de alguém que se apropriou do método foucaultiano para analisar as relações coloniais de poder, chegando a desenvolver o conceito de necropolítica (2016) como uma variante da biopolítica de Foucault (2005) para dar conta do estudo das tecnologias de governo das populações situadas no Sul global. Por nos identificarmos com o esforço metodológico empreendido por Mbembe, utilizaremos algumas das suas contribuições, dentre outros autores, para tentar empreender este diálogo entre visões de mundo de naturezas epistemológicas distintas.

Castro-Gómez, a partir de Foucault, explica que o poder é multidirecional, funciona sempre em cadeias parcialmente conectadas e com lógicas distintas. Existem três níveis de

generalidade no exercício do poder: o microfísico (das tecnologias disciplinares e de produção de sujeitos), o mesofísico (da governamentalidade do Estado moderno sobre as populações através da biopolítica) e o macrofísico (dos dispositivos supraestatais de segurança, onde se operam os processos globais). Existem modos específicos de operação do capitalismo e da colonialidade em cada um desses níveis e a articulação em rede entre eles é o que parece ser ignorado pelas críticas pós-coloniais. “O molar e o molecular não podem ser pensados de forma independente” (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 162).

Continuando sua articulação epistemológica, Castro-Gómez recomenda que a colonialidade não seja abordada de forma hierárquica, como se o poder colonial fosse dotado de uma lógica macro que se reproduz em todos os âmbitos da vida social globalmente. A colonialidade do poder não é homogênea; ela é múltipla, e não se reduz a uma relação molar entre capital e trabalho. Isso não significa que devemos tratar separadamente as estruturas molares e moleculares. Mas é preciso reconhecer que os sistemas molares (globais) são atravessados por tecnologias de subjetivação e regularização, como a disciplina e a biopolítica, que devem ter seus funcionamentos analisados a partir dos níveis moleculares (locais). Por isso, o sistema-mundo moderno/colonial/capitalista/eurocentrado deve ser lido por meio de uma perspectiva heterárquica das relações de poder, de modo que os constructos teóricos de Michel Foucault acerca dos microagenciamentos que ocorrem nos níveis do corpo e dos afetos possam ser levados em conta no método de investigação. Por isso, vamos considerá-los em nosso olhar analítico.

Na tentativa de aproximar-nos das realidades de nossos entrevistados, esta pesquisa irá se comprometer com a reconstrução e compreensão de suas trajetórias de vida, levando em consideração os marcadores geracionais, de raça, de classe e institucionais que os atravessam. Para isso, conduziremos nosso olhar a partir da *pesquisa centrada em sujeitos* definida por Mecheril (1997) e utilizada pela teórica portuguesa Grada Kilomba em seu estudo sobre a experiência de mulheres negras com o racismo em uma sociedade branca patriarcal.

Em sua obra *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano* (2019), Kilomba ajuda-nos a perceber como a escuta de histórias pessoais construídas dentro de uma estrutura racista permite-nos acessar autopercepções e negociações de identidade que situam os entrevistados como sujeitos políticos, sociais e individuais. “Isso só se torna concebível quando existe a possibilidade de expressar a própria realidade e as experiências a partir de sua própria percepção e definição, quando se pode (re)definir e recuperar a própria história e realidade” (KILOMBA, 2019, p. 82). Portanto, o direito que estes adolescentes marginalizados possuem de ser reconhecidos enquanto sujeitos em suas vidas deverá se

refletir neste processo de produção de conhecimento acadêmico que estamos desenvolvendo. Assim como Mbembe, Kilomba também será uma importante referência para o debate sobre racismo que se encontrará no cerne de nossa análise.

A noção de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2014) e as técnicas de si como possibilidades de resistência na leitura foucaultiana darão o aporte necessário para analisarmos os efeitos subjetivos das violências sofridas pelos adolescentes entrevistados. Além disso, apropriamo-nos dos constructos epistemológicos que dão sustentação à Reforma Psiquiátrica brasileira enquanto movimento clínico-político de produção de novas subjetividades para aqueles tidos como loucos na sociedade, a fim de compreender os balizadores do trabalho desenvolvido pelo CAPS no atual contexto de vida dos sujeitos.

Ao longo de todo o nosso percurso, tomaremos a devida precaução ética de não falar em nome daqueles que, historicamente, foram silenciados. A importância desta cautela foi sinalizada por Gayatri Spivak em sua obra *Pode o Subalterno Falar?* (2010). A proposição apresentada pela autora indiana é de que a atitude de falar em nome do outro contribui para que este continue sem fala e, com isso, sua condição de subalternidade seja mantida, enquanto o pesquisador recebe os méritos por uma pesquisa com a falsa fachada de comprometimento político. Com isso, partiremos do princípio de que este outro subalterno tem a capacidade de expressar criticamente suas condições existenciais, desde que se criem possibilidades para que esses discursos sejam ouvidos. Tentaremos estabelecer uma relação de horizontalidade com os sujeitos participantes da pesquisa, mesmo reconhecendo os limites que impossibilitam que tal relação aconteça em sua plenitude, dada a assimetria que os lugares de “pesquisador” e “sujeito de pesquisa” estabelecem *a priori*. Marques e Genro (2016), a partir de uma ótica decolonial, identificam que a produção de silenciamentos e invisibilizações faz parte de um mecanismo de construção de um padrão hegemônico de ser, viver, conhecer e agir no mundo, iniciado com a colonização europeia.

Tentando se opor à lógica puramente extrativista e unilateral a partir da qual tradicionalmente se faz pesquisa, este estudo adotará a perspectiva das metodologias em colaboração, ou em “co-labor”, como vem sendo chamada em contextos latino-americanos e é descrita por Marques e Genro (2016). Segundo as autoras, as metodologias em co-labor reconhecem a influência colonial e a prepotência acadêmica no modo como costumamos fazer pesquisa. Pesquisar em co-labor implica um comprometimento com diferentes níveis da realidade social investigada, assumindo um olhar mais atento ao outro e às suas manifestações, e afirmando-o como coautor daquilo que estamos construindo coletivamente. Reconhecendo os saberes desses sujeitos como legítimos, nossa pesquisa insere-se, portanto,

em um projeto de descolonização acadêmica, que considera a ciência um saber limitado e que não está apartado de outras formas de conhecimento. Pensamos a pesquisa como possibilidade de aprendizado mútuo com os sujeitos participantes e consideraremos o conselho de Boaventura de Sousa Santos sinalizado por Marques e Genro (2016), ao tomarmos a ignorância como ponto de chegada no encontro com o outro.

3.1 Procedimentos metodológicos

Neste tópico buscaremos detalhar os procedimentos metodológicos que fizeram parte da pesquisa.

3.1.1 Desenho da pesquisa

A proposta é de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa parte da noção de “construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo” (FLICK, 2009, p. 16). Consiste em uma atividade situada, que posiciona o observador no mundo; isso significa que “os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem” (FLICK, 2009, p. 16). Com isso, a pesquisa que estamos desenvolvendo localiza-se a partir deste viés, visto que escolhemos estudar a trajetória de vida de adolescentes negros, periféricos e usuários de drogas até a judicialização de suas vidas sob a perspectiva deles próprios e no momento em que estão submetidos à institucionalização em um dispositivo estatal de Saúde Mental. O caráter descritivo da pesquisa se manifestará por meio da descrição minuciosa das características que perpassam a percepção dos participantes sobre suas experiências, estabelecendo relações entre variáveis (experiência individual com os contextos micro, meso e macrossocial) e buscando trazer uma nova visão sobre a realidade estudada.

3.1.2 Local da pesquisa

A pesquisa aconteceu em um Centro de Atenção Psicossocial em Álvaro e outras Drogas (CAPS AD) localizado na Região Político-Administrativa 1 (RPA 1) da cidade de Recife. De acordo com a Portaria GM nº 336/02, que define e estabelece as diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial, este CAPS é caracterizado como do tipo III, ou seja, funciona 24 horas, todos os dias da semana, inclusive feriados, e tem previsão de cobertura para municípios com população superior a 200.000 habitantes. Além disso, o

serviço funciona através da lógica “AD I”, modelo não previsto na RAPS nacional, mas possível através de pactuações municipais. Em decorrência da alta demanda em Saúde Mental para casos de crianças e adolescentes usuários de drogas em um determinado município, é admissível a estruturação de um serviço específico para atender este público. No caso de Recife, temos o CAPS AD escolhido como nosso lócus de pesquisa. Nele, são atendidos principalmente adolescentes (12 a 18 anos de idade) usuários de drogas encaminhados pelo Conselho Tutelar, Ministério Público, escolas e Sistema Socioeducativo, além de encaminhamentos do próprio SUS e demandas espontâneas.

O serviço realiza atendimentos individuais, coletivos (grupos e oficinas de culinária, música, redução de danos, artesanato, arteterapia e exibições de filmes nos “Curtas-Manhãs”), atividades pedagógicas e lúdicas (piscina e sala de jogos), visitas domiciliares, buscas ativas, atendimento a famílias, ações de redução de danos no território, matriciamento da atenção básica, dos pontos de atenção de urgência e emergência e dos hospitais de referência, participações em discussões de casos em articulação com a rede intra e intersetorial, participação em eventos e passeios terapêuticos, além de reuniões de Grupos de Trabalhos (GTs) com a Gerência de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas, reuniões de Controle Social por meio de assembleias e com o Conselho Gestor da Unidade, onde se constroem e pactuam os fluxos, instrumentais, alinhamentos operacionais e conceituais entre os CAPS do Recife.

3.1.3 Participantes

Foram entrevistados quatro (4) adolescentes que estão sendo acompanhados pelo CAPS AD, todos com idade de 17 anos. A proposta de entrevistarmos apenas quatro sujeitos condiz com nosso cronograma inicial de pesquisa, no qual nos planejamos para realizar a coleta de dados dentro de um período máximo de um mês. Sendo assim, considerando que as entrevistas com os participantes poderiam acontecer em mais de um encontro, planejamo-nos para entrevistar um sujeito por semana, de modo que não interferisse em demasia na dinâmica da instituição.

Escolhemos trabalhar com um recorte de público que foi encaminhado ao serviço pela Justiça, mais especificamente pelo Sistema Socioeducativo. A proposta de trabalharmos com sujeitos que praticaram atos infracionais surge da necessidade de complexificar o debate, visto que o ato infracional pode nos apontar outras camadas de discussão sobre a realidade social dos entrevistados. Realizamos também um recorte racial e de classe: escolhemos adolescentes autodeclarados negros e moradores de bairros periféricos do Recife. A facilidade de acesso

aos participantes e aos seus pais/responsáveis legais, sua disponibilidade e sua abertura ao diálogo também foram consideradas para a inclusão dos sujeitos na pesquisa.

3.1.4 Cuidados éticos

A realização da presente pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, sendo submetida ao Comitê de Ética da UFPE e à Gerência de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Recife. Com isso, buscamos atender às questões éticas envolvidas em pesquisas com seres humanos e alinhamo-nos com os princípios fundamentais da saúde e bem-estar das pessoas, grupos e comunidades.

Assumimos o compromisso de garantir a participação voluntária dos adolescentes, após leitura, compreensão e assinatura do TALE por estes e do TCLE por seus pais/responsáveis legais. Todos os voluntários receberam uma cópia do TALE e uma do TCLE, assinadas pelo pesquisador e por duas testemunhas (os gerentes do CAPS). O sigilo e a preservação do anonimato foram garantidos e os nomes utilizados para identificar os participantes são fictícios.

Procuramos respeitar os limites de cada participante, evitando o aprofundamento de conteúdos sobre os quais se mostraram resistentes a falar, entendendo a resistência como um sinal de defesa contra eventual desconforto psíquico. A construção paulatina de vínculo com eles foi preconizada por meio de diálogos informais que antecederam as entrevistas, produzindo maior segurança e estabilidade. Por isso, trabalhamos com entrevistas que foram realizadas em mais de um encontro, respeitando, assim, o tempo de cada um e o desejo de prosseguir ou interromper sua participação a qualquer momento.

3.1.5 Procedimentos iniciais e recrutamento dos participantes

As entrevistas foram antecipadas por uma conversa com o gerente operacional do CAPS, a fim de dialogarmos sobre os propósitos da pesquisa e avaliarmos juntos a sua viabilidade. Nesta conversa, demos especial atenção à relação do Poder Judiciário com o serviço, quando foi posta a existência de um fluxo constante de encaminhamentos da Justiça, mesmo de adolescentes que não apresentavam perfil para o acompanhamento. Após aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UFPE e autorização da Gerência de Saúde Mental do Recife, sete meses após nossa primeira conversa, ocorreu um segundo encontro com o gerente operacional para darmos início à pesquisa. Nesta segunda conversa houve a oportunidade de maior familiarização com a instituição: a composição da equipe, as principais atividades realizadas, o público, os principais encaminhamentos e as articulações

com a rede. Em seguida, surgiu o convite para participar da reunião de equipe, na qual foi apresentado nosso projeto de pesquisa, assim como foi solicitada a ajuda da equipe para delimitarmos quais seriam os quatro participantes do estudo, levando em consideração os critérios de inclusão delimitados pela proposta da pesquisa. De imediato, surgiram alguns nomes, dentre os quais três deles, de fato, tornaram-se sujeitos da pesquisa. O quarto integrante foi definido posteriormente. Houve dificuldades com relação à escassez de participantes com o perfil delimitado pela pesquisa, visto que boa parte deles havia evadido do serviço e apenas dois deles estavam frequentando o CAPS regularmente. Realizamos diversas tentativas de contato com alguns deles, mas sem muito sucesso, o que levou a um atraso no andamento da pesquisa.

De forma geral, a equipe mostrou-se muito atenciosa e solícita ao longo de todo o processo de produção de dados, especialmente a gerente clínica do CAPS, principal interlocutora entre o pesquisador, os participantes e seus pais/responsáveis legais. Os técnicos de referência (profissionais de nível superior que acompanham determinados casos com maior proximidade) também foram figuras importantes na mediação do diálogo com todos os envolvidos. O primeiro contato com os participantes foi realizado pela gerente clínica, a qual anunciava a presença do pesquisador e suas intenções. Somente após a abertura inicial dos adolescentes para a participação, o pesquisador abordava-os, falando sobre os propósitos da pesquisa e como ela poderia contribuir para ajudar outros adolescentes como eles. A aceitação de todos foi imediata e logo procuramos estabelecer vínculos por meio de conversas informais sobre música¹⁵, sobre as atividades que estavam realizando naquele momento, sobre a piscina, sobre comida etc.

Maiores detalhes sobre a pesquisa foram apresentados em seguida, a partir da leitura do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), mas a coleta da assinatura do participante com seu assentimento só ocorreu após o consentimento de seus pais/responsáveis legais. O contato com estes também contou com a ajuda da gerente clínica, que solicitou a presença deles no serviço para explicação da proposta de pesquisa, leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e coleta de suas assinaturas. Somente após estes procedimentos os participantes assinaram o TALE e as entrevistas tiveram início, sendo gravadas e posteriormente transcritas. Cada entrevista ocorreu em dois encontros, com

¹⁵ Eles têm livre acesso à sala dos técnicos para pegar a caixa de som e ouvir as músicas que quiserem. Cheguei a ajudá-los com um problema que estavam encontrando para fazer o som funcionar. O tipo de música predominantemente escolhido são os funks recifenses de “passinho”.

exceção de uma delas, que ocorreu em três encontros devido à maior resistência do participante.

3.1.6 Instrumentos de coleta

- Caixa de objetos¹⁶: os objetos contidos na caixa foram utilizados como recursos para a apresentação do pesquisador e dos participantes, assim como disparadores das questões iniciais relativas à história de vida e ao contexto psicossocial de existência dos adolescentes. Os participantes foram instruídos a pegar paulatinamente os objetos da caixa que lhes remetesse a alguma recordação sobre suas vidas e, em seguida, falarem sobre o que lhes vinha à mente. Os objetos foram escolhidos pelo pesquisador com a finalidade de despertar nos entrevistados lembranças gerais sobre aspectos da vida como infância, escola, família, condições de renda e consumo, drogadição, relação com a polícia, empregabilidade, religiosidade, assistência à saúde, música, negritude e laços afetivos.
- Charges: foram utilizadas charges sobre as temáticas de desigualdade social, racismo e negligência política. Os participantes foram orientados a pegar as charges que lhes chamassem a atenção, as quais estavam dispostas em uma mesa, a fim de estimular reflexões sobre as respectivas temáticas.
- Vídeoclipe da música *Mágico de Oz* do grupo de rap Racionais MC's¹⁷: o vídeoclipe foi utilizado com o intuito de disparar questões relacionadas à realidade das comunidades em que vivem, especialmente no que diz respeito ao uso e tráfico de drogas, assim como aos modos de atuação da polícia. Decidimos trabalhar com um rap por ele ser um dos elementos constitutivos do movimento *hip-hop*. De acordo com Costa e Menezes (2007), o *hip-hop* é um campo político originado das ruas e, ao refletir o cotidiano das periferias, acaba sendo permeado por determinados valores com os quais os jovens urbanos e periféricos tendem a se identificar. As autoras entendem ainda o *hip-hop* como “um estilo de vida e uma atitude, que expressam posicionamentos em relação à realidade que os cerca, a qual os expõe, sobretudo, à violência, às drogas e à falta de perspectivas. É a voz, o gesto e a ação do próprio sujeito no mundo” (COSTA e MENEZES, 2009, p. 201).

¹⁶ Apêndice D – Caixa de objetos.

¹⁷ Racionais MC's é o maior e mais influente grupo de rap do Brasil, nascido no ano de 1989 na cidade de São Paulo/SP. Suas músicas falam principalmente sobre o extermínio da população negra e periférica brasileira, denunciando todas as violências derivadas do racismo estrutural em nosso país. O vídeoclipe está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=xNltful76jw>. Acesso em: 07 jun. 2020.

- Recortes de notícias extraídas de páginas da internet: o conteúdo das reportagens versava sobre a criminalização de adolescentes negros, periféricos e usuários de drogas. Utilizadas como recursos disparadores para o debate sobre desigualdades de raça e classe no que se refere ao uso de drogas ilícitas. As notícias ficaram disponíveis em uma mesa e os participantes foram estimulados a manuseá-las.
- Edições do Jornal *Brasil de Fato* do ano de 2019 (edições nº 99, 101 e 102 e edição especial nº 12): os participantes foram estimulados a selecionar as notícias que mais lhes chamassem atenção para falar sobre questões ligadas à conjuntura política do país. Apenas dois participantes dispuseram-se a folhear os jornais. Chamaram-lhes a atenção as matérias com as seguintes manchetes: “*Os direitos cada vez mais longe do povo*”; “*Motorista avança sobre manifestação do MST e mata homem de 72 anos em Valinhos (SP)*”; “*Qual é o bairro? Madalena*”; “*Saúde e exercício físico na praça mais perto de você*”; “*Desemprego: sem amparo federal, Pernambuco vive incerteza sobre futuro*”; “*O Future-se é um projeto de privatização da educação*”; “*O xadrez do governo Bolsonaro*”.
- Roteiro de entrevista semiestruturada: Para Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada possibilita melhor focalização sobre o assunto de que se quer tratar, a partir da construção de um roteiro com perguntas centrais. Nossas perguntas foram distribuídas em blocos temáticos, articulados com os objetivos específicos da pesquisa. O roteiro foi complementado com novas perguntas, elaboradas na medida em que os conteúdos foram sendo trazidos pelos participantes no decorrer de suas falas, o que é comum em entrevistas com roteiro semiestruturado. Manzini (1990/1991) explica ainda que este formato de entrevista não restringe as respostas por meio de padronizações, o que favorece a produção de informações de modo mais livre.
- Celular para gravação das entrevistas.

Observação: o pesquisador participou também da III Jornada Intersetorial de Saúde Mental Infantojuvenil do Recife, que aconteceu entre os dias 30 de setembro e 01 de outubro de 2019. Na ocasião do evento, um dos adolescentes participantes desta pesquisa compôs uma das mesas e trouxe uma fala sobre sua experiência no CAPS, fazendo com que este momento nos oferecesse mais uma fonte de dados.

3.1.7 O percurso das entrevistas com os adolescentes

O início das entrevistas aconteceu com a utilização da caixa de objetos, primeiramente, por mim (o pesquisador). A ideia era utilizar os objetos da caixa para que eu pudesse falar um pouco sobre minha vida, ao mesmo tempo em que este procedimento serviria como um exemplo ilustrativo acerca do funcionamento da dinâmica. Dentre os diversos objetos que manuseei, o livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*¹⁸ foi utilizado estrategicamente para que eu pudesse me autodeclarar negro, na tentativa de criar uma paridade racial com os entrevistados. No entanto, estou ciente de que outros fatores para além da questão racial estavam em jogo naqueles encontros: o *status* de psicólogo, estudante de mestrado e pesquisador, a idade (fui chamado de tio por dois deles e de senhor por um), a linguagem, as roupas e o celular (utilizado para as gravações) são alguns elementos que me colocavam em outro lugar e, por isso, talvez tenham feito com que os adolescentes entrevistados nem me vissem como negro, ou com que a cor da minha pele não fosse o fator fundamental para que me vissem como um par. Mas uma aproximação mínima foi buscada com este gesto e um deles, que antes da minha apresentação chegou a dizer que era “preto e branco” (acredito que por ser pardo), durante a entrevista, acabou modificando sua autodeclaração para apenas “preto”. A autodeclaração deles aconteceu antes das entrevistas ou, espontaneamente, no decorrer delas.

Algumas dificuldades foram encontradas na aplicação dos recursos técnicos utilizados para dar suporte à condução das entrevistas. Primeiramente, com relação à caixa, percebi que ela funcionou apenas como um disparador inicial das falas. A utilização de objetos para ilustrar as temáticas sobre as quais gostariam de falar foi logo abandonada, mesmo quando eram estimulados a pegar novos objetos. Com relação às charges, todos os entrevistados apresentaram dificuldades com a leitura, sendo necessário meu suporte. Em alguns casos, mesmo com o suporte fornecido, eles apresentaram dificuldade com a interpretação de charges que tinham um sentido mais metafórico, ou que tratavam de questões que eles desconheciam. Nestes momentos, foram fornecidas breves explicações sobre aqueles conteúdos. É importante pensarmos como este tipo de limitação é o reflexo das desigualdades no acesso e na qualidade da educação entre as diferentes classes sociais do Brasil.

¹⁸ Nascimento, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

De acordo com dados publicados pela Agência Brasil¹⁹, os índices de alfabetização entre crianças com nível socioeconômico mais elevado chegam a ser seis vezes maiores do que os de crianças com baixos níveis socioeconômicos. Em um levantamento realizado pelo movimento Todos pela Educação a partir dos resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização realizada em 2014, dentre as crianças cujas famílias têm renda de até um salário mínimo, apenas 45,4% têm o nível adequado estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) em leitura, 24,9% em escrita e 14,3% em matemática. Já entre as crianças cujas famílias possuem renda superior a sete salários mínimos, os percentuais são consideravelmente superiores: 98,3% têm nível considerado adequado em leitura, 95,4% em escrita e 85,9% em matemática. O referido levantamento levou em conta o Indicador de Nível Socioeconômico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que reúne dados como renda e escolaridade dos pais ou responsáveis.

Diante da dificuldade identificada com a leitura, precisei abrir mão da utilização da letra da música *Mágico de Oz* do grupo Racionais MC's, e decidi trabalhar apenas com seu videoclipe. O uso deste não se mostrou efetivo na produção de novos conteúdos pelos entrevistados. O videoclipe os deixou reflexivos, mas quando foram estimulados a falar sobre ele, apenas diziam que as imagens apresentadas representavam tudo aquilo que eles já haviam dito sobre o contexto social em que viviam, evitando explorar melhor essas questões. Todos se disseram fãs de Racionais MC's; um deles solicitou que eu enviasse o vídeo para ele, e outro pediu para levar um vídeo diferente do mesmo grupo no dia seguinte. Os recortes de reportagens e a escolha das matérias nos jornais a serem discutidas também demandaram ajuda. Dentre os instrumentais utilizados, a entrevista semiestruturada acabou se mostrando o mais importante para estimular a fala dos participantes ao longo de todos os encontros.

Outra dificuldade encontrada envolveu a impaciência de dois participantes que, com poucos minutos, já questionavam se estava perto de acabar a entrevista, fazendo com que reduzíssemos o uso dos instrumentos disponíveis. Um deles sempre encerrava as entrevistas quando se passavam em torno de dez minutos. Por isso, foram necessários três encontros, todos eles muito curtos. Diversas questões deixaram de ser exploradas por este motivo, algumas delas sendo complementadas somente a partir de seu discurso na III Jornada Intersetorial de Saúde Mental Infantojuvenil do Recife.

Dois entrevistados estavam sob efeito de maconha durante o segundo encontro, mas não vimos problemas em dar continuidade às entrevistas, visto que estar daquela forma era o

¹⁹Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/alfabetizacao-entre-criancas-mais-ricas-e-seis-vezes-maior-que-entre-perifericos>. Acesso em: 09 jun. 2020.

modo de ser cotidiano dos sujeitos, em sua autenticidade. Observamos apenas certa introversão e respostas mais curtas quando comparadas às dos primeiros encontros.

Apesar das dificuldades encontradas no uso dos recursos escolhidos, a maior parte deles acabou se mostrando útil para disparar reflexões sobre como eles são afetados em seus cotidianos pela desigualdade social e política e por discriminações diversas. Todas as entrevistas fluíram bem; os participantes mostraram-se muito à vontade para falar, foram espontâneos, divertidos e cordiais em todos os momentos. Sorriram, emocionaram-se e ficaram pensativos, a depender das temáticas sobre as quais falavam. O vínculo comigo estendeu-se para além da situação de entrevista: sempre me cumprimentavam quando me viam pelo CAPS, ofereciam comida e até me mostravam vídeos no celular.

3.1.8 O caminho para a análise dos dados

Para a construção da análise dos dados produzidos por meio das entrevistas, escolhemos um método de pesquisa qualitativa pouco reconhecido, mas bastante utilizado na Psicologia, assim como em diversas áreas. Estamos nos referindo à Análise Temática. Existem diversos tipos de Análise Temática, mas nossa pesquisa tomará como referência o método desenvolvido por Braun e Clarke (2006). Segundo as autoras, a Análise Temática é um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas). Este método se propõe a direcionar a organização e descrição do conjunto de dados, além de auxiliar na interpretação destes. Segundo Souza (2019), é uma abordagem que está alinhada com pesquisas sociais e com agendas de justiça social.

Braun e Clarke (2006) explicam que a Análise Temática não está relacionada com nenhuma perspectiva teórica *a priori*, o que favorece seu uso a partir de diversos arcabouços teóricos. Ela pode funcionar como um método essencialista ou realista (explicitando experiências, significados e realidades dos sujeitos), construtivista (examinando como estes mesmos elementos são produtos de discursos disseminados na sociedade) e contextualista (reconhecendo os modos como os sujeitos produzem sentidos para suas experiências e as formas como o contexto social se manifesta nesses sentidos). “Portanto, a Análise Temática pode ser um método que funciona tanto para refletir a realidade, como para desfazer ou desvendar a superfície da realidade” (BRAUN e CLARKE, 2006, p. 7 e 8). Por estar situado entre estes dois polos, o modelo contextualista será o adotado nesta pesquisa.

Mas como sabemos quando estamos diante de um tema? “Um tema capta algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa, e representa um certo nível de resposta ou significado padronizado dentro do conjunto de dados” (BRAUN e CLARKE,

2006, p. 8). As autoras ainda esclarecem que não existe uma proporção de dados predeterminada para demonstrar a evidência de um tema. Obviamente, a ideia é que existam exemplos do tema no *corpus* dos dados, mas a quantidade de vezes que um exemplo aparece não é determinante para que ele seja considerado mais significativo do que outros que aparecem com menos frequência. É o julgamento do pesquisador frente ao banco de dados que vai avaliar quais temas captam o que, de fato, é importante para a questão global de investigação da pesquisa.

A Análise Temática, conforme detalha Souza (2019), pode se dar tanto por meio de uma abordagem indutiva (não parte de uma grade pronta de categorias ou temas para analisar os dados), quanto por meio de uma abordagem dedutiva ou teórica (parte de um conjunto preestabelecido de categorias ou temas delimitados). Para esta pesquisa, adotaremos uma abordagem dedutiva, ou seja, teremos como ponto de partida três grandes eixos temáticos preestabelecidos. Os objetivos específicos da pesquisa serviram para subsidiar a delimitação dos temas a fim de atingirmos o objetivo maior do nosso estudo.

Procuramos seguir as fases do método de Análise Temática elencadas por Braun e Clarke (2006) para conduzir o processo de construção da nossa análise qualitativa dos dados. É importante ressaltar que as autoras não pensam essas fases como regras fixas, mas como orientações mais amplas, flexíveis e não necessariamente lineares – demandando, muitas vezes, movimentos de vaivém sempre que preciso.

Fase 1: familiarização com os dados

Após a conclusão das entrevistas, iniciamos o processo de transcrição literal dos dados, sua leitura e releitura ativas e organização das ideias iniciais. Este foi um processo de profunda imersão nos dados, fundamental para a delimitação de alguns padrões identificados. Foram realizadas anotações sobre o que aqueles dados nos sugeriam em um primeiro momento acerca de nossos interesses analíticos iniciais, assim como dos conteúdos inesperados que surgiram. A releitura das transcrições aconteceu ao longo de toda a construção da análise.

Fase 2: gerando códigos iniciais

Em seguida, iniciamos a escrita de pequenos códigos no próprio corpo das transcrições. Segundo as autoras, os códigos são elementos básicos dos dados brutos que identificam conteúdos latentes ou semânticos, os quais possibilitam a organização dos dados em grupos que agreguem significados semelhantes. Alguns exemplos de códigos construídos

ao longo das transcrições foram: “racismo cotidiano”, “uso de drogas”, “tráfico de drogas”, “racismo institucional”, “sofrimento ético-político”, “resistência”, “relação com o CAPS” etc. Evitamos codificar todo o banco de dados; realizamos a codificação apenas dos aspectos específicos dele que nos remetiam aos três grandes eixos temáticos da pesquisa.

Fase 3: buscando temas e subtemas

Utilizamos este momento para classificar os códigos que iriam compor nossos temas, realizando os devidos recortes dos extratos das entrevistas correspondentes aos seus respectivos códigos. Os extratos das entrevistas que receberam o mesmo tipo de código foram agrupados para formar diferentes bases de padrões na construção dos temas. Analisamos também como diferentes códigos poderiam ser combinados para compor um único tema. Ao fim dessa fase, tivemos dois candidatos a subtemas para o segundo tema da pesquisa. De acordo com Souza (2019), os subtemas são, em essência, temas dentro de um tema. Eles contribuem para a estruturação do tema maior e mais complexo, assim como podem evidenciar a hierarquia de significados incluída nos dados.

Fase 4: revisando os temas e subtemas

Antes de determinarmos se aqueles elementos selecionados eram coerentes ou não para serem utilizados em nossa análise, realizamos a revisão deles, por meio de uma avaliação sobre a homogeneidade interna dos códigos e extratos selecionados dentro de cada agrupamento e sua pertinência quando articulados com o seu eixo temático correspondente. Avaliamos também a heterogeneidade externa destes mesmos elementos, a fim de diferenciá-los dos demais temas e subtemas delimitados. Após releitura, percebemos que havia um padrão de coerência interna e distinções externas entre os códigos e extratos das entrevistas com seus respectivos temas e candidatos a subtemas; porém, alguns deles acabaram sendo descartados, por se mostrarem repetitivos ou por não contribuírem para o enriquecimento da discussão que pretendíamos desenvolver. Finalizamos esta fase, portanto, com o refinamento de nossos temas e subtemas.

Fase 5: definindo e nomeando temas e subtemas

Após o refinamento, conseguimos construir uma visão mais apurada sobre aquilo que cada tema e subtema tratava de fato e os aspectos dos dados que cada um deles captava. Com isso, atribuímos nomes a cada um dos temas e subtemas, de modo que transmitissem claramente aos leitores o conteúdo que estão abordando. Portanto, nossos temas serão

descritos pelos títulos dos três tópicos de nossa análise. O primeiro chama-se “Racismo como Processo de Deslegitimação Social”, visto que este foi o principal tipo de violência apontado pelos sujeitos da pesquisa por meio de diversos exemplos cotidianos. O segundo, denominamos de “Impactos Afetivos e Existenciais na Produção das Subjetividades”. Ele contém dois subtemas, intitulados “Sofrimento Ético-Político como Manifestação da Dimensão Afetiva dos Processos de Subjetivação” e “Resistências Múltiplas e Estéticas da Existência”. Identificamos que os impactos de ordem afetiva produzidos pelo contexto em que vivem os participantes manifestam-se na forma de sofrimento ético-político, ao passo que suas existências são marcadas por diversas formas de resistência de cunho estético. Por fim, nosso terceiro tema recebeu o título de “Desinstitucionalização como Humanização de Práticas e Produção de Novas Subjetividades”. Aqui, percebemos que a perspectiva da desinstitucionalização orientadora do trabalho desenvolvido pelo CAPS potencializa cuidado e reconhecimento aos jovens como seres humanos dignos.

Fase 6: produzindo o relatório

A última fase consistiu no início do processo de escrita da análise. Seguindo a orientação de Braun e Clarke (2006), ao longo da escrita, esforçamo-nos para fornecer evidências suficientes sobre os temas e seus subtemas através dos extratos dos dados. Escolhemos os recortes das entrevistas que melhor capturavam a essência da discussão teórica que iríamos conduzir, por considerarmos aquele aspecto central para a temática, assim como para a vida dos sujeitos analisados. A descrição dos conjuntos de dados contou com trechos destacados em negrito, com a finalidade de sinalizar os extratos mais importantes na construção de nossas argumentações teóricas, as quais guardaram sempre relações diretas com nossa pergunta de pesquisa.

Devido à sua acessibilidade, praticidade e flexibilidade, a Análise Temática mostrou-se um método útil em nossa difícil curadoria de dados, auxiliando-nos na construção de uma análise produtiva e sistematizada.

4 ANÁLISE

Esta análise terá como fio condutor a escuta de experiências e sentimentos de sujeitos negros e favelados. A fala deles é nosso canal, e estamos cientes de que falar é sempre uma atitude negociada entre emissor e ouvinte. Ouvir, por sua vez, implica uma autorização em direção ao falante. Assumimos um lugar de escuta, pois sabemos que somente é possível falar quando a voz é ouvida. Em sua reflexão sobre como historicamente os negros foram silenciados, Grada Kilomba (2019) pensa sobre a dimensão simbólica da *máscara do silenciamento* utilizada pelos escravos. Originalmente utilizada pelos senhores brancos para impedir que os escravos comessem do fruto de seus trabalhos, a máscara teria um efeito de violência ainda maior: silenciar vozes negras e tudo aquilo que elas pudessem expressar. A máscara representaria, portanto, a dominação e a brutalidade do colonialismo contra este Outro, “não humano”, que configura uma ameaça. Falar e, conseqüentemente, ser ouvido significa pertencer e existir enquanto sujeito. O silenciamento expressa a exclusão, o não-pertencimento e a não-existência na qualidade de sujeito. É isso que, na realidade, a máscara regula.

A análise, que se dará a partir dos relatos dos quatro adolescentes que se dispuseram a falar para este estudo, poderá nos ajudar a compreender diversos aspectos que envolvem a complexidade das experiências que vivenciaram e vivenciam em suas lutas por reconhecimento e pertencimento. Quais máscaras têm sido utilizadas para tentar silenciar a existência de adolescentes negros e periféricos em nosso país? O que eles têm a denunciar de tão ameaçador sobre as suas realidades quando despidos de suas máscaras silenciadoras? A reconstrução de alguns elementos de suas trajetórias de vida nos conectará com diferentes manifestações da existência social e da “experiência juvenil”, a partir da observação de como pensam, sentem e vivem estes sujeitos em suas singularidades. Iniciaremos com um breve resumo de cada entrevista; porém, ao longo da discussão, teremos a oportunidade de conhecer em maiores detalhes cada um dos entrevistados, em suas similaridades e distinções. Estaremos interessados nos modos como estes adolescentes estão se subjetivando em meio à diversidade de atravessamentos sociais e relações de poder que perpassam as suas vidas.

O primeiro entrevistado chama-se Ednaldo. Adolescente de 17 anos, vive em um bairro da periferia da zona oeste do Recife. Traz em sua trajetória uma série de rupturas sociais e afetivas determinantes para a forma como sua vida foi conduzida e para o modo como percebe o mundo e a si mesmo. Ainda aos sete anos de idade, abandonou os estudos, logo após uma grave tragédia familiar: a morte de um de seus seis irmãos em um acidente de carro. Desde então, não mais retornou à escola. Somando-se à dor da perda do irmão, Ednaldo foi obrigado a conviver com as brigas constantes de seus pais, as quais resultaram no fim do casamento e no afastamento do pai de sua casa e de sua vida. Ao perceber a difícil situação financeira em que a mãe se encontrava após a separação, aos 10 anos de idade, começou a trabalhar nas ruas com vendas de frutas. Foi nesse contexto que começou a fumar maconha e rapidamente se envolveu com o tráfico, devido à necessidade de adquirir mais dinheiro para ajudar sua mãe, sua irmã e seus sobrinhos: *“eu queria que minha sobrinha, meu sobrinho tivesse uma vida melhor de que a minha, né?”* (sic)

Apesar de não ser usuário de crack, foi essa a primeira droga que passou a traficar, juntamente com um dos irmãos mais velhos, sua principal referência identificatória. Juntos, comandaram o tráfico na comunidade e adquiriram grandes quantias em dinheiro, assim como diversos inimigos, sendo um deles aquele que denunciou Ednaldo para a polícia. Ednaldo revela que seu delator já foi seu amigo e que, por causa da denúncia deste, ele vivenciou uma de suas experiências de quarenta e cinco dias de internamento em uma unidade do sistema socioeducativo (foram duas passagens, no total). Além do tráfico, Ednaldo apropriou-se de armas, participou de roubos e presenciou homicídios, chegando a quase ser assassinado em trocas de tiros (ele mostra as marcas no corpo dos tiros que já levou). Ele ainda se vê como alguém em situação de risco de morte.

Possui poucos amigos, pois suas experiências fizeram-no *“conhecer quem é quem”* (sic). Além de ter sido denunciado por um amigo, levou um tiro de um outro adolescente que também o considerava como um *“irmãozinho”* (sic). Ednaldo refere ainda não se identificar com a vizinhança do local onde mora, porque são pessoas que *“querem ser o que não são”* (sic). Assim como os vínculos extrafamiliares, os próprios vínculos familiares também se mostraram frágeis ao longo de sua trajetória: *“Sou eu por mim e já era. Família pra mim eu não tenho não. Só a mim”* (sic).

Em um contexto social de insegurança, violência (inclusive a violência policial), tráfico e drogadição banalizada na comunidade em que vive, Ednaldo acaba ocupando a maior parte do seu tempo fazendo uso de maconha e ansiando por dias em que sua família será mais unida.

Marcos

O segundo é Marcos, 17 anos de idade. Apresenta uma forte valorização da figura materna, especialmente quando percebe que esta foi sua principal parceira durante os quarenta e cinco dias em que ficou internado em uma unidade do sistema socioeducativo, após ter sido apreendido por tráfico. Porém, o adolescente demonstra um claro ressentimento, devido aos diversos conflitos familiares que marcam sua história até hoje, contando também com o abandono de seu pai.

Vindo de uma família evangélica, Marcos desde sempre foi alvo de discursos depreciativos por parte de familiares e da vizinhança pelo fato de ser usuário de múltiplas drogas, principalmente a cola. A curiosidade, a influência de colegas, o desejo de reconhecimento social e a necessidade de dinheiro para o consumo foram fatores decisivos para seu envolvimento com o tráfico de drogas. Atualmente, Marcos presta serviços comunitários em um clube de futebol como parte do cumprimento de sua medida socioeducativa. Por morar próximo a uma delegacia em uma região periférica de um bairro da zona norte do Recife, Marcos relata que assiste constantemente a apreensões, realizadas pela polícia, de adolescentes de diversas comunidades, os quais são sempre espancados dentro do batalhão. Ele próprio já foi alvo de violência policial diversas vezes, em um cotidiano marcado pela venda e consumo de drogas no local onde vive.

Apesar de reconhecer as limitações financeiras da família e a precariedade do bairro onde vive, Marcos confessa não ver grandes problemas com relação a estes aspectos. Sua principal demanda é de ordem afetiva: *“tá faltando... amor e carinho”* (sic). Marcos relata ainda que possui muitos amigos, mas também muitos inimigos. Sente que falta paz na comunidade em que reside. Sobre o consumo de drogas, iniciou-o aos 11 anos de idade e até hoje faz uso diário de cola e cigarro, e usos esporádicos de maconha e álcool. Atualmente, Marcos está cursando o oitavo e o nono anos por meio do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e queixa-se da distância da escola.

Anderson

Em seguida temos Anderson. Hoje com 17 anos, viveu a maior parte de sua vida em um bairro periférico da zona sul do Recife, sobre o qual aponta diversos problemas de infraestrutura – ruas esburacadas, falta de iluminação pública e de espaços para o lazer –, além de observar um grande número de crianças em situação de rua. Possui um bom relacionamento com a mãe; porém, perdeu o pai de modo precoce, vitimado pela violência

urbana através de um assassinato, sendo este o primeiro determinante de um sentimento de revolta que o acompanha. Segundo ele, seu pai era um homem trabalhador e foi morto por um conhecido que tentou assaltá-lo. Anderson acabou aprendendo com a vida que deve sempre desconfiar das pessoas, observar o modo como falam e seus olhares. Com isso, acabou não desenvolvendo vínculos extrafamiliares firmes: *“amigo ninguém tem não, né? Tem colega”* (sic), afirma Anderson. Além disso, ele fala com ressentimento sobre os vizinhos, que sempre o denunciavam quando o viam fazendo uso de maconha pelo bairro.

Anderson coloca as ações violentas da polícia como principal marca de sua trajetória (traz, inclusive, marcas físicas) e como fenômeno comum do cotidiano em sua comunidade. Iniciou o uso de maconha aos 13 anos de idade; desde então, sofreu diversas abordagens da polícia, que sempre o acusava de ser traficante, chegando a prendê-lo injustamente utilizando um flagrante forjado de 140 pedras de crack. Foi somente depois de ser categorizado diversas vezes como traficante pela polícia, e de ter sido institucionalizado no sistema socioeducativo, que Anderson finalmente acabou se transformando no rótulo que lhe foi imposto. O adolescente, que desde cedo aprendeu a trabalhar duro nas ruas com vendas de bolos e fazendo “bicos” como ajudante de pedreiro, acabou sendo atraído pelos altos ganhos financeiros proporcionados pelo tráfico de drogas. Afinal, como ele mesmo diz: *“é o tipo de dinheiro que vem fácil e vai fácil”* (sic). Buscava adquirir dinheiro para sua alimentação e sustento do consumo diário de maconha nos tempos em que morava sozinho. Os roubos e furtos também eram práticas comuns em seu dia-a-dia. Atualmente, Anderson vive com sua mãe e seu padrasto e tem procurado se esforçar para dar prosseguimento aos estudos à noite por meio do EJA, conciliando-os com os “bicos” que realiza e com a prestação de serviço comunitário, parte da medida socioeducativa que ainda cumpre.

Lucas

O quarto e último é Lucas, que também possui 17 anos de idade e fala com satisfação sobre como é bom morar no lugar onde mora, por ter tudo de que precisa por perto. Reside em um bairro da zona norte do Recife que é misto: possui uma área nobre e uma região periférica, sendo esta última onde ele vive. Apesar de estar satisfeito com relação à acessibilidade do local, logo traz aspectos que falam sobre um ambiente de insegurança. Ao relembrar-se dos “colegas” – porque *“ninguém tem amigo”* (sic) –, refere-se a eles como más companhias. Muitos deles foram presos, alguns morreram, outros estão vivendo do crime. Agradece a Deus por estar vivo e livre. Situa seu afastamento da igreja e o atentado sofrido por sua mãe como elementos cruciais para o início de seu envolvimento com as drogas – isso por volta dos anos

de 2011 e 2012. Tudo começou com o cigarro, seguindo para a cola e para a maconha, da qual faz uso diário. Quando pensa em retornar para a igreja, expressa suas demandas por emprego, renda e uma vida melhor.

Fato curioso da trajetória de Lucas diz respeito ao seu envolvimento com o tráfico antes mesmo de tornar-se usuário de drogas. O adolescente cresceu em uma tradição familiar que possuía o tráfico como sustento entre alguns de seus membros. Ao observar a circulação de “*dinheiro fácil*” (sic), Lucas logo aderiu àquele modo de sustento movido pela “*ambição*” (sic) e pelo desejo de ser independente, chegando a fazer uso de armas. Em paralelo, também praticou roubos e trabalhou fazendo “bicos”. Além do tráfico, o ambiente familiar tinha como característica conflitos constantes entre os membros, que vivem em um mesmo terreno compartilhado com diversas casas. Em um dos atritos, Lucas refere ter sido acusado injustamente de ter roubado uma de suas tias, a qual o denunciou para a polícia. Lucas não conhece seu pai e tem uma relação distante com a mãe, apesar de os dois morarem no mesmo terreno e de ele possuir uma tatuagem com o nome dela no braço. Ele divide a casa com a irmã e tem como responsável legal uma de suas tias. Assim como os demais, também vem concluindo seus estudos através do EJA.

Tendo ele uma trajetória repleta da presença violenta da polícia, após diversas experiências de agressões contra ele, sempre lembradas com um tom de revolta, a passagem quase inevitável pelo sistema socioeducativo deixou-lhe marcas das quais se recusa a falar.

4.1 Racismo como processo de deslegitimação social

“Ainda que a liberdade conseguida pela Lei Áurea de 13 de maio de 1888 fosse negra, a igualdade pertencia exclusivamente aos brancos” (SCHWARCZ, 2012, p. 24). A conclusão à qual chegou Lilia Moritz Schwarcz reflete todo o processo de deslegitimação social ao qual sempre esteve subjugada grande parcela dos descendentes de escravos que aqui sobrevivem. Neste primeiro momento, utilizaremos as características presentes no racismo, delimitadas por Grada Kilomba (2019), para analisar algumas experiências dos adolescentes entrevistados. Segundo a autora, a primeira característica do racismo é a *construção de/da diferença*. A origem racial e/ou a pertença religiosa levam o sujeito a ser visto como “diferente”. Quando Anderson é questionado se já foi impedido de entrar em algum lugar, ele nega; porém, quando utilizamos o shopping como exemplo, pensando-o como local privado e predominantemente ocupado pela classe média, ele diz:

Anderson: Shopping eu vou, eu, eu entro, mas o pessoal fica tudo olhando pra minha cara. Mas ninguém nunca me barrou não.

R: Ninguém barrou, mas também ficam com um... um olho torto...

Anderson: É. Fica “de segunda” (desconfiados).

É o impacto com o exótico, marcado por uma diferença pejorativa. A questão é que uma pessoa como Anderson só se torna “diferente” quando é confrontada com grupos que estão no poder e definem-se como norma, e esta tem cor: branca. “A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os Outras/os raciais diferem” (KILOMBA, 2019, p. 75). Sendo assim, é a discriminação que produz a diferença. Ednaldo e Lucas, por outro lado, relatam que já foram impedidos de entrar em shoppings. Porém, o exemplo de Ednaldo traz um elemento interessante:

R: Tu não pensa em frequentar, por exemplo, esses lugares assim tipo shopping e festas, essas coisas, não?

Ednaldo: Eu não penso não, porque se eu for, eu acho que eu falo muita besteira, véi. Que é muitas, muito bagulho, muito filhinho de papai e pá, e vê uma pessoa assim, negro e pá, tá ligado, né? Aí vai dizer logo "oxe, maloqueiro" e pá. Teve uma vez que eu fui no shopping com meu irmão, pô, no Plaza. Quando eu entrei e pá, entrou... meu irmão entrou, pra ir, meu irmão é negócio de playboy. Roupinha de playboy, esses negócio. Meu irmão entrou, não foi um segurança atrás dele, pô. Eu entrei no shopping, botei um pé assim, ó... veio um aqui e um aqui, ó, atrás de mim. Sem mentira nenhuma.

O relato de Ednaldo aponta para a segunda característica do racismo: as diferenças construídas estão inseparavelmente ligadas a valores hierárquicos. Isso significa que a diferença está conectada com estigmas de desonra e inferioridade. Kilomba comenta que o preconceito é o resultado da união dessas duas primeiras características, a qual se dá por um processo de naturalização e generalização destes valores hierárquicos a todos os indivíduos de um determinado grupo – neste caso, os negros. Ednaldo refere privar-se de frequentar shoppings e determinadas festas por saber que são espaços reservados para outro tipo de pessoas, brancas e “filhinhos de papai”, e que associaram a sua negritude com o estigma da bandidagem – “maloqueiro” (sic). O mesmo estigma que o fez ser abordado pelos seguranças no shopping. “Muitas vez, muitas vez a pessoa não é usuário, mas só por você ser negro a turma diz: "ah, é usuário de droga e não sei o quê e não sei o quê". É. É mesmo assim...”

(sic), reflete Ednaldo sobre como é pertencer a um grupo estigmatizado. E o mais interessante de tudo é que seu irmão, apesar de negro, não foi abordado, por vestir-se com “*roupinha de playboy*” (sic). Ou seja, negros que aparentam possuir dinheiro para gastar com roupas mais caras são embranquecidos, mostrando-nos que o preconceito com o negro também está atrelado a uma questão de classe social. Ao ser questionado sobre o que acredita que as pessoas esperam dele quando o veem, Anderson fornece-nos outro exemplo disso:

Anderson: Eles pensa que eu vou fazer alguma coisa, né? Por causa do meu jeito de se vestir. As coisa assim. Que é muito preconceito.

R: Aham. E eles queriam que tu fosse como?

Anderson: Queria que eu me vestisse, né? Andasse de calça, não andasse de bermuda assim. De Seaway. Que se, que eles já leva isso como marca de bandido, traficante.

Vejamos também o que Lucas tem a dizer sobre essa questão:

R: E o que tua acha que as pessoas pensam de quem usa droga, de quem mora na periferia?

Lucas: Oxe! Ladrão, traficante... “tudo e todos”, matador...

R: Tu já ouviste essas coisas?

Lucas: A galera fica tudo olhando pra mim, tudinho... Aí eu fico: - “oxe, e eu sou novela pra ficar me acompanhando é?”

R: Quem é que fica olhando pra tu?

Lucas: A galera no ônibus, em todo canto...

Todos estes exemplos remetem-se ao que Kilomba (2019) definiu como *racismo cotidiano*. Este é representado pelos vocabulários, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que fazem do negro não só a/o “*Outra/o*”, diferente do branco: a autora refere-se também à noção de “*Outridade*”, ou seja, a expressão dos elementos reprimidos dos sujeitos brancos. O *Outro* perigoso, intruso, violento, sujo, exótico e indesejado projetado nos adolescentes negros e periféricos, na realidade, é a personificação daquilo que a sociedade branca recusa-se a reconhecer em si mesma. Aos meninos é, portanto, negado o direito de existir como igual, pois acabam se tornando “o outro da branquitude”. E, como vimos através dos relatos aqui

expostos, eles se mostraram cientes das imagens que são refletidas sobre eles, imagens de “seres incivilizados²⁰”.

As duas características do racismo referidas são entremeadas pelo poder em sua dimensão histórica, política, social e econômica. “É a combinação do preconceito e do poder que forma o racismo. E, nesse sentido, o *racismo é a supremacia branca*” (KILOMBA, 2019, p. 76). Anderson traz uma reflexão bastante elucidativa para exemplificar como ele já percebeu, em seu cotidiano, a desigualdade existente entre brancos e negros no que diz respeito a este entrelaçamento entre preconceito e poder. Ele foi questionado se as pessoas que moram na periferia possuem mais chances de envolver-se com drogas do que quem mora nos bairros mais ricos, ao que respondeu:

Anderson: Do jeito que nós favelado fuma, acho que os filhinho de papai tudinho também fuma. Quem tem dinheiro também fuma. Pode fumar de todo jeito. Que eu já vi tanta turma, tanto filhinho de papai, passando assim na praia com a galera assim, fumando maconha. Tudo de carro e de moto... e os policial nem aí, ó, pra isso. Agora quando é um cara favelado, só porque o cara tem a cor assim mais escura, aí já quer cismar logo com o cara. Diz que o cara é traficante, “tudos e todos”.

A mesma pergunta foi repetida utilizando o comparativo entre periferia e bairros mais ricos, mas dessa vez para avaliar a possibilidade de envolvimento com a criminalidade:

Anderson: Oxe, é a mesma coisa também. Não é o lugar que o cara mora não. Cada um tem sua mente.

R: Eu tô te perguntando isso por conta dos preconceitos que o povo tem, né?

Anderson: Oxe, altos, mesmo, também tem altos pirraia também, que mora aí em prédio, pá, trafica “tudos e todos”. Que rouba. Tanta gente, e na televisão, quando nós vê, só passa nós. Esses bagulho de nós maconheiro. Não passa um filhinho de papai.

O que os relatos de Anderson nos fazem pensar é como o racismo (enquanto expressão da relação de opressão de uma elite branca sobre a pobreza negra) coloca em questão a ilicitude de determinados atos. Esta não está diretamente atrelada aos atos em si, mas ao tipo

²⁰ Incivilização: é uma das formas através das quais o sujeito negro é percebido como um outro. Neste caso, ele se torna a personificação do outro violento e ameaçador – a/o criminoso/a, a/o suspeito/a, a/o perigoso/a -, aquele que está fora da lei (KILOMBA, 2019, p. 79).

de pessoas que os praticam. Trassi e Malvasi (2010) relatam que as caracterizações acerca da juventude produzidas desde o início do século XX deram destaque às disparidades entre o comportamento juvenil e os padrões vigentes. No entanto, quando são realizados recortes de raça e classe, são identificadas diferentes formas de conceber estes contrastes: adolescentes brancos e ricos são concebidos como “excêntricos”, “rebeldes” e “contestadores”. O envolvimento destes com atos infracionais geralmente é amortecido por uma maior tolerância social e pela psicologização de suas condutas, o que leva a consequências repressivas suavizadas. Já adolescentes negros e periféricos costumam ser rotulados como “delinquentes”, suas atitudes são criminalizadas e contra estes são utilizados recursos de repressão e punição severos (passam a ser representados como perigosos, a sua circulação pelos espaços urbanos é regulada e, em muitos casos, o seu destino é o encarceramento ou o extermínio). E, conforme nos conta Anderson, boa parte desse papel de produção de um imaginário social tão desigual é produzida pela mídia. As favelas, quando se tornam notícias, são retratadas tão somente como ambientes de violência; e os adolescentes negros, como seus principais executores.

Essa criminalização da população negra e periférica tornou-se uma característica cultural de nosso país, legado do passado escravocrata, de uma abolição inacabada, e serve a determinados propósitos. Sendo assim, configura-se como uma prática racista, visto que produz a seletividade do sistema penal brasileiro.

Proença e Vechi (2018) explicam que a Criminologia Positivista, pautada em teorias eugenistas de autores como Lombroso, Ferri e Garófalo, foi responsável pela definição do paradigma etiológico, o qual fazia uso de fundamentos racistas para explicar as causas da criminalidade. No Brasil, tivemos Nina Rodrigues, que bebeu no eugenismo europeu para dar cor à criminalidade em nosso país ao relacioná-la com a suposta “inferioridade nata” de índios e negros. Nos anos 60, tivemos uma importante mudança com a pauta trazida pelo paradigma da reação social, que problematizou a Criminologia Positivista ao apontar que índios e negros não eram naturalmente mais perigosos do que os brancos, e sim mais visados pelo sistema. Mais visados ainda são os adolescentes negros, periféricos e que estão à margem da sociedade, os quais são selecionados, etiquetados e exterminados de diferentes formas, fazendo parte de um processo psicossocial de genocídio cada vez mais intenso. Os capatazes modernos encarregados da execução desta lógica perversa são os policiais, principalmente os militares, encarregados pela vigilância ostensiva e pelas abordagens violentas.

Os participantes desta pesquisa trazem a violência policial por eles sofrida como o elemento central de seus discursos e a principal injustiça vivenciada por eles ao longo de suas

trajetórias de vida. Em um de seus relatos de experiência, Lucas mostra-nos brevemente como funcionavam as abordagens policiais:

R: Mas eles ficavam querendo saber o quê?

Lucas: Querendo saber onde tava as droga, as “máquinas”, os negócios e tal... e eu – “sei não, senhor, sei onde tem nada não. Sei onde tá as drogas não, sei de nada não senhor, sei nem de tráfico e num sei o quê”. Aí eles – “sabe não o quê, tu é envolvido porra, tu tais mentindo é?” e começava a “dale”. Aí eu só calado né? Fazer o quê? Oxe, altas vezes me pegaram... de madrugada. Me arrastavam pra lá e pra cá e diziam que iam me soltar lá no Campo do Onze...

Segundo Lucas, neste episódio ele estava acompanhado de mais dois amigos, que estavam apenas com dinheiro nos bolsos para comprar maconha quando foram avistados e abordados pela polícia. Porém, o seu estereótipo foi suficiente para ser considerado um “envolvido”, como se referiu a ele um dos policiais. Apesar de ele ter afirmado que não sabia de nada, os policiais negaram-se a acreditar no que dizia; afinal, ele preenchia todos os prerequisites que configuravam alguém envolvido com o tráfico. Por não falar o que não sabia e por não assumir o lugar para ele destinado pelo olhar categorizador da polícia, Lucas foi agredido e silenciado, restando-lhe apenas aceitar aquela situação. Anderson já tinha nos falado sobre o tratamento desigual dado pela polícia quando esta observava brancos e negros fazendo uso de drogas em espaços públicos. Agora, Lucas mostra-nos como é ser agredido sem motivos, silenciado e desumanizado, quando dele é retirada toda a possibilidade de ser verdadeiro em suas palavras, pelo simples fato de ser negro e vestir-se com um determinado tipo de roupa. Quando este tipo de violência é praticado por agentes do Estado, é chamado de racismo institucional. Ele abrange um “padrão de tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercados de trabalho, justiça criminal etc” (KILOMBA, 2019, p. 77 e 78).

O termo “envolvido”, utilizado pelo policial para criminalizar Lucas, foi também identificado por Barros (2019) em pesquisas realizadas no contexto cearense. Segundo o autor, este é um termo utilizado para taxar adolescentes como traficantes de drogas ilícitas, independentemente de estarem “envolvidos” de fato ou não. O julgamento dá-se unicamente a partir de suas características raciais e econômicas, pelo modo como se vestem e pelo lugar onde moram. A análise desses critérios é suficiente para que se crie um julgamento acerca da periculosidade em potencial destes sujeitos e de sua falta de civilidade. Vejamos mais alguns

exemplos de como cada um dos quatro entrevistados percebe a ação da polícia em seu cotidiano:

R: *Como é que aparece essa questão da polícia? Lá na tua comunidade, na tua vida... Como é o trabalho deles?*

Ednaldo: *Oxe, é muito violento, pô. Muitas vezes eles pegava gente que não era nem envolvido, pô. Como o pastor mesmo lá. Pegou o pastor.*

(...)

R: *E essa história da polícia, assim? Lá onde tu mora é muito frequente eles invadirem?*

Anderson: *Frequente. Eles entra nas casa sem pedir autorização, “tudos e todos”..*

R: *Por que tu acha que a polícia faz isso?*

Anderson: *Porque tem uns policial que é nenhuma, mas a maioria é corrupto. Só pelo jeito da pessoa já quer dizer que a pessoa é traficante, matador... dizem tudo.*

R: *Só pelo jeito, tu fala que jeito, assim, que eles acham?*

Anderson: *O jeito da pessoa se vestir, a pessoa andar, se usa chapéu. Eu, lá aonde eu era, lá do Jordão, quando eu morava lá, eu andasse, saísse daqui pra ali, eles me abordava. Todo dia, todo dia era uma abordagem. Todo dia. Se eu tivesse com dinheiro todo dia, eles levavam meu dinheiro todo dia. Já passei por muita coisa já.*

R: (...) *Eu te perguntei se tu se considerava negro e tu dissesse que sim, não foi? Tu acha que tem a ver também com isso?*

Anderson: *Tem muito a ver. (...) Que tem um polícia lá que é branquinho, todo playboyzinho ele. Toda vez que ele pega a pessoa, ele quer botar a pessoa pra baixo, bater na pessoa. Direto. (...) Ainda tenho as marca ainda de quando ele “botou o forjado”²¹ pra mim (Neste momento, ele mostra as cicatrizes em suas costas).*

(...)

Lucas: *A polícia mesmo, quando passava lá pela rua de casa passava já assim ó, encarando a pessoa, encarando o cara e tal... já já o quê? Quando via a pessoa na esquina já impressa o cara na parede.*

R: *Só de olhar pro cara?*

Lucas: *Então, só de olhar pra a pessoa, por isso que muitas vezes eu nem encaro, assim ó.*

R: *Mesmo sem o cara tá fumando, nem nada?*

Lucas: *E então, mesmo quando a pessoa num tá sem nada.*

²¹ “Botar um forjado” é quando a polícia implanta drogas como provas para criminalizar uma pessoa. É uma manifestação da corrupção na polícia.

R: *Aí por que tu acha que eles te abordam, assim, do nada?*

Lucas: *E eu sei tio, é preconceito também...*

R: *Tu acha que quando eles te olham, eles pensam o quê?*

Lucas: *Quando eles olham assim: “oxe, olha aí um traficante, vamo ver se ele tá com dinheiro, alguma coisa...*

R: *Mas por que tu acha que eles pensam que tu é traficante? Tu acha que eles vêem o quê, assim, quando olham?*

Lucas: *O jeito de andar da pessoa... já... já o quê? A cor também né?*

R: *A cor também? Porque tu é o quê?*

Lucas: *Sou negro e sou da comunidade, da favela...*

(...)

Marcos: *Me pegaram, não esperaram minha mãe, levaram eu... Botaram o revólver na minha cabeça, fizeram um bocado de coisas. E com meu irmão aconteceu... deram spray de pimenta na cara dele, deram nele, botaram a droga pra meu irmão cheirar... eu acho isso todo errado. Que eles não são policial não, se eles fossem policial eles tavam lá pra prender e pra honrar a farda deles. Se eles quisessem honrar a farda deles eles tinham que trabalhar direitinho, né? E não fazer isso. Porque uma senhora de idade como minha mãe que vai fazer 60 anos, ela tem 59, eles têm que respeitar né, porque eles são novo.*

R: *Quer dizer que os policiais não respeitam nem as pessoas mais velhas? Lá onde tu mora... Nem os novos que são tipo vocês, adolescentes né?*

Marcos: *Respeita de vez em quando, agora porque é negro, assim... eles num respeitam não.*

Todos os relatos apontam ações violentas da polícia, pautadas na leitura de um estereótipo que extermina qualquer possibilidade de esses adolescentes existirem de outra forma que não a criminosa, mesmo quando não ofereciam motivos para tanta violência. Na realidade, mesmo quando flagrados em situações que envolvem práticas ilícitas, não há motivo para um tratamento tão desumano; afinal, para dar conta disso, existe a lei. O ECA, norteado pela Doutrina da Proteção Integral, garante o reconhecimento deles enquanto sujeitos de direitos e prevê medidas para diversos casos; mas, infelizmente, essa lei não se efetiva para os adolescentes em tela.

Essa atribuição de potencialidade de perigo retira dessas classes toda a sua humanidade, restringindo-lhes efetivamente direitos fundamentais indisponíveis, e sendo, portanto, permitida às forças policiais a exacerbação de suas funções, em especial, na formulação de suspeição, fundamentando-se predominantemente em aspectos da cultura policial dominante e do campo da subjetividade. Daí decorrem práticas eivadas de arbitrariedade e

autoritarismo, legitimadas por estigmas e preconceitos decorrentes da resultante da relação Cultura policial /subjetividade. (MOREIRA e FROTA, 2014, p. 111)

Não só o dinheiro que tinham nos bolsos era levado pelos policiais, mas também suas dignidades. Mas as ações criminosas da polícia iam além. Invasões de privacidade às residências e implantação de forjados para incriminar adolescentes negros sempre fizeram parte da rotina dos meninos. E eles destacaram a questão racial como fator determinante das referidas experiências. Enfim, como Marcos analisou, na prática eles não são policiais, senão deveriam “*honrar a farda*” (sic) deles e trabalhar de acordo com a lei. Mas a única coisa que estes agentes do Estado parecem honrar são os interesses da classe média e branca do nosso país. Esta não se importa em ter um sistema jurídico-penal corrupto – afinal, para eles, os fins justificam os meios. Em nome de seus medos, adolescentes como os entrevistados são exterminados diariamente física e subjetivamente.

O teórico Santiago Castro-Gómez (2007) analisa como Foucault entende o problema da colonialidade a partir da relação entre racismo e biopolítica. Primeiramente, ao se referir à biopolítica como uma tecnologia de poder que surgiu durante a segunda metade do século XVIII, o autor colombiano diz:

Foucault tenta pensar como a biopolítica busca favorecer a emergência de um tipo desejado de população (como protótipo da normalidade) mediante a exclusão violenta de sua alteridade. A biopolítica declara como inimigos da sociedade todas as raças que não se ajustam à norma populacional desejada. Em outras palavras, a biopolítica é uma tecnologia de governo que “faz viver” aqueles grupos populacionais que melhor se adaptam ao perfil de produção necessitado pelo Estado capitalista e, ao contrário, “deixa morrer” aos que não servem para fomentar o trabalho produtivo, o desenvolvimento econômico e a modernização. (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 157)

Considerando este modo de operação do governo das populações, podemos concluir que, de fato, a polícia não existe para proteger e preservar a vida de todos, conforme os relatos de nossos entrevistados testificam. Eles fazem parte dessa massa declarada inimiga da parcela desejável da sociedade, a qual deve ser protegida. Quando os meninos destacam a questão racial como um dos principais fatores que os caracterizam como alvo das ações violentas da polícia, eles estão corretos. O Estado tem lançado mão da raça para assegurar sua função de

regular a distribuição da morte de forma criminosa e os policiais têm sido seus principais feitores²².

Marcos: Eu moro bem pertinho de uma delegacia, a central de flagrantes. E lá eu vejo um bocado de meninos sendo preso né, das outras comunidades, sendo espancados pela polícia dentro do batalhão. Eu acho que isso é errado, que isso num conserta não...

Quando Marcos discorda das ações covardes da polícia contra adolescentes que observa no local onde mora e alega não acreditar que isso “conserte” os meninos, faz-nos pensar em algo importante. A produção do sujeito dócil e adequado ao modelo produtivista do capitalismo não é papel da polícia no mundo contemporâneo, principalmente quando levamos em consideração que as disciplinas perderam boa parte de sua eficiência na manutenção do poder, chegando a entrar em crise nos países industrializados. Conforme explica Hilário (2016), passado o período de ascensão do capitalismo entre os séculos XVI e XX, ocorreram transformações técnicas neste sistema, que levaram a uma demanda cada vez menor de força de trabalho, gerando um grande contingente de massa humana descartável cujos destinos seriam a marginalização, o encarceramento e a aniquilação por meio das forças policiais. Então, quando nos remetemos a adolescentes com o perfil dos participantes deste estudo, estamos nos referindo a sujeitos caracterizados como “matáveis” e “morríveis” pela lógica biopolítica que passou a se desenhar a partir da segunda metade do século XX, com a crise do capitalismo. Sendo assim, as violências presenciadas e vivenciadas por Marcos, de fato, não são corretivas, mas genocidas. Anderson mostra-nos como foi alvo de uma espécie de extermínio simbólico, de ordem subjetiva, que determinou parte do curso de sua vida:

*Anderson: Isso aqui lembra quando eu fumei maconha pela primeira vez (Ele pega na caixa de objetos o isqueiro e o pacote de seda). Foi na escola. **Aí daí eu comecei a fumar, aí a polícia começou a me parar, dizendo que eu era traficante. Aí da última vez que eles me parou, botaram um forjado pra mim. 140 pedra de crack. (...) Aí eu fui pro CENIP²³, fiquei um mês e quinze dias lá. Aí eu fui liberado. Quando eu fui liberado, aí eu comecei a me envolver com tráfico, comecei a roubar, fazer um monte de coisa errada. (...) os policial***

²² É necessário ressaltar que os próprios policiais também são vítimas desse sistema, visto que o Brasil possui a polícia que mais mata, mas também a que mais morre em confrontos diretos com o crime organizado. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74146/policia-brasileira-a-que-mais-mata-e-a-que-mais-morre>. Acesso em: 18 jan. 2020.

²³ CENIP – Centro de Internação Provisória (FUNASE).

direto pegava eu, dizia que eu era traficante, porque pegava eu com a maconha, levavam meu dinheiro se eu tivesse com dinheiro. Tá ligado? Batia, “tudos e todos”.

No caso de Anderson, a ação racista da polícia antecipou o próprio envolvimento dele com o crime, pela utilização corrupta de um forjado de 140 pedras de crack. Percebemos, por este relato, que foi preciso primeiro Anderson ser rotulado como traficante e internado em uma unidade socioeducativa para, só então, vir a ocupar aquele lugar socialmente produzido para ele. Barros (2019) estabelece uma relação entre a noção de “cidadania escassa” com o conceito de “(in)visibilidade perversa” para explicar fenômenos como este vivenciado por Anderson. Em contextos como o que vivemos hoje no Brasil, de fortalecimento do Estado policial e penal, adolescentes que percorrem as trilhas da inexistência no que se refere ao acesso a seus direitos poderão aceitar viver assujeitados por múltiplas formas de opressão e subalternização ou, por outro lado, buscarão se tornar visíveis por meio de determinados recursos que possibilitem sua visibilidade – e, dentre eles, o envolvimento com o crime coloca-se como uma possibilidade. Anderson tornou-se visível como alvo de atividades policiais sendo acusado do que não era, e passou a assumir a identidade que lhe foi posta para que pudesse existir, mesmo que de forma marginal, a fim de garantir seu sustento e sobreviver em meio à invisibilidade na qual estava imerso.

Para Foucault, o governo é compreendido como um conjunto de “mecanismos e procedimentos destinados a conduzir os homens, a dirigir a conduta dos homens, a conduzir a conduta dos homens” (FOUCAULT, 2009, p. 283). À vista disso, é importante pensarmos sobre como essa condução de condutas pode se dar por meio tanto de uma presença ativa do Estado sobre a vida desses adolescentes, quanto pela sua ausência e omissão. Conforme analisamos, essa presença-ausência da governamentalidade aparece na vida não só de Anderson, mas de todos os demais entrevistados. A mudança subjetiva que se deu sobre a vida deles, ao assumirem o estatuto de “bandidos” quando se envolveram com o tráfico, foi uma conduta assumida devido à ausência do Estado na garantia de direitos básicos para sua sobrevivência, assim como de suas famílias, gerando invisibilidades e vulnerabilidades que os deixaram expostos à morte física e psicológica. Em suas trajetórias de vida, o Estado parece ter se feito presente apenas através de meios punitivos e repressivos policiais, retroalimentando opressões e modelando subjetividades. O exemplo de Anderson mostra-nos como o “racismo de Estado” (FOUCAULT, 2005) possibilitou-lhe uma “visibilidade perversa”, visto que ser subjetivado como traficante produziu um modo de existência que o manteve em situação de vulnerabilidade, fazendo com que suas condições psicossociais de

existência permanecessem inalteradas. Estes adolescentes estão todos em relações de força com a governamentalidade e, para produzir a si mesmos, não puderam contar com a força da garantia de direitos²⁴.

Conforme já referimos anteriormente, o teórico camaronês Achille Mbembe fez uso da leitura de Foucault sobre a existência do racismo de Estado (dispositivo biopolítico delimitador de quem deve viver e quem deve morrer para promover a segurança da coletividade) e relacionou-a com a noção de Estado de exceção (espaço de permanente suspensão do Estado de direito), definida por Agambem e Hannah Arendt, para criar seu conceito de necropolítica (2016). Através da necropolítica é concebido o “inimigo ficcionalizado”, aquele que virtualmente representa uma ameaça à integridade e à vida dos “cidadãos de bem” – representando, portanto, um risco eminente. Toda e qualquer atrocidade cometida contra este inimigo é facilmente admitida e reconhecida como legítima, seja pelos agentes do Estado, seja pela sociedade como um todo.

R: O que é que tu acha que a sociedade, o mundo, pensa sobre é... esses adolescentes que são negros, moram na periferia e usam drogas? Tipo tu assim, o que é que tu acha que a sociedade pensa?

Marcos: Se alguma polícia pegar esses negros com drogas, a polícia mata. Mata, dá muita porrada... Porque quando é com branco a polícia deixa pra lá né? Mas quando é com negro a polícia pega em cima. Tem uns policiais que têm racismo com negro...

Por meio de sua experiência cotidiana, Marcos observa como a necropolítica atravessa a vida de adolescentes negros periféricos usuários de drogas. Aqui temos quatro marcadores que acabam caracterizando o modelo do “inimigo ficcionalizado”: o marcador geracional, o racial, o de classe e o de uso de drogas. Vemos nesta fala, mais uma vez, o destaque dado para a negritude como a marca mais relevante na filtragem para a delimitação dos suspeitos pela polícia. É por motivos como estes que Mbembe (2016) revela a existência de uma matriz colonial do poder e ressalta o aspecto racial para explicar as múltiplas formas de violência sofridas pela população negra e pobre situada nas periferias do capitalismo. Com isso, reiteramos que a violência institucional produzida pela polícia possui um viés racista, na medida em que categoriza este público naquilo que Mbembe (2017) denominou de “suspeitos *a priori*”. Os adolescentes participantes desta pesquisa permanecem vivos, mas podemos

²⁴ Isto até chegarem aos CAPS, como será discutido mais adiante.

afirmar que vivenciam cotidianamente uma série de outras formas de extermínio sobre os seus modos de ser e existir no mundo, além de reunirem todas as características que os tornam vulneráveis ao aniquilamento de seus corpos propriamente ditos.

Separados espacialmente pela configuração de um espaço urbano excludente e diferenciados a partir de tecnologias necropolíticas estigmatizantes e criminalizantes, adolescentes negros e periféricos são cada vez mais desumanizados em nosso país, que assiste ao recrudescimento da máquina de matar de um Estado perverso que não mede palavras ao afirmar que “bandido bom é bandido morto”. Só no Rio de Janeiro, o número de mortes provocadas por policiais no ano de 2019 foi recorde. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado, foram registrados 1.249 casos entre janeiro e agosto deste ano, uma média de cinco mortes por dia²⁵. Quando questionado sobre o que gostaria que fosse diferente na realidade à sua volta, Ednaldo nos diz:

*Ednaldo: Mais estudo, né? Um estudo melhor pro... a comunidade. Trabalho pros pais de família, né, porque o desemprego que tá aí também. E a segurança, né, véi? **Uma segurança pelo lado certo, que essa segurança que a turma diz que é segurança aí, os polícia mesmo que tá matando os meninos da favela. Os polícia mesmo mata e diz que é troca de tiro e pá. Muitas vez morre inocente.***

R: Então, assim, ao invés de proteger, eles tão...

*Ednaldo: **Eles tão praticando o mal. Invés de proteger, tá praticando o mal.***

A fala de Ednaldo, dando destaque para a necessidade de melhorias na segurança pública em sua comunidade, visto que os próprios agentes de segurança estão “*matando os meninos da favela*” (sic), faz-nos pensar sobre como a colonialidade, enquanto persistência das relações colonialistas no mundo atual, revela sua faceta mais cruel nas favelas brasileiras. Barros (2019) reflete sobre como, no Brasil, as favelas podem ser compreendidas enquanto colônias contemporâneas, visto que é lá onde vivem os inimigos a serem eliminados e onde a violência do Estado de exceção manifesta-se de maneira mais intensa. Ele cita ainda Mbembe, quando este caracteriza a realidade das colônias: “em si, as colônias são o local, por excelência, onde os controles e as garantias da ordem jurídica podem ser suspensos – a zona onde a violência do Estado de exceção está condenada a operar ao serviço da civilização” (BARROS, 2019, p. 226 apud. MBEMBE, 2017, p. 127).

²⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/20/no-rio-numero-de-mortes-por-policiais-em-2019-e-recorde.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Os policiais praticam o mal, como disse Ednaldo, porque nas favelas eles estão autorizados a se desumanizar para desumanizar o outro – e tudo isso com uma falsa aparência de legalidade, afinal é em nome do bem maior da segurança da população e de seus “medos racistas” que se mata. Quando Mbembe (2017) desenvolve a noção de “políticas da inimizade”, possibilita-nos pensar sobre como a falsa ideia de uma democracia racial propagada no Brasil está diretamente relacionada com as estratégias de dominação da colonialidade e com o imperialismo, o que possibilita a expressão de diversas formas de violência contra aqueles concebidos como inimigos do Estado.

Sendo assim, os sujeitos participantes deste estudo forneceram-nos amostras da manifestação de racismos cotidianos e institucionais que produzem diversas formas naturalizadas de extermínio, acometendo grande parcela de adolescentes negros periféricos de nosso país.

4.2 Impactos afetivos e existenciais na produção das subjetividades

Neste tópico, adentramos nosso segundo tema, em que nos interessa analisar os impactos subjetivos de todo esse contexto existencial marcado por violências múltiplas. Com isso, poderemos compreender possíveis modos de produção de subjetividades no atual contexto político e social brasileiro

A perspectiva pós-estruturalista sobre a subjetividade convoca-nos a observar a multiplicidade de componentes que se entrecruzam e se conectam ao longo de seu processo de produção. O sujeito está constantemente assimilando uma série de elementos diversificados disseminados em sua realidade social, de modo que valores e ideias são registrados de forma singular, gerando os elementos essenciais para a expressão dos afetos, conforme explica Mansano (2009). Assim, o sujeito é sempre caracterizado como efeito provisório desse processo, e vive em constante abertura para acolher e emitir os componentes de subjetivação circundantes, constituindo-se coletivamente em meio a essas trocas. Diante disso, a expressão da dimensão afetiva, assim como dos posicionamentos e atitudes frente à vida dos nossos entrevistados, será agora objeto de nossa discussão.

4.2.1 Sofrimento ético-político como manifestação da dimensão afetiva dos processos de subjetivação

Marcos: O povo acha que o pobre não tem futuro e o rico tem futuro, né? É...é... como é o nome? Que se diz? É... como é o nome? O pobre não tem futuro e o rico tem futuro. Tem que

dizer... eles têm... o rico tá pensando que o pobre nunca pode entrar num curso pra trabalhar, naquele momento que o rico tá trabalhando. E o rico pode entrar na hora que eles quiser e o pobre não pode entrar, não pode conseguir nenhum curso, pra entrar né? O pobre não pode trabalhar, o pobre não pode honrar a mesma coisa do rico. O pobre não pode trabalhar igual ao rico, o pobre não pode fazer igual ao rico, então, é ao contrário: os periféricos podem sim, os negros podem sim, todos são igual, mas tem vez que tem pessoa que diz que o pobre não pode trabalhar porque é pobre né? Porque não tem dinheiro pra fazer aquele curso, mas a gente pobre tem que fazer a nossa parte né? Deixar o rico de lá, de mão, e fazer a nossa parte. Porque tem que dizer que o pobre pode sim trabalhar da mesma coisa que o rico está fazendo. Por que eles pode fazer? Por que eles podem trabalhar na melhor empresa e o pobre não pode trabalhar na melhor empresa? Hein? Isso é errado...

R: Como é que tu se sente diante disso?

*Marcos: **Eu me sinto... humilhado...***

Nesta fala, Marcos traz sua percepção acerca da desigualdade de oportunidades de subsistência existentes na realidade e no discurso social, ao mesmo tempo em que se posiciona contra tudo aquilo que denuncia, defendendo a igualdade entre negros periféricos e pessoas ricas e acreditando que todos são capazes de ocupar os mesmos espaços. Porém, apesar da força libertária expressa em seu discurso inconformado com a condição de opressão em que ele e outros se encontram, o sentimento de humilhação diante daquilo que observa é inevitável. Assim como Marcos, Ednaldo também expressa seu sentimento quando lembra os momentos em que foi impedido de entrar em shoppings, assim como quando observa as desigualdades de classe existentes entre brancos e negros:

*Ednaldo: Botou atrás e pá, como se dissesse "vai roubar, é? Que não sei o quê". **É... O tal do negro... o negro sofre muito, comparsa. Tu é doido, é? Se for negro, você tá preparado, tem que tá preparado pra tudo, boy. Aí aqui, ó, (utiliza uma charge²⁶) botei a verdade, os branco tudo tomando banho e se divertindo, o negro tem que tá trabalhando, meu véi. Pra ter o pão do amanhã.***

O sentimento de humilhação e o sofrimento que aparecem nestes relatos são diretamente mediados pelas injustiças sociais que perpassam a vida desses adolescentes. Por esta razão, esse tipo de experiência emocional pode ser categorizado como aquilo que Sawaia

²⁶ A charge utilizada por Ednaldo neste momento ilustra várias pessoas brancas tomando banho de sol na praia enquanto são servidas por comerciantes ambulantes negros (ANEXO A).

(2014) definiu por sofrimento ético-político, sendo este o primeiro subtema derivado desta seção. Vejamos o que a autora tem a dizer sobre este conceito:

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto. (SAWAIA, 2014, p. 106)

Sawaia (2014) explica ainda que as emoções possuem múltiplos sentidos e que, para termos acesso a eles, precisamos adentrar a totalidade psicossocial de cada sujeito. Portanto, além de identificar as emoções e sentimentos que emergem, devemos analisar os motivos que lhes deram origem, a fim de conhecer a relação do sujeito com a situação que o emociona.

O sofrimento trazido nas falas de Marcos e Ednaldo é manifesto através da consciência que apresentam acerca dos modos como opera a lógica excludente que os marginaliza por meio de formas desiguais de distribuição das riquezas, com um viés racista, operando no plano da constituição de suas subjetividades e impedindo-os de desenvolver minimamente seus potenciais, dadas as restrições que suas condições de vida lhes oferecem. O sentir-se discriminado acaba sendo o sentimento latente em todas as demonstrações de sofrimento dos adolescentes que entrevistamos. Vejamos o que têm a nos dizer Lucas e Anderson:

R: Tu falou aí que tem muitas injustiças no Brasil, quais são as injustiças que tu vê, assim, presentes na tua vida? Que afetam tua vida...

*Lucas: É... **Preconceito, discriminação...** “tudos e todos”.*

R: Esses preconceitos e essas discriminações fazem tu se sentir como? Quando tu percebe...

*Lucas: Aí eu olho assim, já na minha mente: “**oxe, ó práí... fica nessa pensando que o cara vai roubar, fica entocando logo a bolsa**”. Ei tio, um dia nós pulou a catraca... oxe, as mulher tudinho desceu do ônibus.*

(...)

Anderson: É. Porque, só porque eu fumo, aí a turma olha assim pra... olha assim pra mim, diz que eu sou traficante, que eu faço tudo, que eu pinto e bordo... nada disso. Sou só usuário, só. Só penso em fumar minha maconha só, de boa, agora.

R: O que é que tu teria pra dizer a essas pessoas que pensam isso de tu?

*Anderson: Oxe, eu ia dizer que a gente só quer fumar, né? A gente não vai mexer do lado de ninguém, vai fumar a maconha de nós sossegado. E só isso. **Que, pra eles parar de olhar assim pra nós também, né? Que nós também é ser humano. Nós também é filho de Deus.***

R: Isso te afeta como? Assim, quando as pessoas têm esse tipo de preconceito, esse tipo de julgamento?

*Anderson: Porque, né, porque a turma só porque tem mais dinheiro do que a pessoa, tem uma situação melhor, pá, aí fica **botando o cara pra baixo**. Também não é assim não.*

R: Mas tu sente alguma coisa quando a galera olha pra tu desse jeito?

*Anderson: Sinto. O cara fica naquelas, **fica naquela mágoa, né? Por causa da desigualdade né?***

R: E o que é que tu espera deles? Tu queria que eles fizessem, assim, fossem como?

*Anderson: **Que eles não olha- não, não julgassem a pessoa pela aparência, né?***

Tanto Lucas quanto Anderson sinalizam o preconceito e a discriminação da sociedade racista como questões marcantes em suas vidas. A sensação de ser discriminado ao ser julgado como perigoso – seja por sua aparência, seja por ser usuário de maconha – produz também o sentimento de desumanização, conforme relatou Anderson, que reivindica o direito de ser reconhecido como humano e não ser julgado pela sua aparência. Anderson refere ainda o desenvolvimento de uma mágoa resultante de toda a desigualdade que vivencia em seu cotidiano. O sofrimento experimentado pelos meninos nestas situações deve ser considerado como de caráter ético-político, porque ele possui como base uma série de preconceitos e estereótipos sociais que servem às forças que regulam as relações de poder entre determinados grupos. Os estereótipos de deslegitimação têm como finalidade “excluir moralmente um grupo do campo de normas e de valores aceitáveis, por uma desumanização que autoriza a expressão do desprezo e do medo e justifica as violências e penas que lhes infligimos” (SAWAIA, 2014, p. 66).

Ao refletir sobre como os políticos geralmente não cumprem suas promessas de campanha, Ednaldo diz:

Ednaldo: (...) Nessa onda aí de política, só quem ganha é os rico. Que os pobre só faz se fuder.

R: E como é que isso te afeta? Quando tu observa essa, essa realidade.

Ednaldo: Meu irmão, fico na mágoa, véi. Fico na mágoa. Me afeta muito, que isso é um bagulho injusto, né, véi? Era pra ser por igual pra todos, né? Se fosse por igual, eu digo a tu que não tinha muita violência que tá tendo hoje em dia não. Jovens roubando, matando, traficando, tirando vida. É, acho que se fosse pelo certo, não tava acontecendo isso tudo não, né, véi? Muitas vez o Estado quer fazer, quer... vamos supor, quer fazer a paz, mas ele quer ir pela lei e a lei é contra a paz, pô. A lei, não tem como dizer que a lei é pela paz não. Que a lei dá direito do polícia matar, descer na favela, se pegar um jovem com uma “dola” ele já pode bater, é? Não pode não, pô!

Mais uma vez o sofrimento verbalizado como “mágoa” aparece, dessa vez por meio da reflexão sensata de Ednaldo sobre como a política em nosso país opera por meio de processos sociais excludentes, que engendram marginalidades e a exacerbação da violência produzida pelos e contra os jovens. Ednaldo faz-nos pensar sobre como as práticas da violência por meio de roubos, tráfico e até assassinatos são atravessamentos que constituem subjetividades que buscam responder a situações de humilhação e privações sociais. O medo e a hostilidade passam, portanto, a ser os sentimentos predominantes entre as elites, e a ameaça que esses adolescentes representam gera uma demanda cada vez maior por ações de segurança e repressão.

Veras (2014) explica que o neoliberalismo globalizado na América Latina e no Brasil produziu a exclusão social como resultado de sua face econômica, sem qualquer preocupação com políticas assistenciais, visto que as classes dominantes desistiram de integrar a pobreza tanto à vida produtiva, quanto à cidadania. Ao invés disso, buscam produzir uma espécie de *apartheid*, ou seja, um processo de distanciamento radical entre classes. Sendo assim, direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos passam a ser pensados como causas da pobreza e obstáculos para o desenvolvimento econômico. É o que pensa o atual presidente da República, Jair Bolsonaro, que sempre defendeu a redução de direitos como estratégia para produção de empregos: “o que o empresariado tem dito pra mim, e eu concordo, é o seguinte: o trabalhador vai ter que viver esse dia. Menos direito e emprego ou todos os direitos e

desemprego”²⁷. Uma lógica que só precariza os vínculos trabalhistas e aumenta o abismo existente entre as classes.

Além disso, essas forças segregatórias estão também autorizadas a exterminar vidas, como já vimos na discussão sobre racismo de Estado e necropolítica – ou seja, esta “lei do Estado” à qual Ednaldo se refere, que dá ao policial o direito de matar. Uma “lei” que destrói a paz de muitos, como bem constatou o adolescente, em nome da paz de alguns. Sobre este aspecto, vejamos como os meninos se sentem:

R: *Quais as injustiças sociais que existem no Brasil que mais afetam a tua vida? Quais são as que mais aparecem?*

Ednaldo: *A que mais aparece na minha vida, véi... **É poder... querer ficar na minha comunidade sossegado e não poder, que é certo.***

R: *Não poder... por que não pode?*

Ednaldo: *Chega um polícia arregaçando tudo. **Você nunca fica sossegado.** Você pode tá sem droga, sem porra nenhuma, mas tem que chegar arregaçando. E eles se acham certo, os político, né? É o trabalho deles, que eles diz.*

R: *Então tu acha que a repressão policial é a maior injustiça que tem lá onde tu mora?*

Ednaldo: *É... Quer fazer o bem praticando o mal. Eles acham né, que tá fazendo o bem, mas vão praticando o mal. Chega na favela arregaçando tudo, botando... sabe que é um jovem negro favelado, pobre, não tem nada pra decretar contra ele, aí já chega já daquele jeito. Arregaçando mesmo.*

(...)

R: *Como é que é lá o lugar que tu mora?*

Anderson: *Ah, eu agora, eu tô morando no Pina. Agora é, lá é tranquilo, lá. Mas na, quando eu morava no Jordão, lá era todo dia. **A pessoa não ficava tranquilo não, lá não.** Que a polícia passava direto, abordava o cara. Direto. Era todo dia, todo dia mesmo.*

R: *Como é que isso te afeta? Essa questão da polícia tá o tempo inteiro, é... é... abordando vocês, tratando vocês mal desse jeito, com preconceito, com violência. Como é que tu se sente?*

Anderson: ***Vai criando uma mágoa dentro da pessoa, né? Só o que leva mesmo. Criar mágoa. Só isso.***

(...)

²⁷ Disponível em <https://jovempan.com.br/programas/jornal-jovem-pan/bolsonaro-sobre-futuro-trabalhistas-menos-direito-e-emprego-ou-todos-os-direitos-e-desemprego.html>. Acesso em: 4 fev. 2020.

R: *O que é que mais te revolta, assim, é... na tua vida quando tu olha essas coisas.*

Anderson: *É os porra dos policial que pega a pessoa. É por isso que a pessoa barateia o juízo. Que também fica mal visto pra pessoa²⁸.*

R: *Como é que tu se sente vivendo dentro desse contexto...*

Anderson: *Me sinto meio que pra baixo, né, humilhado. Só pelos policial, só.*

(...)

Anderson: *Mas quando Bolsonaro sair desse poder vai legalizar a maconha pra gente.*

R: *(risos) Tu defende a legalização, é?*

Anderson: *Defendo.*

R: *Tu acha que melhora em alguma coisa a situação do Brasil? Legalizando?*

Anderson: *Melhora, né? Não vai ter esse negócio de matança, esse negócio de tráfico. Não vai ter mais.*

R: *Se legalizar, como é que tu vai ficar?*

Anderson: *Oxe, eu vou ficar tranquilo. Não vou ficar preocupado, né? Com as polícia poder pegar a pessoa com maconha.*

(...)

Lucas: *Oxe, por aí o que não falta é policial que tem preconceito com a pessoa... racista!*

R: *Isso gera algum sentimento em tu?*

Lucas: *Gera não... já era, assim, né tio? E... eu fico com mais raiva ainda de polícia. Por isso que eu num quero nem entrar pro exército...*

O sentimento que prevalece nestes relatos parece ser o de falta de paz. Viver cotidianamente sob a vigilância e as agressões da polícia, pelo simples fato de ser quem é ou por fazer uso de maconha, gera um clima de constante falta de tranquilidade. Ednaldo conta que, mesmo sem ele estar de posse de drogas, a polícia age com uma brutalidade que parece justificada politicamente, segundo ele. Além da sensação de ser injustiçado, que perpassa todas as narrativas dos adolescentes, Ednaldo transparece todo o sentimento de impotência por ser um jovem negro pobre favelado e nada poder fazer diante de ações que considera extremamente maldosas. Anderson fala mais uma vez sobre aquele sentimento de mágoa que o acompanha, agora quando percebe que não há paz em seu cotidiano policiado. Além disso, vivencia emoções extremas de raiva e tristeza – seja quando “*barateia o juízo*” (sic), seja

²⁸ Neste momento, Anderson traz mais um relato de abuso do poder policial. No início da entrevista, ele chegou a mostrar as marcas nas costas das agressões que sofreu quando a polícia implantou um forjado de 140 pedras de crack para lhe incriminar.

quando se sente humilhado, quando é constantemente inferiorizado pelos policiais. E, neste caso, observamos o sentimento latente de desvalor e o desejo de ser reconhecido como humano diante da deslegitimidade social que o perpassa. Anderson pontua também como a criminalização da maconha gera um cotidiano de tensão, e posiciona-se a favor da legalização para que se sinta mais livre e tenha uma vida pacífica, dadas todas as implicações da proibição que foram apontadas por ele. Por fim, Lucas fala com revolta sobre o racismo da polícia e, assim como os demais, aponta-o como a principal injustiça vivenciada em sua vida. O sentir-se discriminado gera-lhe uma raiva que é suficiente para negar, inclusive, a possibilidade de servir ao exército, pela aproximação que ele realiza deste com a atividade policial que tanto o machuca física e emocionalmente.

Todas as formas de sofrimento acima relatadas são essencialmente ético-políticas, pois estão relacionadas com a perda do direito de esses adolescentes serem reconhecidos como cidadãos, com a anulação da humanidade que há neles, a qual se dá por meio de forças institucionais de Estado. Sawaia (2014) lembra que ter acesso ao sofrimento ético-político permite-nos analisar as formas sutis de espoliação humana, as desigualdades e injustiças que se escondem sob o véu da integração social e, por que não dizer, sob o mito da democracia racial. Os meninos experienciam aquela dor por estarem presos à ordem colonial, referenciada por Kilomba (2019); a dor de uma ferida, aberta pelo trauma consequente do racismo e que nunca foi tratada. “E, por nunca ter sido tratada, a ferida colonial dói sempre, por vezes infeta, e outras vezes sangra” (KILOMBA, 2019b, p.1).

Nos últimos casos citados, fica em evidência que os sofrimentos gerados afetam os modos de ser e existir dos sujeitos em questão e estão diretamente relacionados com os modos de operação da necropolítica. Segundo Hilário (2016), a necropolítica está na base desse desfalecimento do frágil Estado de bem-estar social em que a era de conquistas e afirmações de direitos individuais e políticos é violentada, de modo que esses direitos perdem qualquer valor de aplicabilidade. A deterioração do Estado de bem-estar social se dá, no caso dos adolescentes moradores das periferias brasileiras, por meio de um autoritarismo que anula o Estatuto da Criança e do Adolescente para fazer uso de um Estado de extermínio de humanidades.

Ao se questionar sobre “como a necropolítica opera no cotidiano brasileiro, afetando de maneira mais direta segmentos juvenis negros, pauperizados e criminalizados”, Barros (2019) elenca três dispositivos necropolíticos que operam no cotidiano brasileiro: a violência institucional, a guerra às drogas e o hiperencarceramento, que atuam de modo articulado para produzir a filtragem racial, socioeconômica e territorial no Brasil. Como já demos suficiente

atenção ao dispositivo da violência institucional – que, nos casos analisados, aparece por meio das ações policiais no cotidiano dos entrevistados –, destacaremos rapidamente neste tópico apenas o dispositivo necropolítico de guerra às drogas, visto que este é uma das bases dos relatos de sofrimento dos participantes aqui citados.

As abordagens violentas da polícia relatadas pelos adolescentes tinham como objetivo explícito, digamos assim, a busca por drogas ou por informações que levassem a apreensões de drogas na comunidade. Ser negro, pobre e periférico e estar de posse de drogas representa uma associação direta com a criminalidade; logo, torna-se alvo das ações das políticas de segurança pública. E vale ressaltar que pouco importa a quantidade de drogas com que o sujeito seja apreendido na determinação do *status* de usuário ou traficante.

Barros (2019) explica que a cor da pele e o local onde moram são os determinantes para que a associação seja feita. Diante disso, o autor afirma que o sentido heroico e de justiça social que comporta a noção de “guerra às drogas” serve para encobrir o que seria seu objetivo latente: “gerenciar a pobreza, perpetuar o racismo, eliminar os indesejáveis, seja por meio dos homicídios ou do hiperencarceramento, enriquecendo os senhores da guerra” (BARROS, 2019, p. 230). Com isso, a guerra às drogas permite a sustentação de um Estado constante de exceção, que produz uma fonte inesgotável de sofrimento, de subjetividades humilhadas e corpos matáveis.

4.2.2 Resistências múltiplas e estéticas da existência

É notório como essa produção de afetos dá-se em meio a um jogo de forças que caracteriza as relações de poder constitutivas dos processos de subjetivação vivenciados por esses adolescentes. Partiremos do princípio foucaultiano, o qual defende que o poder está sempre presente em todo e qualquer tipo de relação humana. Em diferentes níveis e de diferentes formas, o poder manifesta-se nas relações em que cada um procura dirigir a conduta do outro, afirma Foucault (2004). Pensar junto com o filósofo francês sobre a instabilidade, mobilidade e reversibilidade das relações de poder ajuda-nos a compreender melhor como os adolescentes transitam entre os lugares de autores e vítimas da violência, temidos e ao mesmo tempo humilhados. Foucault (2004) explica ainda que a condição para a existência de uma relação de poder é que haja, em ambos os lados, alguma medida de liberdade. Ainda naquelas relações extremamente desequilibradas, um poder só opera sobre o outro se ainda restarem alternativas de fuga ou enfrentamento. Sendo assim, “nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a

situação –, não haveria, de forma alguma, relação de poder” (FOUCAULT, 2004, p. 277). Vejamos como aparecem as primeiras estratégias de resistência apontadas nas entrevistas, adentrando, assim, nosso segundo subtema atrelado à temática dos “impactos afetivos e existenciais na produção das subjetividades” dos adolescentes participantes do nosso estudo:

R: É... tu acha que todo esse contexto, que tu estais falando, de desigualdade e tal, faz as pessoas perceberem a própria vida de que forma? De que forma elas passam a olhar pra vida delas? E no teu caso, assim?

*Anderson: **Eu mesmo sigo minha vida de boa, né?***

R: O que é que tu faz pra, apesar de tudo, seguir de boa? Qual a tua estratégia?

*Anderson: **Oxe, eu finjo que nem vejo. É. Pago de doido. Aí eu nem olho. A pessoa falar uma coisa comigo, olhar pra minha cara com cara de raiva, aí eu já baixo a cabeça, vou-me embora. Nem ligo.***

(...)

R: Quem é que fica olhando pra tu?

Lucas: A galera no ônibus, em todo canto...

R: Já olham com aquele olhar né?

Lucas: Então, e eu num olho pra ninguém tio...

(...)

R: O que tu acha que... dessa história de que tu não vai ter jeito pra vida quando dizem? Tu acha o quê? Tu se sente como quando tu ouve isso?

*Marcos: **Eu me sinto feliz... porque eu sei que vai ter jeito sim pra a minha vida, eu me sinto feliz. Eu deixo os outros falar, até cansar a boca. Só isso que eu tenho a falar.***

(...)

R: Então a tua estratégia pra lidar com isso é como? (Falávamos sobre racismo)

*Ednaldo: **Oxe, pra eu lidar com isso, velho, só quando eu tô muito louco, viu? Porque se eu ver alguém... pronto, se eu tiver do jeito que eu tô aqui agora, de boa, num fumei maconha ainda, tá ligado? Sóbrio, de boa. Eu entrar num busão e pá, aí eu ver uma pessoa já olhou com mau, com olhar diferente pra mim, vou sentar do lado dele. Vou sentar do lado dele. Aí agora se ele for aquele de falar alguma besteira, ele vai tomar no cu, porque ele vai escutar um bocado, visse?***

O ato de ignorar é um dos modos por eles encontrados para não se deixarem afetar tanto por atitudes discriminatórias e excludentes que perpassam seu cotidiano. Nestes

exemplos, eles acabam assumindo posturas não-confrontativas, de fuga, como modos de resistência a um poder que atua no sentido de sua anulação enquanto pessoas dignas de respeito. Apenas Ednaldo, quando não está sob efeito de maconha, assume uma postura mais ativa e desafiadora, buscando não se submeter ao enquadramento racista do outro. Maciel Jr. (2014) explica que as forças são definidas de acordo com o poder por meio de um “afetar e ser afetado” e que, a partir disso, a resistência manifesta-se por meio da capacidade que a força possui de penetrar nas relações, fazendo uso de artifícios disponíveis no campo político.

Apesar de acreditar que o poder está disseminado por todo o âmbito social e que, por isso, há liberdade por todos os lados, Foucault admite a existência de “estados de dominação” onde “as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dessimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada” (FOUCAULT, 2004, p. 277). Existe espaço para os adolescentes fingirem que não veem o que está acontecendo, não encararem as pessoas, deixarem que os outros falem até cansar ou fazerem uso de maconha ficando “*muito louco*” (sic), no caso de Ednaldo, para suportar tudo aquilo que lhes afeta. Porém, essas são sutilezas que não chegam a anular a situação de opressão; apenas a amenizam.

Foucault (2004) sinaliza ainda que, nesses casos em que há dominação econômica, social, institucional ou sexual, a questão a ser colocada é: onde vai se formar a resistência? Apenas quando observamos a postura confrontativa de Ednaldo, sentando-se ao lado daqueles que lhe olham de modo discriminatório e mostrando-se preparado para discutir caso falem “*alguma besteira*” (sic), percebemos um movimento de tentativa de modificação dos lugares entre aqueles que ocupam posições distintas no jogo de forças. Veiga (2019) explica que a subjetivação negra é permeada pelo desenvolvimento de um auto-ódio que é resultante da introjeção do ódio que a branquitude projeta no sujeito negro. E este auto-ódio por si e por toda a raça negra pode vir acompanhado, também, pelo sentimento de culpa e inferioridade diante do fracasso por não ter atingido os mesmos privilégios dos sujeitos brancos. No entanto, o autor esclarece que uma das formas de lidar com estes estados afetivos que acometem a subjetividade negra é devolvendo para a branquitude a responsabilidade pela violência produzida pelo racismo. Isso acontece de modo que o sujeito negro transforma o auto-ódio em raiva a ser canalizada no tecido social. A fala de Ednaldo parece ser carregada dessa revolta defensiva e revela seu empoderamento contra possíveis sentimentos depreciativos que lhe foram imputados e ficaram enraizados em sua subjetividade.

Chamou-nos atenção o papel que a droga ocupa como subterfúgio para a produção de resistências, não só no discurso de Ednaldo, como no dos demais participantes. Analisemos

agora como o uso e a venda de drogas aparecem no cotidiano deles. Primeiramente, com relação ao uso:

R: Tu acha que a maconha e o cigarro têm alguma importância pra a tua vida? Alguma função?

Lucas: Só a maconha mesmo que me relaxa... eu esqueço “tudos e todos”, fico só “de boinha”, curtindo a lombra...

(...)

R: Tu acha que as drogas têm alguma função na tua vida?

Anderson: A maconha tem mais ou menos, quando a pessoa fuma pra trabalhar, ela dá mais disposição. “Tudos e tudo”. Dá vontade de a pessoa comer. Pessoa chega, quando vai trabalhar, pessoa não fuma, pessoa chega fica desanimado pra trabalhar. Quando a pessoa fuma, já dá outro ânimo naquela pessoa. (...) Aí fico, quando, quando eu vou trabalhar mesmo, que tem vez que eu pego umas ôia lá com meu tio, carregar areia. Oxe, se eu não fumar, eu não consigo trabalhar direito não. (...) Na verdade, que pra mim droga não é maconha não. Maconha é uma erva que faz a pessoa relaxar. (...) Também não tem isso não, que a maconha leva a pessoa a usar outras droga não. Só vai pra outras droga quem tiver a mente fraca. E não souber o que é aquilo.

(...)

R: Por que que tu acha que as pessoas usam drogas? Eu, tu, todo mundo, assim, por que é que tu acha que as pessoas usam droga?

Marcos: Tem alguns que usam droga pra deixar o aperreio...

R: Deixar o aperreio, né?

Marcos: Tem uns que usa droga porque... num sei... pra ficar doidão...

R: E o teu caso, é qual? Tu usa por quê?

Marcos: Pra deixar o aperreio da minha casa...

(...)

R: Por que tu acha que as pessoas usam drogas? Na tua opinião. Por que é que a galera usa droga?

Ednaldo: Na minha opinião, assim, eu, eu mesmo uso droga pra ficar mais tranquilo, véi. Porque se for pra eu viver de boa nesse mundo que tá tendo hoje em dia aí, o cara não consegue, tá ligado? Viver a vida.

R: É pra dar uma aliviada na, nos problemas?

Ednaldo: Só pra dar uma aliviada mais nos pobrema e pá e descansar mais tranquilo.

Consideremos que a “função relaxante” da maconha e a alucinógena da cola (utilizada por Marcos) são apontadas como justificativas para se desconectarem de “*tudos e todos*” (sic), para esquecerem os conflitos familiares, para terem mais disposição para o trabalho e melhor se alimentarem e para que se sintam mais tranquilos para enfrentar as dificuldades que o mundo lhes apresenta, funcionando, assim, como um alívio para os problemas. Os adolescentes parecem ver no consumo de entorpecentes uma zona de fuga e fortalecimento para se conduzir. Anderson chega, inclusive, a desconstruir a própria noção hegemônica sobre drogas ao se referir à maconha apenas como “*uma erva que faz a pessoa relaxar*” (sic), o que não deixa de ser verdade, além de relativizar a ideia difundida na sociedade de que ela seria a “porta de entrada para outras drogas”. Sendo assim, “se é verdade que no centro das relações de poder e como condição permanente de sua existência, há uma ‘insubmissão’ e liberdades essencialmente renitentes, não há relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Pereira (2017) complementa o raciocínio de Foucault ao afirmar que a resistência pode ser caracterizada por tentativas, sejam elas bem-sucedidas ou não, de fuga e de criação de formas alternativas de vida, de pensamento e de ação. Em um embate de forças contra a moral, os bons costumes e a lei, os meninos procuram se entorpecer com substâncias ilícitas, buscando em seus efeitos rotas de escape que lhes permitem resistir à vida que possuem.

Com relação ao tráfico, utilizaremos um exemplo bastante representativo trazido por Ednaldo para dar continuidade a esta discussão sobre a relação drogas-resistência:

Ednaldo: Quando eu comecei a traficar mesmo, que foi nos tempo que comecei a pegar armamento pesado e pá, esses negócio, eu só queria ver a comunidade feliz, boy. Porque os político diz que quer ver todo mundo feliz, né, boy? Aí eu fazia por onde. Eu não sou político não, mas eu fazia por onde.

R: Tua parte?

Ednaldo: Minha parte em ajudar a favela, né, a comunidade, né? De um jeito ou de outro.

R: Sim. Tu acha que... como era que a venda de drogas, o tráfico ajudava a comunidade?

Ednaldo: Meu irmão, um, um exemplo, vamos supor, né, boy? Eu vendia uma droga aqui, fazia uma mixaria. Aí quando tava na minha favela sossegado, sempre tem um pai de família, um negócio ou outro que não tem a condições de comprar o pão e pá, ou se não um gás que tá faltando. Muitas vezes eu ia lá e pá, "e aí, tais precisando de alguma coisa?". Via assim uma mãe, muitas vez mesmo, tem uma vizinha minha que não tinha

condições de comprar gás nem nada, aí eu ia lá e ajudava ela. De um jeito ou, de uma forma ou de outra, tá ligado? Com o pão, comprava, tinha vez que comprava o gás dela. É... Aí...

R: Pelo que eu tô entendendo, tu fazia o que os políticos não fazem, né? Ajudar...

Ednaldo: O que o político não faz. Ajudar a comunidade, ajudar os periféricos, né, boy? E os político quer ajudar os rico que não precisa de nada, né? Aí... os jovem fica tudo “baratinado”.

O exemplo de Ednaldo traz-nos alguns elementos novos para a discussão. Diante da dimensão de uma “produção de ausência” ou “produção de omissão” do Estado na garantia de direitos, Ednaldo optou por um modo de ser que buscou romper com estruturas políticas de poder que se impõem não só individualmente, mas coletivamente sobre sua comunidade. Em seu curso de 1978 chamado *Segurança, Território e População*, no qual examinou o pastorado cristão como um tipo específico de governo que tinha como objeto a conduta dos homens, Foucault passa a compreender o poder como práticas de governo e localiza as contracondutas como modos de resistência a esta forma de poder. Porém, Costa (2019) explica que as contracondutas não são restritas ao pastorado, pois elas estão integradas a um campo mais amplo de pesquisa, que diz respeito à governamentalidade em sua dimensão ético-política. E é este aspecto que chama atenção no modo de pensar de Ednaldo. Ele agia no sentido de tentar alterar minimamente os efeitos das técnicas de governo que mantêm a desigualdade social no local onde vive. Com isso, o adolescente demonstra uma insubordinação ao fazer uso de um método criminalizado pelo governo, o tráfico de drogas, para tentar produzir uma força que se contraponha ao movimento de um poder que engendra condutas de assujeitamento e conformismo com a condição social desigual.

É o inconformismo com suas realidades que motiva estes adolescentes a lançar mão tanto do consumo, quanto do tráfico de drogas, funcionando o uso destes componentes como contracondutas que buscam produzir “uma assimetria constitutiva, como práticas e formas de vida que aparecem como discordantes em relação aos códigos normativos que elas contrariam (*counter-act*) e alteram” (TAZZIOLI, 2016, p. 99 apud. COSTA, 2019, p. 70). Ao pensar sobre as contracondutas, Foucault identifica nelas um posicionamento do sujeito que rejeita certas formas de governo. Assim, o sujeito assume uma postura ética frente à vida, na medida em que decide governar a si mesmo diante das forças que tentam direcionar suas condutas.

Este tipo de atitude gera desdobramentos políticos na medida em que a resistência direciona-se para a transformação de situações específicas. Quando observamos a postura

ético-política de Ednaldo ante as necessidades das pessoas de sua comunidade, lembramos quando Costa (2019) reflete sobre a impossibilidade de ausência de governo (e neste caso estamos nos referindo a um governo tirânico que possui a necropolítica como modo de operação) e da inexistência de um lugar de liberdade absoluta e de plena felicidade. Porém, isso não deve ser motivo para o recuo. Como nos ensina Ednaldo, as lutas devem ser travadas independentemente de todas essas limitações, sempre visando à construção de existências humanas mais livres e igualitárias, em que as pessoas possam assumir o governo sobre si mesmas.

Com isso, adentramos o terreno das tecnologias de si. Estas são perspectivas desenvolvidas por Foucault em um momento de virada teórica em seus estudos, quando ele desloca sua atenção das análises sobre as relações do sujeito e dos jogos de verdade a partir das práticas coercitivas, para analisá-las sob o ponto de vista da autoformação do sujeito, ou seja, ele vai buscar entender “como se tornar sujeito sem ser sujeitoado” (FOUCAULT, 2008, p. 310). Ao analisarmos a postura comprometida de Ednaldo no que se refere aos moradores de sua comunidade, percebemos que a vinculação socialmente estabelecida entre juventude – pele negra – pobreza – uso e tráfico de drogas não resulta necessariamente e tão somente em indivíduos desumanos, perigosos e violentos, aptos a serem discriminados pelo olhar da sociedade cotidianamente e reduzidos ao nada por ações das forças do Estado. O que na realidade identificamos é um sujeito pacífico e humanizado, que assume um posicionamento ético e político diante daqueles que precisam de ajuda, fazendo aquilo que as autoridades omitem-se de fazer. Examinemos outro exemplo de como Ednaldo conduz sua vida desconstruindo estereótipos:

R: Como é que tu se sente por ser negro da periferia nesse mundo que a gente vive? Assim, nesse Brasil. Como é pra tu isso? Como tu se sente?

Ednaldo: Meu irmão, de mim assim, eu me sinto um pirraia tão, tão de boa, apesar de tudo que, apesar dos outros, tá ligado? Julgar a cor negra, é, criticar muito, eu sou um pirraia muito de boa. Por mim, se criticar, eu digo que te amo. Se tu falar de mim, eu digo que te adoro. Já era. (...) E se não souber levar, a pessoa morre depressiva. Porque esse país tá muito racista demais. Negro, o negro não pode entrar em canto nenhum que a turma já critica. A turma fala mal da cor negra. (...) O mais que eu vejo é os playboys. Quando vê... Ó aqui o jeito que eu venho pra cá. Eu entro... eu já entro rindo. "Boa tarde, motô" e pá (refere-se a quando entra no ônibus). Aí os branquinhos que tá tudo assim e pá, caladão,

fechado, fica tudo olhando com raiva. Todo mundo diz "ó praí um negro, tem nada, mas só vive rindo".

O relato de Ednaldo comporta uma força excepcional desenvolvida para resistir ao racismo cotidiano que atravessa sua vida. Apesar de constantemente discriminado, ele consegue conduzir sua vida com leveza, transformando rancor em amor para com seus possíveis agressores e transbordando gentileza com os outros. Ele chega a observar os olhares confusos dos “playboys” (sic) e dos “branquinhos” (sic) que entram em conflito ao perceberem que o seu modo de ser vai de encontro a tudo aquilo que eles esperam, visto que não há monstruosidade em seu comportamento – muito pelo contrário. Foucault diz que “existem diferentes maneiras de ‘se conduzir’ moralmente, diferentes maneiras para o indivíduo que age, de operar não simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação” (FOUCAULT, 1984, p. 27). É neste sentido que o autor vai procurar falar em práticas de si ou estéticas da existência. Tais maneiras de “se conduzir” a que ele se refere representam uma série de práticas refletidas e voluntárias em que as pessoas delimitam regras de conduta buscando “se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer da sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo” (FOUCAULT, 1984, p. 15). Os valores estéticos produzidos por Ednaldo acabam definindo um estilo de vida resistente às forças racistas que tentam assujeitá-lo e produzir sofrimento psíquico. É como ele mesmo diz: “se não souber levar, a pessoa morre depressiva” (sic). Por isso Foucault afirma que o sujeito

(...) estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se. Não existe ação moral particular que não se refira à unidade de uma conduta moral; nem conduta moral que não implique a constituição de si mesmo enquanto sujeito; nem tampouco constituição do sujeito moral sem "modos de subjetivação", sem uma "ascética" ou sem ‘práticas de si’ que as apoiem”. (FOUCAULT, 1984, p. 29)

Com isso, Foucault está concluindo que os processos de subjetivação não podem ser reduzidos aos assujeitamentos instituídos pelos poderes e saberes hegemônicos. A relação entre saber e poder é, portanto, atravessada pelo relacionamento do sujeito consigo mesmo, delimitando, assim, o terceiro eixo a partir do qual a subjetividade é produzida: pela resistência! Analisemos outros exemplos que aparecem nos relatos do próprio Ednaldo, assim

como dos demais entrevistados, que também apresentam posturas igualmente subversivas quando comparadas àquelas que “são esperadas”²⁹:

Ednaldo: O que eu fico pensando quando tô lá? (Se refere ao parque que mais gosta de frequentar em sua comunidade) Mano, só fico pensando só em progredir, em parar com essas coisa lá, né, pelo parque e pá. Só pelas criança . Uma melhora a mais pras criança, né, pra criançada, né? Que ali, sei não, é muito... é um parque, mas um parque de usuário de droga. As criança não, não pode brincar em paz, que sempre tem um maconheiro por ali, um maloqueiro, usando uma droga na frente de um pai, de uma criança recém-nascida, na frente de um pai de família. Fazendo zuada, é... discussão... muitos bagulho mesmo e, quando o cara senta ali o cara fica só pensando, né, só em progredir, a situação e a melhora pra, pra criançada.

R: Então tu pensa muito nos outros, né? Assim, no melhor pros outros, né?

Ednaldo: É, eu gosto de ajudar o próximo. De uma forma que nem eu mesmo sei. (...) Sempre eu gostei de ajudar o próximo. Nunca gostei de só querer tá na boa e vendo o próximo se fudendo. Sempre gostei de, se eu vejo... pronto, uma pessoa triste, eu faço de tudo pra deixar ela feliz. Se ela tiver triste, eu também tô com ela. Sei lá, véi. Sei não, sei não. (...) a única coisa que me deixa triste é eu ver, assim, uma pessoa necessitada e não poder ajudar.

R: Tu acha que tu aprendeu isso como? Assim, a ser assim, como?

Ednaldo: Eu acho que eu aprendi em casa mesmo, visse, a ser assim. Porque eu não ia querer passar, ninguém ia querer passar o que eu passei, não.

R: Ah, então a tua experiência de vida te ensinou a ser assim?

Ednaldo: Sim. Sempre gostei- olhe, pode ser meu pior inimigo, mas, se ele tiver triste, pra mim eu tô triste também, véi.

(...)

Marcos: (...) E poderia, o presidente da República do Brasil, poderia fazer uma lei pra todos que... que tem preconceitos, pra todos serem punidos né? Pelo menos ou pagar uma taxa ou serem apreendidos, ou serem punidos né?

R: Quem é que fala essas coisas pra tua colega³⁰?

²⁹ As aspas apontam para a problemática referente àquilo que é esperado de quem é posto neste lugar de “inimigo ficcionalizado”.

³⁰ Marcos elencou diversos xingamentos racistas contra sua colega, como “Xuxa preta” e “carvão”.

Marcos: *É os meninos de lá. Porque todos eles que fala bullying e preconceito era pra ser punido né, porque isso num é certo não. A cor da pessoa é a cor que Deus deu, então tem que honrar a cor que a pessoa deu e não falarem mal da cor da pessoa.*

R: *E qual é a tua cor?*

Marcos: *Minha cor? É preto! É preto. Não tenho nenhum preconceito com preto e também não tenho preconceito como homossexual e nem “mulher sexual”. Porque... tem menino que fica abusando meu primo e eu não gosto. Meu primo é homossexual e eu não abuso com ele, só brinco com ele né? (...) Porque tem que respeitar a escolha e... a opinião... a... como eu quero dizer... eu se sinto ser gay, então tem que respeitar né?*

R: *Então tu é uma pessoa que respeita as pessoas que são diferentes de tu né? Mas tu acha que as pessoas te respeitam também?*

Marcos: *Não, o pessoal num me respeita não... Me chamam de cheira-cola, não me respeitam não.*

(...)

Anderson: *Quando eu vejo, assim, a pessoa tratando uma pessoa diferente, botando a pessoa pra baixo, eu nem falo, pirraia. Eu nem olho nem pra cara dessa pessoa que tá botando o outro pra baixo. Eu saio logo de perto. Que eu não gosto não, disso não. O negócio de querer julgar a pessoa pela aparência, uma coisa que eu detesto é isso.*

R: *Tu chegasse a roubar também, não foi? E aí, o que é que tu acha disso?*

Anderson: *Oxe, aí... era injustiça pros trabalhador também. Por isso que eu parei também.*

(...) *Eu roubava e, quando eu roubei, eu fiquei sentindo que isso era injustiça. Aí eu fiquei na, naqueles castelo, né? Aí já parei já.*

R: *Ah. Aí tu pensou o quê, assim?*

Anderson: *Que não prestava fazer isso. Não era futuro. Tava tirando do pai de família, da mãe de família. Aí fiquei de boa agora. Faço mais não.*

R: *Aí, assim, só pra finalizar, eu queria que tu falasse sobre tu, assim. Quem é você? Se tu pudesse se definir, como é que tu se enxerga, assim, como pessoa.*

Anderson: *Eu sou uma pessoa como qualquer outra, né? Normal, igual a todo mundo, só que com pensamentos diferente.*

R: *Diferente como, assim?*

Anderson: *Assim, né, que eu quero ajudar as pessoa. Tem uns, já tem uns que não quer ajudar. Quer desprezar. Eu não. Eu quero ajudar. No que eu puder ajudar, eu ajudo.*

Ao estudar as civilizações grega e romana, Foucault deparou-se com determinados modos de conduzir a vida através do chamado “cuidado de si”, sendo este caracterizado por uma série de condutas, sem vínculos institucionais moralistas, escolhidas voluntariamente por aqueles que desejavam ter uma vida marcada pela beleza. Isso representa “um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser” (FOUCAULT, 2004, p. 265). Por meio dessa escolha estética, seria possível o sujeito ter condições não só de cuidar de si, mas de cuidar dos outros. Eram essas as pessoas que, na Grécia, eram consideradas aptas a governar cidades. Analisando primeiramente o cuidado que Ednaldo tem com sua comunidade, seus momentos de reflexão quando está no parque e as conclusões a que chega sobre a necessidade de oferecer um ambiente melhor para as crianças crescerem, acompanhadas por todo o prazer em ajudar os necessitados, seja na dimensão material ou emocional, mesmo que estes possam ser seus inimigos, percebemos o viés ético do cuidado de si, na medida em que ele assume e cultiva uma posição política diante da própria existência. A mesma construção estético-política pode ser identificada na postura antirracista e anti-homofóbica de Marcos, que, apesar de não ser tratado com respeito pelos outros, trata todos aqueles que são diferentes dele com igualdade, chegando a defender a ideia de uma lei para a criminalização dos preconceitos em geral.

A importância da luta política empreendida por Marcos, fundamental em nossos tempos, é destacada também por Foucault quando ele estuda os diversos tensionamentos que atravessam a produção do sujeito na contemporaneidade, visto que os modos de subjetivação passam por diversas transformações ao longo do tempo. As lutas atuais são

(...) contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separam os indivíduos daquilo que eles produzem; ou contra aquilo que liga o indivíduo a si mesmo e o submete, deste modo, aos outros (lutas contra a sujeição, contra as formas de subjetivação e submissão). (FOUCAULT, in: DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 235)

Acreditamos que o embate travado por Marcos – que atravessa desde modos de dominação até modos de sujeição a uma condição de “ser inferior”, que se dá por meio da reprodução de discursos sociais a serviço de estratégias de manutenção de formas hegemônicas de poder – envolve não só um cuidado com o outro, mas um cuidado de si para si, visto que ele também é alvo dessas mesmas técnicas naturalizadas de violência. O mesmo pode ser constatado através do repúdio de Anderson quando vê pessoas “*botando o outro pra baixo*” (sic), justamente porque foi “posto pra baixo” tantas vezes pela polícia. Seu ato de refletir sobre a época em que roubava, bem como a constatação a que chegou ao analisar seus

comportamentos como injustiças sociais praticadas contra pessoas trabalhadoras, também é um ato de cuidado de si.

Ao refletir sobre suas condutas e associá-las às consequências sobre a vida de outras pessoas, os meninos buscam a transformação de si mesmos por vias de cuidado, rompendo com os lugares de “seres incivilizados” e “animalescos” produzidos por práticas e discursos que visam a responder a demandas de controle social. Gomes, Ferreri e Lemos (2018) esclarecem que este tipo de trabalho ético, estético e político é perpassado pelo exercício de buscar relações consigo, fazendo do cuidado de si um preceito essencial para o conhecimento de si, sendo o processo de transformação do ser acompanhado pela modificação de seu *êthos*, “uma vez que esse *êthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros” (FOUCAULT, 2004, p. 270). Com isso, o exemplo de Anderson mostra-nos que os processos de subjetivação passam pelo abandono de algumas condutas e pela adoção de outras, revelando-nos potência para elaborar outras maneiras de existir. “*Eu acho que eu penso assim porque eu quero ficar de boa agora, boy*”, expressou Ednaldo, também sobre seu processo de autocuidado e autoformação.

Quando atentamos para as relações horizontalizadas que os nossos entrevistados estabelecem com os outros, lembramos como elas entram em choque com a constatação realizada por Foucault sobre o cuidado de si na contemporaneidade:

O cuidado de si se tornou alguma coisa um tanto suspeita. Ocupar-se de si foi, a partir de um certo momento, denunciado de boa vontade como uma forma de amor a si mesmo, uma forma de egoísmo ou de interesse individual em contradição com o interesse que é necessário ter em relação aos outros ou com o necessário sacrifício de si mesmo. (FOUCAULT, 2006, p. 3)

Atualmente, o cuidado de si tem se distanciado de uma ética do cuidado com o outro. Conforme é explicado por Ramos (2016), os métodos atuais de conhecimento de si, o autoexercício e a busca constante pelo sucesso financeiro e pessoal produzem um cuidado de si sem implicações com ações éticas e de liberdade que incluam o cuidado com o outro. A autora utiliza o exemplo dos discursos de autoajuda, tão predominantes em nossos tempos, que visam a um conhecimento de si para a produção de um cuidado de si estritamente individualizado. “A política de subjetivação em Foucault é indissociável do trabalho que sujeitos ‘individuais ou coletivos’ realizam sobre si mesmos, a partir de elementos que compõem seu ambiente cultural, social e institucional” (NETO, 2017, p. 18). Analisando o ambiente social dos participantes de nosso estudo, a fim de compreender como se subjetivaram de modo tão contra-hegemônico no que se refere à lógica individualista de

nossos tempos, identificamos dois elementos centrais: a falta de recursos financeiros e a demanda por vínculos afetivos mais fortalecidos. Ednaldo chegou a dizer o seguinte: “*eu acho que eu aprendi em casa mesmo, visse, a ser assim. Porque eu não ia querer passar, ninguém ia querer passar o que eu passei, não*” (sic).

Os adolescentes também sinalizaram o amor e o carinho como principais demandas afetivas. As falas de Marcos e Ednaldo são representativas para ilustrar isso:

Marcos: O que eu olho é só amor e carinho porque esse negócio de comida e dinheiro deixa pra lá, porque eu não quero saber de comida e dinheiro não, eu quero amor e carinho.

(...)

Ednaldo: Porque antigamente eu nunca soube o que era um amor de um pai e de uma mãe. Só espancamento.

A partir dos componentes psicossociais que faltaram em suas trajetórias de vida, os meninos parecem buscar supri-los assumindo uma ética e uma estética da existência que aparecem como um modo de resistência e atitude política, na medida em que rejeitam o individualismo naturalizado em nossa cultura contemporânea, colocando em movimento produções singulares de formas de vida não-hegemônicas, em nível microssocial.

R: Vê só, esse, essas coisas que a gente tá conversando aqui hoje, tu tem encontrado espaços pra discutir sobre isso?

Ednaldo: Meu irmão, assim, só com os colega meu mesmo, da periferia que ficava lá e pá, quando nós ia dar uma bola, o que mais rola é isso, pô. O Estado mesmo pensa que as ideias que a gente troca é bagulho de droga? É não. A gente quer progredir a favela. Tem muita gente que faz, vende droga, é pra ver a comunidade feliz, né? Que nunca vê. Que o Estado diz que vai fazer e nunca faz. Só chega pra fazer isso aqui, ó. Botar um revólver na cara de um, de um pobre favelado, porra. Uma coisa que é injusto . Só chega pra fazer isso. Nunca chega com um carro de cesta básica pra... pronto! "A comunidade ali, pobre e pá, não tem nada, vamo ajudar". Nunca chega pra ajudar. Mas chega pra arriar o pé, ó. Arriar o piau. (...) Só conversa, nós conversa é assim. Só de ajudar a favela, véi. Fazer a favela, a comunidade ser feliz de uma forma ou de outra, né?

Voltando ao uso do tráfico como meio para produzir justiça social, utilizamos este trecho do relato de Ednaldo para dar visibilidade a mais uma forma de desconstrução e

resistência. Aqui ele nos revela como existe uma articulação coletiva, por meio de diálogos e reflexões, que posiciona a ele e a seus colegas como sujeitos políticos. Ao contrário do que se possa imaginar, pessoas que comercializam drogas não falam apenas sobre o crime. Há espaço para articulações de resistências localizadas por meio de um trabalho de consciência crítica sobre o papel de cada um frente às opressões do Estado. Ettliger (2011) citado por Neto (2017) realiza uma leitura sobre a noção foucaultiana de práticas de si que se adequa bem ao que observamos entre Ednaldo e seus colegas. Na medida em que a governamentalidade diz respeito a um governo à distância, o governo de si “permite um indivíduo criar um distanciamento entre si mesmo e o sistema de governo, ao reconhecer e situar criticamente a si mesmo naquele sistema” (ETTLINGER, 2011, p. 539 apud. NETO, 2017, p. 18).

Neto (2017) lembra que Foucault, ainda em seus primeiros escritos, nos quais estudava os processos de subjetivação por meio da análise das práticas de dominação, não pensava os sujeitos como essencialmente dominados ou alienados. Foucault já afirmava que os prisioneiros com quem trabalhava não necessitavam ser “conscientizados”, pois possuíam consciência crítica. Sendo assim, desde o início Foucault não desconsiderava a existência de um espaço de autonomia, ainda que em condições de coerção, diferenciando-se de posicionamentos de algumas vertentes da esquerda e de algumas linhas filosóficas, como a hegeliana e a marxista, que julgam a população como alienada e sem consciência crítica. Como sabemos, Foucault desenvolveu melhor posteriormente a ideia de subjetivação como prática de liberdade. É nesse sentido que a fala de Ednaldo precisa ser considerada, como expressão de um sujeito que construiu um olhar crítico sobre as condições de coerção em que se encontra e que não se submete passivamente a elas. O posicionamento de Ednaldo também vai de encontro à concepção criticada por Kilomba (2019) de que os grupos oprimidos carecem de motivação para o ativismo político em virtude de limitações da consciência sobre a própria subordinação. Ednaldo articula-se e age por meio de um “ativismo político marginal”, movido por sentimentos de revolta e de sede por justiça social.

Ao longo das entrevistas, os adolescentes posicionaram-se criticamente com relação à atual conjuntura política brasileira. Apontaram, dentre outras coisas, a falta de atenção dada às necessidades de lazer, cultura, emprego e educação para as comunidades, destacando a demanda por cursos profissionalizantes como estratégia para redução da violência, ao oferecer melhores perspectivas de futuro para pessoas como eles. No entanto, uma pauta muito específica defendida pelo atual governo federal surgiu nas falas de Ednaldo e de Anderson, às quais daremos destaque:

Ednaldo: Meu irmão, Bolsonaro realmente tá, ele tá tentando melhorar de uma forma que só tá fazendo piorar a situação, boy. Ele tá fazendo, tá achando que tá fazendo o certo, né, boy? Por um lado, tá sendo melhor só pros rico. E os pobre negro? Que não tem as condições? Só vai fazer se fuder, como ele mesmo disse já. Todos os pobre e pá, que não têm condições, vai parar aonde? Na cadeia, pô. Nesse bagulho aí que... cadê? Tá aqui não, né? O de... Esse aqui, ó (Ele pega uma charge sobre redução da maioridade penal³¹).

R: Ah, é uma charge sobre redução da maioridade penal, né? Tu que já foi detido e tal, o que é que tu acha dessa ideia de reduzir a idade de...

Ednaldo: Meu irmão, acho um negócio injusto. Do jeito que tá, 45 dia, dá pro jovem pensar e saber o que é ruim e o que é bom. Tá ligado? Que se um jovem de 16 ano cai no Cotel, oxe! Digo a tu que ele... eu mesmo caí no Cenip, eu quase que endoidava, imagina no Cotel. (...) Aí tu acha que um jovem vai aguentar? Meu irmão, um bicho 18 ano, 20 ano não tem, tá endoidando, não tá aguentando, meu irmão! Aí Bolsonaro quer fazer isso. Tu acha que ele vai melhorar a situação? O jovem cai numa cadeia com 16 ano, se solta com 20 ano, tu acha que ele vai se soltar o quê? Com outra mentalidade. Vai querer fazer o quê? Só merda, porra.

(...)

R: Hmm... Qual a tua opinião sobre Bolsonaro, então?

Anderson: Sou contra ele.

R: Por quê?

Anderson: Porque, né, ele vai destruir o Brasil com esses negócio que ele tá fazendo aí.

R: O que é que tu tá sabendo, assim, mais ou menos, do que ele vai fazer?

Anderson: Só esse “baguio” aí que... de menor vai ser preso diretamente lá pro Cotel, esses negócio.

R: Ah, sim, tu estais falando da redução da maioridade penal, né? É porque tipo, a questão é quem são os menores que vão, né? Presos, assim, no final das contas... Quem é que tu acha que, que no final das contas se prejudica?

Anderson: Oxe, mais os que mora na favela, né?

R: Olhando pro Brasil, tu acha que os políticos se preocupam com jovens assim que nem tu?

Anderson: Se preocupa não. Preocupa não.

³¹ Anexo A.

Kilomba (2019) chama nossa atenção para as problemáticas que podem surgir em torno do posicionamento de Spivak (2010) sobre o “*subalterno silencioso*” quando lido como uma afirmação absoluta sobre as relações coloniais. Ao contrário do que a ideia de um subalterno que não pode falar possa implicar, as posturas de Ednaldo e Anderson corroboram as observações de Kilomba (2019) de que o sujeito negro tem sim a capacidade de questionar e combater discursos coloniais, e de que os grupos subordinados são capazes de realizar interpretações válidas sobre sua própria opressão, visto que a identificação com aqueles que estão no poder não é regra – pois, se assim fosse, de fato, a consciência crítica desse grupo estaria, como um todo, comprometida. Ednaldo e Anderson colocam-se em oposição ao atual governo brasileiro e mostram-se cientes das verdadeiras intenções da política de redução da maioria penal e dos prejuízos que ela pode trazer, caso venha a ser executada um dia. Esta política, da qual os adolescentes negros e favelados serão os principais alvos, está alinhada com o terceiro dispositivo necropolítico descrito por Barros (2019), o dispositivo do encarceramento em massa. Este, que faz uso do medo e do ódio como operadores de políticas de subjetivação, conforme explica o referido autor, está diretamente vinculado com o dispositivo de guerra às drogas para promover uma limpeza étnica e social dos segmentos *infantojuvenis indesejáveis*.

É importante situarmos brevemente os discursos que estão em disputa no debate em torno da redução da maioria penal. Guareschi (2018) explica que, em um lado, estão os garantistas, que se opõem à referida redução. Estes destacam que essa medida é inconstitucional, visto que a maioria penal aos 18 anos é cláusula pétrea. Além disso, este grupo compreende os menores de 18 anos como seres em desenvolvimento físico e mental e que, por isso, não possuem pleno discernimento sobre seus atos. Eles só sobrecarregariam ainda mais o sistema carcerário brasileiro, que já se encontra superlotado. Os garantistas apontam, ainda, que o aumento da violência não deve ser compreendido como um problema a ser individualizado, e que o Estado é quem deve ser responsabilizado por não cumprir com seu dever de construir políticas públicas que garantam outras condições de vida para estes sujeitos. No outro lado do debate estão aqueles que defendem a redução da maioria penal devido ao aumento de crimes cometidos por adolescentes. Argumenta-se, também, que os adolescentes em conflito com a lei já possuem discernimento de seus atos, devido à influência da mídia, e que a inimputabilidade é sinônimo de impunidade, desconsiderando as sanções previstas no ECA por meio das medidas socioeducativas.

Existe uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para redução da maioria penal no Brasil, em tramitação desde o ano de 1993, que foi aprovada em 2015 pela Câmara

dos Deputados. Esta PEC prevê a redução da imputabilidade penal para 16 anos, apenas para os casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. Desde quando assumiu a presidência da República, Jair Bolsonaro vem pressionando o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para dar andamento à aprovação da proposta. No entanto, Bolsonaro deixou bem claro que seu interesse era de que a redução da maioria penal para 16 anos abarcasse todos os tipos de crimes, e não apenas os mais graves³². O posicionamento do presidente frente à questão da redução da maioria penal só reforça o descompromisso do atual governo com a causa da criminalidade, ou seja, a desigualdade social. Ao tratar apenas as consequências desta por meio de práticas puramente punitivistas, como é o caso do encarceramento, o Estado distancia-se ainda mais do papel de provedor das carências dos que são mais necessitados, para imprimir uma grande limpeza social dos segmentos populacionais marginalizados.

Ao perceber que os políticos não se preocupam com adolescentes como ele, Anderson aponta para outro conteúdo que se fez presente ao longo das entrevistas, o qual diz respeito às percepções dos participantes sobre a impossibilidade de mudanças ocorrerem em suas realidades.

R: E tu acha que o que é que pode ser feito? O que é que vocês podem fazer? Tu, tua comunidade... Nesse sentido aí de buscar as coisas que vocês sentem falta lá.

Ednaldo: Meu irmão, se a gente corre atrás, não vai valer nada. Pra que vai correr, pô? Se os político é a mesma coisa que nada, se o cara tá falando lá e pá, ele vai pensar que pra eles tanto faz como tanto fez. O que eles quer é dinheiro no bolso deles, a família deles sossegada e os pobre que tome no cu, véi.

R: Quer dizer que os políticos não, não dão ouvidos ao que o pobre quer...

Ednaldo: Só dia de eleição. Que é, que é certo, eleição mesmo, pronto. Passa o ano todinho na minha, na minha favela lá. Não tem nada, boy. (...) Se não tiver eleição, eles passa é de helicóptero, se for possível.

(...)

R: Tu acha que tu poderia fazer alguma coisa, ter alguma participação também pra mudar a sociedade? Pra ajudar a sociedade a crescer? Tu acha que tem alguma coisa que tá a teu alcance fazer? Ou tu acha que tá tudo na mão dos políticos?

Anderson: Tá tudo na mão deles.

³² Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-pede-que-senado-aprove-reducao-da-maioridade-penal/>. Acesso em: 14 jun. 2020.

R: *Tudo depende deles, é?*

Anderson: *Depende a maioria, **a maior parte depende deles, né? Eles que tão no poder.***

R: *É, eles que tão no poder. Então, assim, tu não se vê como uma pessoa que tá no poder também não? Que pode fazer alguma coisa?*

Anderson: ***Vejo, mas não adianta de nada a gente falar. O que o que vale é a palavra deles.***

(...)

R: *Tu acha que pode ter alguma participação pra construir um país melhor?*

Lucas: ***Tenho não.***

R: *E quem é que pode mudar o país?*

Lucas: ***O presidente... e o governo.***

R: *E por que tu acha que só eles podem e tu não pode?*

Lucas: ***Porque ele vai me ouvir o quê? Vai adiantar não...***

R: *Ele não vai te ouvir? Por que tu acha que eles não ouvem um cara feito tu? Os políticos...*

Lucas: *Vou mostrar um vídeo ao senhor aqui...³³*

Segue a transcrição do vídeo:

“Século XXI, onde tudo é comum. Onde o rico só escuta aplauso, e eu escuto "Patum!". Onde o rico dorme feliz ao mar e suas ondas sucintas. Enquanto o meu despertador é uma Glock com pente de 30. Mirada no alto, tem sangue no asfalto e uma bela senhora de salto. Novamente a PM confundiu um simples abraço com um grande assalto. Eu tenho perguntas dentro de mim que me seguem como sombra. Eu vou abri-las com você, se você puder me resposta: por que o rico pode e a gente não pode? Por que nós usamos Xperia, enquanto eles usam iPod? Ou por que ele usa cinquenta ternos diferentes e eu tô sempre com o mesmo short? Por que o rico é informante e o pobre é X9? Por que o rico é portador de arma, e o pobre é marginal com revólver? Por que o rico recebe carinho e o pobre recebe sacode? Aí o rico me vê do outro lado dessa telinha. A minha casa inteira na dele não dá a cozinha. Mas eu ele vai dizer que eu sou maluco e que não sei nem do que eu tô falando. Mas o que ele vê na TV é meu verdadeiro cotidiano”.

³³ Neste momento, em que Lucas foi indagado sobre o porquê de acreditar que os políticos não o ouviriam, ele se lembra de um vídeo enviado por sua irmã através do Whatsapp. Ele pega seu celular e decide mostrá-lo. Ao pesquisar, posteriormente, sobre a fonte do vídeo, identificamos que ele foi produzido pela produtora independente “Grito Filmes”. De acordo com as informações fornecidas pela página da produtora no Facebook, a “Grito Filmes” é um coletivo formado por cineastas, fotógrafos, cinegrafistas e mídia ativistas que fazem cobertura de eventos culturais de rua. O vídeo mostrado por Lucas é apenas um recorte de 52 segundos de um vídeo maior intitulado “Literatura e Poesia Marginal com WJ & SAID” disponível no Youtube pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=wRcnrxRq2L4>. Acesso em: 18 fev. 2020.

O que nos chama atenção nestes relatos é a total falta de esperanças e perspectiva de ações políticas que possam ajudar esses meninos, suas famílias e suas comunidades. O interesse dos políticos por eles reduz-se unicamente ao voto. É percebendo essa realidade que o discurso desses adolescentes vem carregado da sensação de impotência. O que os meninos estão nos dizendo é que as relações de poder existentes entre eles e os políticos de nosso país atuam no sentido de bloquear qualquer tentativa de modificação do *status quo*, cristalizando a histórica dinâmica social que caracterizou a formação do Brasil enquanto uma das nações mais injustas do mundo. Nesse sentido, a noção foucaultiana de “estados de dominação” é mais uma vez lembrada aqui, visto que estamos diante de uma situação em que um grupo social (os políticos) chega a “bloquear um campo de relações de poder, a torná-las imóveis e fixas e a impedir qualquer reversibilidade do movimento – por instrumentos que tanto podem ser econômicos quanto políticos ou militares” (FOUCAULT, 2004, p. 2).

É diante de uma denúncia como esta, feita pelos entrevistados, que todas as formas de resistência produzidas por eles são bastante restritas e limitadas. Nestes últimos relatos, não percebemos qualquer tentativa de esforço, visto que a desigualdade, conforme está posta nas palavras do jovem que discursa no vídeo apresentado por Lucas, é uma realidade que os silencia. “*Não adianta de nada a gente falar. Que o que vale é a palavra deles*” (sic). “*Eles que tão no poder*” (sic). O silenciamento a que aqui nos referimos é aquele descrito por Spivak (2010), no sentido de que suas falas não são escutadas nem compreendidas pelos que estão no poder. Não importa o que se faça, ao subalterno está destinada a posição de uma marginalidade muda. Isso não quer dizer que os sujeitos que estão nesta situação não consigam desenvolver um ato de fala em si. Como vimos, os meninos expressam-se de forma muito bem articulada e crítica. A questão que eles próprios nos sinalizam é a dificuldade de falar e ser ouvidos dentro de um sistema repressivo como é a colonialidade, sempre pautada no racismo. E aqui estamos nos referindo a um racismo estrutural, em que pessoas negras estão excluídas da maior parte das estruturas sociais e políticas.

Kilomba (2019) explica que o racismo estrutural opera de uma forma que privilegia sujeitos brancos, excluindo, assim, pessoas pertencentes a grupos racializados das estruturas dominantes. A autora revela, ainda, a noção de sujeito com a qual pactua. Ela acredita que o sujeito é composto por três diferentes níveis: o político, o social e o individual, que dizem respeito às esferas da subjetividade. Sendo assim, a pessoa somente encontra o *status* completo de sujeito em uma sociedade quando é reconhecida nessas três dimensões. As lutas de nossos entrevistados são lutas, portanto, pelo seu reconhecimento enquanto sujeitos.

Ter o *status* de sujeito significa que, por um lado, os indivíduos podem se encontrar e se apresentar em esferas diferentes de intersubjetividade e realidades sociais, e por outro lado, podem participar em suas sociedades, isto é, podem determinar os tópicos e anunciar os temas e agendas das sociedades em que vivem. Em outras palavras, elas/eles podem ver seus interesses individuais e coletivos reconhecidos, validados e representados oficialmente na sociedade – o *status* absoluto de sujeito. O racismo, no entanto, viola cada uma dessas esferas, pois pessoas negras e Pessoas de Cor não veem seus interesses políticos, sociais e individuais como parte de uma agenda comum. (KILOMBA, 2019, p. 74 e 75).

4.3 Desinstitucionalização como humanização de práticas e produção de novas subjetividades

Chegamos agora ao atual cenário das trajetórias de vida dos adolescentes participantes de nossa pesquisa. Conforme já explicamos, escolhemos trabalhar com adolescentes que foram encaminhados pela Justiça para serem acompanhados por um CAPS AD, sob a alegação judicial de uso problemático³⁴ de drogas e dependência química. Com isso, atualmente, a vida destes sujeitos é marcada pelo rastro de suas recém-passagens pelo sistema socioeducativo por meio de medida de internação; dois deles relataram que estão cumprindo a medida de prestação de serviços comunitários, além do “tratamento”³⁵ para uso de drogas como parte das consequências jurídicas por terem se envolvido com o tráfico. Sendo assim, suas experiências em um serviço comunitário de Saúde Mental serão o tema do último tópico de nossa análise.

R: *Quando tu compara o CENIP com o CAPS, o que é que tu vê, assim?*

Anderson: *Oxe, muita diferença. Muita diferença mesmo. Lá a gente é tratado que nem cachorro. Lá eles bota a comida na porta, na grade pra gente pegar. Nem a, a gente não pode nem sair de dentro da cela. Nem no corredor a gente pode andar. É só dentro da cela. Não pode sair pra pegar uma água. Só trancado. Aí o cara, pra beber água, tem que pedir. Aqui a gente é tratado como gente. Lá não, lá a gente é tratado como cachorro.*

(...)

R: *Quando tu compara o CAPS com o CENIP, quais são as diferenças que tu vê?*

Ednaldo: *Tudo, tudo. As tia aqui, que lá no Cenip era ADS. Os ADS era a mesma coisa que polícia, só entrava na sala pra “arregaçar”³⁶. Aqui não, as tia entra pra ajudar. Elas tenta*

³⁴ Chamamos de “uso problemático” o uso abusivo e a dependência química.

³⁵ O termo “tratamento” está aspadado, pois este é o termo comumente utilizado pelos agentes da Justiça. No entanto, a perspectiva do trabalho clínico realizado no CAPS é pautada em outro viés, o do “cuidado”, como veremos mais adiante.

³⁶ “Arregaçar” é uma gíria que se refere ao uso da violência física.

lhe ajudar de toda forma. Você pode querer ser ignorante, mas as tia daqui fica tentando ajudar de todo jeito.

Os relatos dos entrevistados expostos nesta seção da análise apontam para outro tipo de atenção, radicalmente diferente daquela produzida pela lógica discriminatória que fundamenta o funcionamento da instituição socioeducativa pela qual eles passaram. Primeiramente, chama-nos atenção o contraste realizado por Anderson entre a forma como se sentiu tratado em cada um dos espaços: no CENIP, sentia-se como um “cachorro” (criatura não-humana); no CAPS, era reconhecido enquanto “gente” (ser humano). Já Ednaldo aponta o contraste entre o tipo de intervenção realizado pela equipe técnica de ambos os serviços: no CENIP a violência, no CAPS o cuidado. Podemos falar, então, em um “cuidado humanizado” como um dos pilares centrais do processo de desconstrução e de transformação do lugar daqueles que são tidos como anormais em nossa sociedade. A Reforma Psiquiátrica brasileira tem como “sul”³⁷ o reconhecimento destes indivíduos como atores sociais, como sujeitos de direito e da luta pelo resgate da cidadania e pelo gozo do estatuto de humanidade que lhes cabe. Eis uma boa síntese do modo como a Reforma Psiquiátrica brasileira é orientada:

Trabalha-se com a defesa da Reforma Psiquiátrica, por ela ser imbuída dos ideais de uma sociedade realmente igualitária e humana, premendo pela reinserção social dos excluídos, como são os loucos, baseando-se nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Enfim, por uma sociedade livre da opressão, preconceito e ignorância. (PAIVA, 2003, p.22)

Observemos um pouco mais como os relatos de experiência dos adolescentes entrevistados sobre suas passagens pelo CAPS dão testemunho de um tipo de olhar e atenção inédito em suas vidas:

Ednaldo: (...) Aí o juiz me indicou aqui o CAPS. Aí foi aonde eu recebi apoio, muita gente, tá ligado, me ajudando, conversando, dando amor, carinho.

R: Qual a tua opinião sobre o CAPS?

Ednaldo: Minha opinião sobre o CAPS é que o CAPS é um... é uma casa, né? Acolhedora, tipo uma segunda mãe da gente, pô. A hora que a gente precisar aqui, a turma tá apoiando

³⁷ Ao invés de utilizarmos o termo “norte”, como sinônimo de “norreamento”, conforme geralmente é utilizado, optamos por utilizar o termo “sul”, pois é para este “sul” que a Reforma Psiquiátrica brasileira propõe-se a olhar: para o lugar onde estão os “selvagens”, os “incivilizados”, “os indesejáveis”, enfim, os “loucos”.

nós, tá conversando, dando conselho, ajudando. Sempre, de uma forma ou de outra, quer ajudar o próximo. O CAPS é um canto legal.

R: Como é que tu se sente quando táis aqui no CAPS?

Ednaldo: Oxe, tranquilão, sossegado. Aqui é minha segunda casa.

R: Então o CAPS significa pra você a segunda casa, que você...

Ednaldo: É.

R: Se tu pudesse escolher tá em outro lugar, hoje assim, tu taria?

Ednaldo: Oxe! Eu não falto o CAPS não, boy. Consigo faltar não. Se tiver CAPS pra mim e uma baladinha pra eu ir, eu prefiro vir pro CAPS.

(...)

R: Qual a tua opinião, assim, geral sobre o CAPS?

Anderson: Oxe, que é tudo de bom, né?

R: Por quê?

Anderson: Porque aqui só tem as tia legal, ajuda a pessoa. Dá conselho, conversa. Não julga pela aparência. Aqui eu me sinto, bem dizer, em casa, aqui.

R: Tu é a favor que outros meninos da tua idade, assim, com histórias feito a tua, também passem pelo CAPS pra trabalhar essas questões relacionada à droga? Tu é a favor, tu defende isso?

Anderson: A favor, eu sou.

R: Por quê?

Anderson: Porque melhora. Que pode chegar qualquer um menino aí que as tia abraça, conversa, dá conselho...

R: Sim. Elas não tratam ninguém com diferença?

Anderson: Trata ninguém com diferenças não. É tudo igual. Não tem ninguém melhor do que ninguém aqui.

O CAPS é percebido por Ednaldo e Anderson como um espaço de apoio, diálogo, ajuda, aconselhamento e circulação de afetos. Ednaldo aponta justamente o amor e o carinho que tanto lhe faltaram ao longo da vida como aspectos humanitários produzidos nas relações que estabeleceu em sua passagem pelo serviço. Já Anderson percebe que lá ele não é julgado por sua aparência, como aconteceu ao longo de toda a sua vida, conforme vimos anteriormente, além de sentir que é tratado com igualdade em meio a todos, como também talvez nunca tenha sido antes. Eles chegam a comparar a instituição com sua “segunda mãe” (sic) e “segunda casa” (sic), ambos adjetivos ancorados em representações culturais de

amparo, refúgio e bem-estar emocional – por isso sentir-se “*tranquilão*” (sic) e “*sossegado*” (sic) são estados afetivos congruentes com o tipo de práxis transformadora que ações humanitárias podem produzir sobre os sujeitos.

Humanizar o cuidado em Saúde Mental, conforme entende Dimenstein (2004), exige um compromisso com a pluralidade de forças que constituem a vida. Neste sentido, busca-se a fragilização de uma racionalidade social hegemônica que produz sujeitos massificados, estigmatizados, violentados e, conseqüentemente, em constante sofrimento psíquico. Quando se humanizam olhares e práticas, abrem-se espaços para enfrentamentos a dispositivos sociais promotores de exclusão, intolerância e discriminação, resistências necessárias a serem integradas à vida desses adolescentes. Essa é a nova perspectiva clínica proposta pela Reforma Psiquiátrica brasileira. Bezerra (2013) citando Rinaldi (2006) explica que esta “clínica psicossocial”, ou “clínica ampliada”, ou “clínica do cotidiano”, ou mesmo “clínica do cuidado”, como particularmente preferimos, é constituída como um campo multidisciplinar, heterogêneo, e é formada por múltiplos saberes e práticas que se interconectam. Porém, o mais importante a ser destacado é que ela se propõe a englobar diversos aspectos da existência do sujeito e articula-se com a dimensão política, estando implicada não só nas questões individuais, mas também nas coletivas. O termo “cuidado”, explicam as autoras, é imbuído da noção de integralidade da atenção/assistência prestada na saúde pública, a qual é concebida como prática social. Neste sentido, o cuidado em Saúde Mental, sob essa perspectiva, deve incluir a subjetividade do usuário do serviço nas relações que se estabelecem com o mesmo.

R: Quais são as coisas que tu mais gosta daqui?

Ednaldo: O atendimento aqui é legal que só o carai. O cara chega, a tia, a doutora, a enfermeira, que eu não sei o nome dela, ela chega já pra te atender, pra saber como tu tá, se tua saúde tá perfeita. E se não tiver, ela corre atrás, faz de tudo pra ter a tua melhora.

R: Hmm. Então é o atendimento que é o que tu mais gosta?

Ednaldo: É, o atendimento.

R: Tem outra coisa que tu gosta também?

Ednaldo: As atividade, né? Que é legal que só a poxa, né? As atividade. Também o “sarro”³⁸ aí que a tia faz.

R: Tem alguma coisa que tu não gosta aqui?

Ednaldo: Oxe, se tiver eu quero me matar agora!

³⁸ “Sarro” significa comida.

R: E é? Não tem nada que tu não goste?

Ednaldo: Nada que eu não goste. Até os vigia, os vigia, tem vigia que é tudo caladão. Os vigia daqui não, os vigia daqui tudo fala com nós, "bom dia", "boa tarde", brinca, interage com a gente, faz uma forma pra, tá ligado não?

O atendimento cuidadoso realizado pelos profissionais do CAPS, os quais sempre se esforçam para suprir as demandas dos usuários, é apontado por Ednaldo como o que há de melhor no serviço. A qualidade da alimentação e até mesmo a inusitada relação amigável com os vigilantes apontam para uma dinâmica que se alinha com os direitos humanos nos mais diversos aspectos do funcionamento da instituição, garantindo que a dignidade desses sujeitos não seja desrespeitada como sempre foi ao longo de suas trajetórias. Conforme preconiza a Política Nacional de Humanização (2003), humanizar significa incluir as diferenças nos processos de gestão e cuidado. “Tais mudanças são construídas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada. Incluir para estimular a produção de novos modos de cuidar e novas formas de organizar o trabalho” (BRASIL, 2013, p. 4). Observemos como o seguinte relato de Anderson complementa o exemplo ilustrativo de Ednaldo acerca destas novas formas de cuidar:

R: Por que tu passou um tempo sem vir? Tu sentiu falta daqui?

Anderson: Porque eu tava vendendo bolo. Senti falta sim.

R: Ah, tu tava trabalhando né? O que foi que te fez mais sentir falta?

Anderson: Oxe, das conversa com as tia, né?

R: Com as profissionais daqui? O que é que vocês conversam mais, assim?

Anderson: É, com as psicóloga. É sobre a vida.

R: Hmm. E isso te ajuda de que forma?

Anderson: Ajuda a enxerga a vida melhor, né? De outra forma.

Tanto Ednaldo quanto Anderson dão-nos exemplos de como a postura acolhedora das profissionais do CAPS produz vínculos essenciais para a continuidade do trabalho desenvolvido. Apesar de ter precisado se afastar para trabalhar, Anderson sentiu falta daquele espaço de fala e escuta onde era acolhido, e não mais silenciado como sempre foi. Nos dois casos citados, presenciamos o funcionamento de um dos componentes do cuidado humanizado em Saúde Mental, o acolhimento. Segundo Santos, Silva, Pereira e Brito (2018), o acolhimento consiste em reconhecer, por meio da escuta qualificada, o que o outro traz

como demanda, além da construção de vínculos e diálogos entre equipe e usuários, proporcionando maior bem-estar para a população atendida. O *acolher* e o *escutar* são dispositivos clínicos de cuidado inseparáveis que se contrapõem radicalmente ao *olhar* e ao *conter* que tanto marcaram as vidas destes adolescentes. O CAPS seria, portanto, um espaço de interlocução e de práticas horizontais de intersubjetividade, onde o sujeito trabalha na fala e suas máscaras silenciadoras são eliminadas. Identificamos, portanto, direitos sendo garantidos:

É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deficiência (...) (CARTA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS, 2007, p. 4)

Através do que foi exposto até este ponto, já é possível identificarmos aquele que é o objetivo prioritário da desinstitucionalização, conforme defende Franco Rotelli (1990), o qual consiste em transformar as relações de poder entre a instituição e os sujeitos, eliminando os mecanismos de violência, restituindo direitos civis e eliminando as tutelas jurídicas, as coações e o estatuto de periculosidade. Diversos desdobramentos subjetivos podem advir deste processo; um deles, poderemos identificar a partir dos relatos a seguir. Começamos pelo discurso de Marcos durante sua participação na III Jornada Intersetorial de Saúde Mental Infantojuvenil do Recife:

Marcos: Meu nome é Marcos. Eu sou, é... como é o nome? Eu sou... usuário do CAPS (...), acompanhado por Matheus, meu psicólogo. Eu vou lá pro CAPS e é bom né? Segunda-feira tem o grupo de... os grupos lá e eu tô achando bom porque eu vou pra me tratar das drogas né? Pra botar pra fora esse negócio porque tá atrapalhando a vida da gente e eu tô gostando muito do CAPS e o trabalho de lá eu quero que não pare nunca né? A gente tem que lutar, tem que batalhar, ir pra todos os convites que a gente tá indo porque querem fechar o CAPS e eu não tô de acordo disso, então eu tô batalhando, eu e as tias também, estamos batalhando pra não fechar o CAPS né? E a gente também tem a percussão, tem culinária, tem o grupo de Arteterapia, tem vários grupos também que faz coisa boa pra nós né? Traz esperança e felicidade. Eu agradeço alí ao tio Robson que tá comigo, eu agradeço por a presença dele, agradeço muito e o CAPS pra mim... eu quero abandonar nunca aquele CAPS porque Deus... Deus tocou, assim, aquele CAPS alí pra mim porque... a droga, ela

vem pra matar, mas como Deus... quando Deus tira, ninguém consegue não. É... ninguém consegue não, vou passar agora pra ela. (Marcos termina a sua fala emocionado e é aplaudido pelo auditório).

(...)

R: Como é que tu avalia essa tua experiência aqui no CAPS? Tem alguma coisa que tu não gosta, que tu queria que fosse diferente?

*Anderson: **Eu queria que o governo olhasse mais praqui, né?***

R: Que olhasse mais pro CAPS?

*Anderson: **É. Investisse. Que isso aqui muda a vida de muita gente.***

R: Tu sabe o que é que o governo tá pensando sobre os serviços públicos, sobre a saúde mental?

Anderson: Eu sei que ele tava querendo acabar, né? Com esse negócio de CAPS

(...)

R: Tu é a favor que outros meninos, assim, com uma história parecida com a tua possam passar pelo CAPS também?

*Lucas: **Podem. Oxe, eu peço pros pirraias de lá: - “oxe, vai lá pro CAPS”, aí os caras – “oxe, porra de CAPS meu irmão. Oxe, porra nenhuma!”, aí eu – “oxe, olha praí...”***

R: Tu fica pedindo pra eles virem?

*Lucas: **É.***

O discurso emocionado de Marcos é carregado de gratidão pelos sentimentos de esperança e felicidade proporcionados pelo seu vínculo com o CAPS, cuja presença em sua vida ele atribui a Deus. O elemento que mais nos chamou atenção nesta fala de Marcos foram os motivos que o levaram a aceitar participar de um evento público de grande porte, como é o caso da referida Jornada. Por não desejar o fechamento do serviço, em decorrência da atual conjuntura política nacional de fragilização e sucateamento dos serviços públicos de saúde, Marcos percebe que é capaz de unir forças com a equipe técnica que compõe a instituição que tanto cuida dele, para dar visibilidade às ações e ressaltar a importância e a diferença que um serviço público e comunitário como CAPS pode produzir na vida de adolescentes como ele. Por isso, ele tem procurado aceitar todos os convites que envolvam participação política (assim como aceitou participar desta pesquisa quando foi informado sobre do que ela tratava). O relato de Anderson também aponta para o mesmo posicionamento político apresentado por Marcos, destacando o papel que o CAPS tem na vida das pessoas; por isso, ele ressalta a necessidade de maiores investimentos governamentais. Lucas, por sua vez, direciona seu

ativismo político para o diálogo com colegas acerca da importância de também frequentarem o CAPS, pois acredita que aqueles adolescentes com perfis parecidos com o dele possam ser contemplados com os mesmos benefícios que extraiu para a sua vida.

O precursor do movimento da Reforma Psiquiátrica, Franco Basaglia (1985), explica que a objetificação do louco impede-o de construir seu próprio corpo pessoal, reduzindo-o a um corpo institucional. Esta objetificação influencia diretamente a ideia que a pessoa faz de si mesma, levando-a, por meio deste processo, a comportar-se unicamente como corpo doente. Quando observamos o comportamento dos adolescentes de nossa pesquisa, percebemos que seu movimento de tomada de responsabilidade frente às necessidades de luta pelo fortalecimento dos serviços de atenção psicossocial representa um tipo de resistência ao referido processo de objetificação e assujeitamento que, historicamente, moldou as relações com a loucura. Ao contrário disso, a desconstrução que os novos dispositivos de Saúde Mental promovem possibilita a construção de um trajeto em que esses meninos saem de uma situação de total anulação da condição de sujeitos, à qual sempre foram postos, para tornarem-se usuários do sistema público de saúde, que lutam para produzir cidadania para si e para os outros por meio da reivindicação de valorização política do CAPS.

Torre e Amarante (2001) explicam que, na medida em que este processo de trabalho não se centra no isolamento, na moralização, na medicalização e, conseqüentemente, na cura, o próprio termo “tratamento” torna-se inadequado e perde seu sentido. Por isso, deve-se falar em cuidado – um cuidado humanizado que, ao invés da cura, busca a emancipação do sujeito, a produção de autonomia e de cidadania ativa e a desconstrução das relações de tutela e do lugar de objeto³⁹. É isso o que Rotelli (2001) quer dizer quando refere que a instituição colocada em questão nos últimos anos não foi o manicômio, mas a loucura. O que precisa ser desinstitucionalizado é, portanto, todo o “conjunto de aparatos científicos, legislativos, administrativos, de códigos de referência cultural e de relações de poder estruturados em torno de um objeto bem preciso: ‘a doença’, à qual se sobrepõe no manicômio o objeto ‘periculosidade’” (ROTELLI, 2001, p. 89).

Observemos um aspecto importante deste processo de desinstitucionalização esperado dos dispositivos que trabalham sob a perspectiva da Reforma Psiquiátrica:

R: Antes de vir pra cá tu sabia como era já?

³⁹ É bastante comum utilizar-se o termo “protagonismo” no campo da Saúde Mental quando há essa passagem da condição de objeto, paciente, alienado, tutelado, dependente, para a condição de sujeito político, de direito, que debate o tratamento, a instituição, que participa e interfere no campo político, conforme explicam Torre e Amarante (2001).

Ednaldo: Sabia não. Só sabia que era um negócio que tinha psicólogo, esses negócio. Não sabia que tinha isso tudo não, e pá, que era legal. Que no início mesmo, quando eu fiquei sabendo, eu fiquei todo morgado, "porra, bagui viajado, bagui..." na minha consciência era só bagui de doido aqui, pra mim. Era um negócio de doido. Mas depois eu fui parando e pá e vi que é não, boy.

R: Aí tu viu que...

Ednaldo: É uma casa de tratamento, né, pra se tratar, né? Se você quiser, né?

(...)

R: Se tu pudesse escolher, tu estaria frequentando o CAPS hoje em dia?

Anderson: Tava.

R: Tu tá aqui porque a Justiça mandou também, né? Tem isso.

Anderson: É, mas já passou, já, o tempo que a Justiça mandou, já.

R: Tu veio por causa da Justiça, mas continuasse aqui mesmo depois que passou o tempo?

Anderson: Foi.

R: Então, assim, tu continuou por escolha tua? Como foi isso?

Anderson: Escolha minha.

R: Ah, entendi. Por que tu escolheu continuar?

Anderson: Porque melhorou muito minha vida aqui.

R: Então tu tá por livre e espontânea vontade.

Anderson: É.

Os relatos acima trazem um elemento fundamental deste processo de desinstitucionalização de sujeitos que, historicamente, foram constantemente enquadrados e submetidos a leis verticalizadas, que sempre anularam suas possibilidades de escolha. Este elemento é justamente a liberdade, mesmo em um contexto em que há uma compulsoriedade judicial atravessando a vinculação deles com o serviço de Saúde Mental. Ednaldo apresentou um breve relato de seu processo de desconstrução das fantasias iniciais em torno da instituição para onde estava sendo encaminhado, descobrindo posteriormente que não tinha a negatividade que imaginava; ao contrário, aquele era um espaço que ajudaria os adolescentes, se assim eles quisessem. Sua autonomia e sua liberdade seriam, portanto, respeitadas. Anderson dá-nos um exemplo peculiar ao revelar que, diante dos benefícios percebidos durante sua passagem pelo CAPS, escolheu continuar vinculado à instituição mesmo quando a compulsoriedade que o fez chegar ao serviço findou.

O caráter aberto e comunitário dos serviços que trabalham na perspectiva da atenção psicossocial busca privilegiar o caráter voluntário do acompanhamento e a liberdade de circulação dos sujeitos pelo espaço urbano, sendo o serviço apenas mais um dos componentes possíveis de circulação e vinculação. Ao contrário do caráter segregatório e tutelar das instituições totais, Mélllo, Vicentin e Moraes (2019) explicam que, mesmo quando a origem do encaminhamento ao sujeito ao serviço⁴⁰ é de ordem judicial, a voluntariedade será sempre considerada. À equipe multiprofissional cabe a desconstrução contínua da compulsoriedade da atenção, explicam as autoras, possibilitando uma posição de escuta e negociação com os adolescentes sobre seus respectivos projetos terapêuticos singulares. A liberdade de ir e vir desses sujeitos, assim como o primado do cuidado em rede no território, é resguardada.

Em suma, o caráter voluntário do serviço convoca a pensar criticamente as compulsoriedades, mas também a refletir em torno da autonomia, da corresponsabilidade e dos graus de liberdade que estão em jogo no cuidado e proteção de crianças e adolescentes que fazem uso de substâncias. A voluntariedade não exime da responsabilidade de cuidar, pelo contrário, revela a complexidade que envolve o cuidado e a necessidade de se realizar ações coletivas, pactuadas permanentemente e integradas com outras instâncias da rede. (MÉLLO, VICENTIN e MORAES, 2019, p. 289)

Esta complexidade que abrange o cuidado em Saúde Mental citada pelas autoras remeteu-nos a um dos trechos da Lei nº 10.216/2001, a qual dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em Saúde Mental. O trecho ao qual nos referimos é o inciso II do art. 2º, o qual elenca os direitos da pessoa portadora de transtorno mental⁴¹. O inciso mencionado diz que é direito da pessoa portadora de transtorno mental “ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando a alcançar sua recuperação pela inserção na família, no trabalho e na comunidade” (BRASIL, 2001, p. 1). Ilustramos este modelo de acompanhamento humanitário e respeitoso através de diversas declarações dadas pelos adolescentes ao longo das entrevistas. E falamos há pouco, também, sobre como a liberdade e a voluntariedade oferecidas pelos serviços de atenção psicossocial possibilitam um cuidado

⁴⁰ Neste texto, as autoras estão discutindo o dispositivo da Unidade de Acolhimento Infanto-juvenil (UAI), serviço ligado ao Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSI). Porém, suas observações se aplicam a todo e qualquer serviço substitutivo à lógica manicomial.

⁴¹ Apesar de, particularmente, não considerarmos os participantes desta pesquisa como portadores de transtorno mental, precisamos levar em consideração que eles são acobertados pela Lei nº 10.216/2001, visto que são usuários de um serviço público de Saúde Mental. Por mais que a relação deles com a droga não esteja necessariamente relacionada com um quadro de dependência química, o que caracterizaria um transtorno mental, precisamos atentar para o fato de que as ações do CAPS, nestes casos, são de cunho preventivo e, por isso, devem ser orientadas pela Política Nacional de Saúde Mental.

que permite a circulação e a inserção na comunidade. Veremos, agora, como os outros dois aspectos descritos como direitos neste inciso apareceram na entrevista. Primeiro, com relação à inserção na família:

Ednaldo: Por um lado o tráfico me prejudicou porque nisso eu fui criando inimizade, inimigo, tá ligado? Muita gente com maldade pro meu lado. É. E se não fosse, se eu, acho que se eu não tivesse conhecido o tráfico, eu não tinha tido contato com meu pai. E apesar do tráfico eu fui preso, e de preso eu conheci o CAPS e o CAPS me apresentou a meu pai. (...) Aí botaram meu pai mais pra junto de mim, tá ligado? Chegou, conseguiu contato com meu pai, trouxe meu pai mais pra junto de mim e nisso, graças a Deus, hoje em dia eu tenho contato da minha mãe com meu pai. Tenho pelo menos o amor, o carinho...

R: Foi através do CAPS, foi?

Ednaldo: Foi através do CAPS. Que eu conheci, consegui ter aquele contato com meu pai e com a minha mãe.

(...)

R: É... teve alguma outra coisa que o CAPS te ajudou?

Anderson: A relação com minha família. Com meu padrasto, com meu, meus irmãos.

R: Hum, melhorou foi? Por causa do CAPS? O que é que, o que foi que eles fizeram?

Anderson: Foi. Porque, né, eles viram que eu tava querendo mudar, né? Vindo pro CAPS, mudei meu jeito. Aí já foi, já me ape- se apegando a mim de novo.

No que se refere ao aspecto da inserção dos sujeitos no campo do trabalho a partir do contato deles com o CAPS, vamos ver o que temos:

R: Ah, então teus vínculos familiares melhoraram. O CAPS fez alguma articulação, assim, com algum curso pra tu, ou com algum posto de saúde?

Anderson: Fez. De Administração. Só tô esperando chegar...

R: Que massa, véi, que massa! Como é que tá a tua expectativa pra isso?

Anderson: Oxe, tá mais de mil, né? Vou fazer alguma coisa, né? Pra ser alguém na vida, né? Fazer um curso. Pessoa pelo menos com um curso, né? A vida, já é alguma coisa na vida.

(...)

R: O que é que tu espera que aconteça na tua vida?

Ednaldo: Oxe, que papai do céu abençoe eu arrumar um emprego bom, né? (...) Sei que é difícil o cara, tá, tá difícil o cara arrumar um emprego, ainda mais pra mim que já tenho “queda”⁴² e pá e não tenho estudo completo... correr atrás. Aí é por isso, é possível, mas não é impossível...

R: Qual é a maior utilidade que o CAPS tem tido pra tua vida? (Pergunta feita em outro momento da entrevista)

Ednaldo: Oxe, tá me ajudando num mói de coisa. E tá aparecendo, tá procurando altos curso pra mim também.

(...)

R: E com relação a outras coisas, fora as drogas, tu acha que o CAPS pode te ajudar também?

Lucas: Pode. Me ajudar a arrumar um emprego...

R: Tu acha que o CAPS pode te ajudar nisso também?

Lucas: Pode, conseguindo um curso⁴³.

(...)

R: Esse negócio que tu foi agora com o pessoal daqui, que tu disse que chegou de um curso. É curso de quê?

Marcos: Curso pra... é uma bolsa que a gente ganhou. Ou grau técnico... vários cursos que tem em Pernambuco.

R: (...) O teu vai ser de quê?

Marcos: Bombeiro civil. (...) Pra socorrer os povos... e honrar a farda né, que a gente tem...

R: Mas tu pensa em trabalhar com isso mesmo? Tu tem algum sonho na vida que tu busca, alguma coisa assim?

Marcos: Tenho o sonho de trabalhar com isso. Desde quando meu colega foi bombeiro.

Dando continuidade ao legado deixado por Basaglia, Franco Rotelli (1990) dedicou-se a redefinir o conceito de desinstitucionalização, o qual sempre foi identificado com mera desospitalização. Rotelli procura compreender a desinstitucionalização a partir da multiplicidade de formas de cuidar do sujeito em sua existência, considerando as condições concretas de sua vida. Os relatos acima mostram-nos justamente isso: um modelo de atenção que pensa o sujeito para além da drogadição enquanto doença a ser eliminada. Atentar para a

⁴² “Queda”: já foi preso. Tem passagem pelo sistema socioeducativo, no caso.

⁴³ Ao longo do processo de produção de dados no CAPS, fomos informados sobre a articulação de um curso de Design Gráfico para Lucas e de que as aulas já estavam para começar, o que foi confirmado por ele em outro momento posterior à sua entrevista. A ideia é estimular o talento que Lucas possui para desenhar.

concretude da existência do sujeito significa levar em consideração que há ali um ser com família, afetos, desejos, sonhos e necessidades de subsistência e pertencimento. Amarante (2015) esclarece que esse é um processo que se inicia pela desmontagem dos saberes instituídos, tentando compreender sua lógica de funcionamento para não mais reproduzi-los. O autor explica que a clínica tradicional sempre valorizou a relação entre o observador e o procedimento de captura desta “natureza deformada” chamada doença. A desinstitucionalização compromete-se justamente com a desmontagem dessa clínica e com a transformação de sua estrutura, fazendo com que a relação estabelecida deixe de ser com a doença para se dar com o sujeito da experiência. Com isso, Amarante lembra ainda que Basaglia sempre afirmou que a psiquiatria colocou o sujeito entre parênteses para ocupar-se da doença enquanto objeto natural e, portanto, propôs uma inversão: colocar a doença entre parênteses para que fosse possível lidar com o sujeito. É partindo deste ponto de vista que Rotelli (2001) sugere que, ao invés do objeto “doença mental”, devemos nos ocupar com o objeto “existência-sofrimento” do sujeito e sua relação com o corpo social.

A fragilidade dos vínculos familiares sempre fez parte da história de vida dos meninos, sendo esta um dos fundamentos da demanda por amor e carinho sinalizada por eles. Em seu relato, Ednaldo realiza uma interessante observação acerca do trajeto que o levou a conectar-se com seus pais. Ele explica que foi necessário passar pelo tráfico e pela FUNASE para só então, por meio da determinação judicial, chegar ao CAPS, que foi responsável pelo trabalho de reestabelecimento dos seus vínculos familiares. Graças a isso, ele teve contato pela primeira vez com o amor e o carinho dos pais, cuja ausência foi determinante para o curso que a sua vida tomou, cheia de riscos e de sofrimento. O mesmo aconteceu com Anderson, que reestabeleceu os vínculos familiares a partir das mudanças subjetivas que surgiram decorrentes dos cuidados que recebeu.

Notemos que o trabalho de reintegração familiar está diretamente relacionado com essa perspectiva de pensar a existência-sofrimento do sujeito como alvo das intervenções, assim como a assistência prestada às demandas por profissionalização sinalizadas por todos os adolescentes entrevistados. Com o curso profissionalizante em Administração de Empresas articulado pelo CAPS, Anderson percebe pela primeira vez que poderá “*ser alguém na vida*” (sic). Ednaldo, apesar de reconhecer todas as dificuldades existentes, tem fé que aquilo que mais deseja no momento aconteça: conseguir um emprego. Para isso, conta com a parceria do CAPS na articulação de cursos profissionalizantes – assim como Lucas, que também vê no CAPS um aliado e já desfruta de um aparato educativo para desenvolver seu talento como desenhista. Por fim, vemos o exemplo de Marcos, que agora tem a oportunidade de realizar

seu sonho de ser bombeiro para ajudar os outros, dando mais uma demonstração de humanidade. Quando se desinstitucionaliza a doença, colocando-a entre parênteses, trabalha-se sob o princípio da integralidade da atenção à saúde do SUS.

“A saúde integral é composta e promovida por inúmeros elementos, destacando-se o acesso à educação, ao lazer, ao esporte, à habitação, à cultura etc. Esses fatores são estruturantes e condicionantes para a abordagem de novos projetos de vida das pessoas, inclusive daquelas que demandam cuidados específicos em saúde. Os conceitos de autonomia, estabelecimento de vínculos, estímulo às relações interpessoais e fortalecimento de redes de apoio às crianças, aos adolescentes e às suas famílias tornam-se fundamentais para a produção de saúde dessa população.” (BRASIL, 2014, p. 20)

É importante esclarecermos que, conforme explica Amarante (1994), o ato de colocar a doença entre parênteses não representa a negação de sua existência, muito menos que ela não possa trazer prejuízos para a vida da pessoa. No caso dos adolescentes acompanhados pelo CAPS, a drogadição não é negligenciada, mas trabalhada a partir de um outro viés, como logo veremos. O que Amarante problematiza com relação à atitude de colocar a doença entre parênteses é a impossibilidade de a experiência da loucura/sofrimento psíquico ser reduzida ao conceito de doença e apreendida em sua totalidade pelo saber psiquiátrico. O dispositivo da desinstitucionalização propõe-se a reinserir a complexidade dos problemas com os quais lida. Sendo assim, “a doença entre parênteses é, ao mesmo tempo, a denúncia e a ruptura epistemológica que se refere ao ‘duplo’ da doença mental, isto é, ao que não é próprio da condição de estar doente, mas de estar institucionalizado” (AMARANTE, 1994, p. 65). Isso significa que, quando o CAPS se ocupa da complexidade que constitui os sujeitos, terá que lidar com tudo aquilo que está institucionalizado em torno da relação deles com a droga, a saber, toda a série de desigualdades sociais que atravessam suas vidas; por isso a necessidade de ações intersetoriais. São essas desigualdades e relações de poder que são atualizadas quando o sujeito, e não a doença, é colocado entre parênteses. Ocupar-se unicamente da doença funciona apenas como mais um subterfúgio para a manutenção de estados de dominação, conforme nos explica Rotelli:

Mas a clínica não é apenas um olhar. Agora a doença, bem fora de parênteses, se revela como o lugar geométrico das incrustações judiciais, diagnósticas e científicas aplicadas, sobretudo, e sem contradição, às classes subalternas. Conjunto de aparatos administrativos, disciplinares, científicos, normativos, coerentes com o velho estatuto epistemológico da doença... (ROTELLI, 2001, p. 91)

Diante disto, só nos resta constatar que o CAPS, enquanto dispositivo da Reforma Psiquiátrica brasileira, produz um movimento de resistência a este tipo de poder normatizador que, historicamente, fez uso da patologização e das internações compulsórias para criminalizar e adequar pessoas negras periféricas usuárias de drogas a uma ordem social desejável. No caso do Brasil, esta forma de poder tem suas raízes fincadas nas políticas antidrogas fundadas no período ditatorial, e que hoje ganham força com a atual conjuntura política totalitária em vigor no país. Para contribuir com este cenário, estão em cena o Direito Penal e a Psiquiatria como saberes que se articulam com os dispositivos disciplinares da prisão e do manicômio na produção da delinquência e da dependência química enquanto doença. Além disso, entra em cena a moral cristã, por meio das já referidas comunidades terapêuticas, as quais também não se eximem da disciplina para regular a associação supostamente existente entre os prazeres da carne (drogas) e o mal. As três instâncias – judiciária, psiquiátrica e religiosa – possuem como eixo articulador o paradigma da abstinência como política de tratamento a usuários de drogas, explicam Passos e Souza (2011). Os autores esclarecem que a abstinência pode ser um recurso clínico possível para diversos casos; mas, quando remetem ao paradigma da abstinência, estão se referindo à “governabilidade das políticas de drogas que se exerce de forma coercitiva na medida em que faz da abstinência a única direção de tratamento possível, submetendo o campo da saúde ao poder jurídico, psiquiátrico e religioso” (PASSOS e SOUZA, 2011, p. 157).

É em contraponto às práticas de sujeição de usuários de drogas a esta rede de saber-poder acerca do corpo e dos prazeres, as quais produzem a figura do usuário de drogas como indivíduo perigoso, doente e alheio à moral, que os dispositivos da Reforma Psiquiátrica lançam mão do paradigma da Redução de Danos. Isso se dá por tal perspectiva estar comprometida com a construção de uma política pública de drogas democrática e com a produção de um novo campo de possibilidades clínicas, políticas, éticas e existenciais. Vamos observar alguns efeitos deste tipo de práxis na vida dos adolescentes entrevistados:

Ednaldo: Oxe, quando eu cheguei aqui eu não conseguia ficar um dia boy, sem fumar maconha, sem cheirar pó, sem fumar um melado. Hoje em dia não, hoje em dia eu me controlo. Hoje em dia eu me controlo. Aí isso eu tenho pra mim que foi o CAPS que me ajudou, a eu me controlar, né? (...) O cara, tá ligado, o cara assim, o cara consegue ficar, poder andar na rua sem pensar "porra, levar uma abordagem da polícia, pá, tô com

droga", que nem antigamente. Antigamente eu só vivia com droga na rua. Hoje em dia não, hoje em dia eu ando bem a fanfarra, sem querer saber nada.

(...)

R: *Qual é a principal utilidade que o CAPS teve na tua vida?*

Anderson: *Ajudou em muita coisa. Melhorou minha vida e muito.*

R: *Tu pode dar exemplo? Pra gente entender melhor?*

Anderson: *Melhorar o uso das droga. Porque antes eu só vivia cheirando pó, baratinando, bebendo... Desde quando eu vim pro CAPS, só, só bebi, cheirei pó, esses bagulho, esses negócio duas vez, só. Daí pra diante, daí nunca mais cheirei nem fiz nada. Só fumo minha maconha de boa, só. E nem tô fumando nem muito mais. Eu fumo um de manhã, um de tarde e um de noite agora. Só pra comer.*

R: *É... então, assim, o CAPS te ajudou a lidar melhor com a questão da droga? Tu lida com a droga hoje de uma forma mais saudável. Tu reduziu, mas não parou, mas hoje tem uma relação melhor com a droga?*

Anderson: *Tenho uma... mais cabeça, né? Não deixo me levar, né? Pela... pela má influência, também os colega que chama, né?*

R: *Tu tem um controle maior, é?*

Anderson: *Tenho. E quem me ensinou foi as psicóloga, né? A técnica. Amanda principalmente.*

A Redução de Danos pode ser conceituada como “uma política e uma prática de saúde pública definida como uma série de procedimentos destinados a atenuar as consequências adversas do consumo de drogas” (LANCETTI, 2016, p. 77). Lancetti (2016) explica ainda que, em sua dimensão política, ela diverge radicalmente da política hegemônica de guerra às drogas que busca extingui-las e criminaliza seus usuários. Enquanto prática de saúde pública, a Redução de Danos está alinhada com todas as experiências sanitárias que preconizam a defesa da vida. Conforme já discutimos, o uso de drogas – ou, melhor dizendo, o uso de maconha – sempre ocupou um lugar estratégico de resistência na vida dos sujeitos participantes de nossa pesquisa. No caso dos dois adolescentes acima exemplificados, Ednaldo e Anderson, o consumo ajuda a lidar melhor com os problemas da vida e dá mais disposição para o trabalho e a alimentação, respectivamente. No entanto, apesar dos benefícios trazidos, os relatos destacados mostram-nos a conscientização acerca de um uso por eles considerado excessivo e descontrolado, além do consumo de outras drogas mais prejudiciais como cocaína, álcool e “melado” (maconha com crack).

Ednaldo atribui ao CAPS o desenvolvimento de sua atual capacidade de controle, levando-o a um consumo bem mais moderado. Por consequência, o porte de drogas foi reduzido, gerando nele um sentimento de maior tranquilidade ao transitar pelas ruas. Anderson, por sua vez, aponta uma melhora em sua relação com as drogas como uma das principais contribuições do CAPS para a sua vida. Além de referir o abandono das drogas mais pesadas, passou a relacionar-se de forma mais controlada com a maconha. Em ambos os casos, não houve abstinência; apenas a reconfiguração do consumo. Diante destes exemplos, podemos perceber como a política/prática de Redução de Danos entra em um embate direto com jogos de força patologizantes e criminalizadores ao tornar concebível toda uma variedade de possibilidades de uso, rompendo com processos de estigmatização dos usuários como criminosos e/ou doentes.

O que nos mostram os casos de Ednaldo e Anderson é que a Redução de Danos pauta-se na realidade de que os sujeitos podem não conseguir ou simplesmente não desejar abster-se das drogas, pelo direito individual que lhes cabe. Por isso, os modelos de trabalho costumam ser de baixa exigência, por respeitarem a dinâmica subjetiva de cada um. Sendo assim, trabalhar com Redução de Danos permite uma prática de cuidado em Saúde Mental que resguarda os usuários de drogas ilícitas no âmbito da sua cidadania, como sujeitos políticos.

Ao passo que o paradigma da abstinência possui a imposição da cura enquanto meta, a produção de saúde sob a perspectiva da Redução de Danos dá-se por meio da construção de “regras autônomas de cuidado de si” (PASSOS e SOUZA, 2011, p. 160). Porém, quando a abstinência é pensada como o melhor caminho terapêutico, isso não acontece de forma coercitiva pela instituição, pois o desejo e a autonomia do sujeito serão sempre os fios condutores do trabalho. É o que identificamos no caso de Marcos:

R: Hum. Então assim, pelo fato de tu cheirar cola, o povo não te dá valor é?

Marcos: Tem muitos que me respeita, agora tem muitos que não me respeita. Diz que não tenho jeito, diz que eu não vou parar. Diz que esse CAPS não... não tem jeito. Que só tem jeito é Jesus, que só tem jeito é a minha morte, que eu vou morrer cedo. Diz que nenhum remédio daqui tem... cura, nenhum tratamento daqui tem cura. Eu mostro pra eles que tem cura sim né? Porque eu já parei de cheirar cola dez anos já, fique dez anos sem cheirar cola. Dez anos não, cinco anos sem cheirar cola. E eu mostrei pra eles que esse CAPS teve jeito viu? E eu mostrei na cara deles que teve jeito. Porque nunca... nunca duvide de uma pessoa porque... o que a pessoa quer tem jeito tudo. E eu tive jeito né? Parei um pouco de usar cola mas... eu tô continuando de novo, mas eu tenho jeito sim! De parar de vez de

cheirar isso aí. E eu vou mostrar pra eles na cara deles, vou mostrar na cara deles que eu tive jeito sim!

A situação de Marcos é mais complexa do que a dos demais meninos. Ele faz uso diário de cola há muitos anos, levando muitas pessoas a acreditarem em um desfecho trágico para a sua vida. No entanto, Marcos não se rende ao que ouve e esforça-se para provar que, com a ajuda do CAPS, ele pode se ver livre, mais uma vez, de toda a destrutividade que uma droga como a cola pode causar para sua vida.

É interessante notar que ele está totalmente comprometido com seu desejo de mudança e vê no CAPS um parceiro. Passos e Souza (2011) ajudam-nos a pensar nesta corresponsabilidade do cuidado como efeito da coprodução de saúde arquitetada por meio dos vínculos instaurados entre o sujeito e o serviço. Há sempre um investimento na mobilização do sujeito como protagonista de seu cuidado, e a instituição deve ter apenas um papel coadjuvante. Costa-Rosa (2012) comenta que o modo psicossocial (como o qual o paradigma da Redução de Danos está alinhado) visa um reposicionamento do sujeito, que ele chama de “implicação subjetiva”. Neste processo, a pessoa não se detém unicamente em uma posição de sofrimento frente aos seus conflitos, pois ela passa a reconhecer-se de forma implicada em seu sofrimento e como agente da possibilidade de mudanças. É o que parece estar acontecendo na evolução clínica e subjetiva de Marcos.

Ao que parece, o trabalho de Redução de Danos age no sentido de ativar o dispositivo da desinstitucionalização na medida em que insere a complexidade das questões que envolvem o uso de drogas, desconstruindo a clínica tradicional. O saber e a técnica não são utilizados como estratégias normativas, nem como instrumentos de violência. São, na verdade, facilitadores do processo de tomada de responsabilidade e autonomia. A Redução de Danos é, portanto, uma estratégia subversiva, na medida em que é conduzida pelos próprios usuários de drogas e resiste às linhas de força coercitivas que vêm se ancorando na ordem hegemônica de nossos tempos. É pela via do cuidado de si que ela produz uma clínica ampliada que, por sua vez, amplia as possibilidades de vida em um campo democrático e participativo.

Para finalizar nossa análise, vamos ilustrar brevemente como este processo de ampliação da vida desdobrou-se sob a perspectiva dos adolescentes. Vejamos os seguintes relatos:

R: O CAPS te ajudou em mais alguma coisa fora essa questão da droga e da tua família? Teve alguma outra coisa?

Ednaldo: Meu irmão, o CAPS me ajudou a interagir, visse? Que é uma coisa que eu não sabia: conversar. Conversava com ninguém. Eu nunca soube conversar. Aí o CAPS ajudou muito. (...) Quando eu cheguei aqui, eu não gostava de conversar com ninguém. Tá pensando que era fácil, assim, tu chegar e pá, conversar comigo? Era um B.O. do carai pra me tirar do canto, boy.

R: O que foi, assim, que tu acha que o CAPS ajudou a tu pensar de mais importante?

Ednaldo: Foi o que eu queria de melhor pra mim, né, o que eu achava, que eu achava que o melhor pra mim era traficar e pá, e já é. Pra mim não, agora o CAPS mostrou que o melhor pra mim é eu estudar e procurar um curso e trabalhar e saber sobre meus direito, né, que é o que eu não sabia, eu sabia mais ou menos.

(...)

R: Como é que tu se sente olhando pro teu futuro?

Anderson: Acho que daqui a uns ano eu vou tá for- querer tá formado, né? Tá com diploma, poder trabalhar, ter meu dinheiro digno.

(...)

R: O que é que tu acha do CAPS?

Lucas: Eu acho... bom, tá me ajudando muito na minha vida, graças a Deus, tô “de boinha”... só isso mesmo.

R: Tu se sente como quando tu tás aqui no CAPS?

Lucas: Eu me sinto... eu esqueço de tudo que tá acontecendo lá fora e querendo focar na frente. Antigamente eu só pensava coisa ruim, agora só coisa boa.

R: Quais foram as coisas que mudaram na tua cabeça depois que tu passou por aqui?

Lucas: Oxe, só “adiante”!

No primeiro recorte, Ednaldo sinaliza que o trabalho desenvolvido pelo CAPS favoreceu sua abertura para o diálogo com os outros, tornando-o uma pessoa mais sociável. E, de fato, dentre os quatro entrevistados, Ednaldo foi o mais receptivo para participar desta pesquisa e quem melhor interagiu com o pesquisador ao longo das entrevistas, apresentando-se como uma pessoa bastante amigável, disponível e, vale ressaltar, com o maior senso crítico e consciência política sobre a sua realidade, comparado aos demais participantes. Ao abrir mão daquela normalidade plenamente reestabelecida pela abstinência, idealizada por aqueles que desqualificam adolescentes como Ednaldo, esta clínica humanizada que se desenvolve a partir da atenção psicossocial situa a cura como produção de subjetividade e de sociabilidade – e, com isso, ela favorece a abertura para utilização dos espaços coletivos de convivência. É

neste ponto que o processo de desconstrução atinge seu significado mais abrangente, como processo social amplo e complexo, conforme destacam Torre e Amarante (2001). A possibilidade de essa sociabilização desdobrar-se em participação popular, pelo livre contato do sujeito com o território vivo e dinâmico do qual faz parte, abre espaço para que sua potência política possa emergir frente às desigualdades que vivencia. Em pesquisa realizada com jovens negros e periféricos integrantes do movimento *hip-hop* da cidade do Recife, Costa e Menezes (2009) falam sobre o impacto que as formas de expressão territoriais destes jovens podem produzir:

Ao ocupar o espaço público com suas expressões artísticas, esses sujeitos inflexionam a relação periferia-centro, trazem à tona as relações de poder implícitas nessa polaridade, que circunscreve não apenas a ocupação do espaço urbano, mas implica o acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos da ordem da cidadania. (COSTA e MENEZES, 2009, p. 201)

É por isso que os atores que fazem da Reforma Psiquiátrica um ideal defendem a cidade como o melhor espaço de reabilitação. Substituir o isolamento social por serviços abertos, de base territorial e que lutam para que se estabeleçam novas relações com a loucura, mais horizontalizadas, favorece este reconhecimento do sujeito enquanto ser social, implicado com sua cidadania e capaz de participar do campo de forças e relações de poder que constituem o território, como assim o definem as autoras. Costa e Menezes (2009) constataam que a ação política desses jovens garantiu-lhes a formação do sentimento de comunidade entre os envolvidos e a formação de laços sociais de pertencimento, objetivos máximos da desinstitucionalização da loucura.

No entanto, a principal mudança externalizada pelos participantes diz respeito a seus projetos de vida e suas perspectivas de futuro. Ednaldo ressignificou o lugar do tráfico em sua vida e passou a valorizar os estudos, o trabalho e a construção de sua cidadania. Anderson também estabelece os estudos, a profissionalização e o trabalho como via de subsistência. Lucas, por sua vez, relata como os momentos que vivencia no CAPS ajudam-no a desconectar-se de sua difícil realidade e a vincular-se com seu futuro. Houve uma mudança com relação ao modo como ele pensava a vida: antes, sempre focando em coisas ruins; hoje, só no que é bom.

Como podemos perceber, eles parecem não ver mais tantos entraves para visualizar um futuro diferente e construir outras perspectivas de vida. Isso nos faz lembrar a concepção de humanismo de Paulo Freire: “o humanismo é um compromisso radical com o homem concreto. Compromisso que se orienta no sentido da transformação de qualquer situação

objetiva na qual o homem concreto esteja sendo impedido de ser mais” (FREIRE, 1998, p. 22). A humanização das práticas em Saúde Mental, à qual já nos referimos, está diretamente articulada com o dispositivo da desinstitucionalização, visto que fornece subsídios para a condução de um trabalho ético comprometido com a criação de novos modos de vida. Dimenstein (2004) fala-nos que quando tomamos o cuidado como técnica de vida, novas subjetividades são produzidas, novas formas singulares de existência e de enlace social surgem para romper com os processos de reprodução de subjetividades homogêneas.

Enfim, a luta travada pelos dispositivos epistemológicos, políticos e clínicos que constituem a Reforma Psiquiátrica dá-se pela criação de vínculos solidários que favorecem o aflorar da potência de vida dos sujeitos e a manifestação de um novo tipo de subjetividade, livre de regulações, objetificações e discriminações. Produzem-se um novo lugar social e novas relações para o sujeito tido como anormal e perigoso, por meio de todas as fissuras que este movimento propõe realizar. E, principalmente, os sujeitos tornam-se capazes de agregar forças e construir novos sentidos para compor suas vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem melhor que os oprimidos se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade de libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 2017, p. 42 e 43)

Ao longo de todo o nosso percurso, tivemos contato com variados aspectos das trajetórias de vida dos participantes de nossa pesquisa. Acessamos o entendimento deles sobre a sociedade opressora em que vivem e a expressão dos sentimentos que afloram da opressão, assim como seus anseios e tentativas de libertação. Por intermédio destes elementos, desenvolvemos uma discussão que buscou corroborar o fortalecimento do compromisso social e político da Psicologia. Na medida em que perscrutamos os dispositivos envolvidos na fixação de experiências de deslegitimação de adolescentes negros e periféricos, procuramos destacar como estes sujeitos são afetados nas esferas social, individual e política que compõem suas vidas.

Esperamos que esta pesquisa tenha colaborado para o debate teórico sobre o campo da adolescência e para as teorizações acerca dos sujeitos adolescentes. Isso porque, além de pensarmos sobre as relações de forças que atravessam a constituição de pessoas negras e periféricas, em nosso atual contexto histórico e político, procuramos enfatizar quem são os sujeitos que fazem parte dessa categoria social, para si mesmos e para o mundo. Nossa escuta colocou em evidência importantes elementos que emergem das circunstâncias em que vivem e que operam na produção de suas subjetividades. Vimos como a biografia deles é perpassada por diversas violações de direitos, que possuem como elemento central a questão da desigualdade racial. As situações de vulnerabilidade produzidas geraram múltiplas formas de sofrimento, assim como subjetividades resistentes a todo o processo de deslegitimação e extermínio simbólico que vivenciam.

É importante reiterarmos que o racismo estrutural é um dispositivo político de dominação capitalista que produz e reproduz a estratificação social e a desigualdade de classes. Mas os impactos do racismo sobre suas vidas não se limitam às restrições e riscos ligados aos seus meios de subsistência. Como pudemos perceber, eles sempre foram repudiados em sua existência pelo olhar do outro, que os colocou nos lugares de indignos,

incivilizados, indesejados, enfim, o outro da branquitude, tudo aquilo que há de pior nela, negado e projetado para produzir bodes expiatórios necessários para a descarga do irracional.

Seja ao entrarem nos ônibus ou nos shoppings, as classes dominantes não viam neles aspectos de humanidade; não os percebiam como um igual. O descrédito e o medo são os sentimentos que subjazem esses olhares exterminadores que inferiorizam, desabonam e conectam-nos a um suposto potencial de violência que autoriza toda uma série de ações brutais realizadas pelo aparato policial. Estas, por sua vez, são também reflexo de um racismo, de Estado, institucionalizado e denunciado pelos participantes desta pesquisa como a principal injustiça social que os acomete e que os priva de paz.

Como pudemos ver em seus relatos, o Brasil, mais do que nunca, vem fazendo uso do autoritarismo e de claras exceções ao Estado democrático de direito para promover a manutenção das hierarquias sociais, e as forças policiais têm se mostrado uma das principais armas para este fim. Nossos entrevistados fizeram-nos confirmar que negros e moradores das periferias, de fato, são os mais afetados pelos processos de estereotipação como criminosos. O extermínio de suas dignidades e de suas humanidades e a violência que recai sobre os seus corpos são sinais de raízes escravocratas reeditadas que nunca desapareceram do imaginário social brasileiro.

A violência policial, tão marcante na trajetória de vida destes adolescentes negros e periféricos, emerge de articulações políticas racialmente discriminatórias, em curso desde o período colonial, que refletem o projeto de nação que as elites consolidaram e empenham-se em manter. Nossa atual conjuntura política é o retrato de como um governo pode operar para proteger aquela camada da população que sempre foi privilegiada: por meio de ataques conservadores e fundamentalistas que perpetuam desigualdades e destroem uma série de direitos adquiridos. Nós temos, hoje, um Estado que é o principal responsável pela intensificação da violência e do extermínio em massa, pois além de ser ausente com relação ao suprimento das diversas necessidades que acometem pessoas negras e periféricas em nosso país, ele engendra uma política de repressão, de terror e de morte contra esta mesma população.

O atual presidente da República chegou ao poder por representar um clamor social por armas, segregação social, derramamento de sangue e hierarquização das relações entre as pessoas de diferentes etnias, gerações, classes, gêneros, orientações sexuais, políticas e religiosas. Sabemos que a produção social de adolescentes negros e periféricos como inimigos e sua sujeição criminal não são invenções do atual governo federal, mas construções racistas que se arrastam por décadas até hoje, definindo esses lugares sociais. No entanto, as atuais

ofensivas do conservadorismo produziram um cenário de exacerbação de ações punitivo-penais que foram atestadas pelos entrevistados. Eles apresentaram forte senso crítico e oposição à ameaça que o presente sistema (necro)político representa para eles – ameaça esta que, mediante o subterfúgio da guerra às drogas enquanto política repressiva de segurança pública, submete-os à violência institucional, ao encarceramento e ao genocídio.

As narrativas dos adolescentes participantes de nossa pesquisa reforçam a denúncia contra o mito da democracia racial que omite todas as atrocidades sofridas diariamente pela população negra e periférica brasileira, sempre relegada a um modo de existência sub-humana. Elas mostram-nos que o racismo deve ser compreendido como relação de poder que se manifesta através das instituições sociais, especialmente do sistema de justiça criminal, e a sua superação exige a problematização e o rearranjo destas. Diante disso, defendemos que a luta pela construção de uma sociedade mais justa e menos opressiva deve considerar as desigualdades raciais como fator de extrema importância para a emancipação humana. Este processo requer transformações que envolvam as dimensões socioeconômicas, políticas, culturais e éticas. Além disso, todo o maquinário de fabricação de subjetividades desprezíveis e as políticas pulverizadoras da alteridade devem ser desconstruídos por meio de um esforço coletivo. A democracia deve ser radicalizada e a população negra deste país deve ter garantida a sua participação em todas as esferas de poder.

Acreditamos que esta pesquisa possa contribuir para os debates acerca das relações inter-raciais no Brasil e para a construção de uma crítica social contra as formas dominantes de relação com a adolescência e juventude negra e periférica. E essa contribuição passou também pelo interesse em compreender e evidenciar os impactos afetivos que atravessam as experiências discriminatórias vivenciadas pelos nossos entrevistados. Ficou evidente, nos relatos de experiências dos meninos, um sofrimento de ordem ética e política, cravado em suas almas pelas limitações que a desigualdade de classe lhes impõe, pela negligência de políticos que não atentam para as questões mais importantes que os afligem, pelo racismo cotidiano e institucionalizado como único meio de visibilidade que os alcança e pela consciência de que não está em suas mãos o poder para mudar toda esta realidade. O sentimento de descrédito social atormenta-os mais do que as condições precárias de sobrevivência em que se encontram. Um clamor desolador por reconhecimento social enquanto “gente” atravessa as entrelinhas das narrativas. Ele nos dá testemunho de subjetividades produzidas a partir da imersão em fortes sentimentos de discriminação e humilhação diários que afloram de relações desiguais de poder, as quais situam estes sujeitos como pessoas sem qualquer tipo de valor.

Chamamos a atenção para a necessidade de os programas e políticas públicas direcionados para este grupo, assim como a sociedade de forma geral, levarem em consideração a escuta do sofrimento como um meio para acessar os conflitos sociais que estão na base da existência dos sujeitos. É importante que isso seja feito para que questões como o ato infracional, por exemplo, não sejam lidas por perspectivas puramente normativas. É preciso que acessemos o que os sujeitos sentem a fim de compreender o que está para além do “indivíduo infrator”. O que os participantes desta pesquisa comprovam é que crimes como o tráfico de drogas são sintomas de uma sociedade desigual, e não necessariamente o reflexo de desvios de caráter ou perversidade. São sinais de um conjunto de fracassos das instituições reguladoras do bem-estar coletivo e das contradições da sociedade em que vivemos. Por isso, é preciso adentrar o campo dos afetos daqueles que mais sofrem com a exclusão social, para que possamos visualizar as múltiplas determinações de seus atos.

Mas vimos também que não só de opressões e sofrimentos constroem-se as trajetórias daqueles que foram situados como inimigos da sociedade. A partir dos discursos elaborados em nossas entrevistas, identificamos processos de autoconstituição da subjetividade, invenções ativas de si, manifestas em exercícios de resistência a poderes que tentam anular suas existências por meio de atos discriminatórios. Seja tentando ignorar o racismo, desviando-se de olhares que os repudiam e os temem pelo simples fato de serem negros e favelados, seja encontrando refúgio no uso e tráfico de drogas, os adolescentes que ouvimos neste estudo travam cotidianamente um combate de si por si. O consumo de drogas, para eles, tem um sentido mais amplo do que aquilo que categorizações como “uso recreativo”, “uso abusivo” e “dependência química” conseguem abarcar. São formas de resistência! A maconha e até mesmo a cola, esta última com todo o seu potencial destrutivo, ocupam lugares estratégicos em suas realidades: ajudam-nos a lidar melhor com as aflições da vida, aliviam suas dores e tornam-nos mais dispostos, segundo eles afirmaram.

O tráfico, por sua vez, foi um importante meio de suporte para eles, para suas famílias e até para a comunidade, reduzindo minimamente a precariedade da situação econômica em que vivem, além de produzir sentimentos de independência, pertencimento e justiça social dos quais sempre foram privados. Sendo assim, é possível concluirmos que, fazendo uso de meios intoleráveis pela sociedade, estes sujeitos mobilizam lutas em direção ao desassujeitamento a formas de governo que se empenham em anular suas existências. Eles se mostram, portanto, produtores de si, e não apenas produtos destas práticas de governo.

Porém, não podemos deixar de considerar que tanto o uso excessivo de drogas quanto o tráfico são formas de resistência que também vulnerabilizam. Defendemos a construção de

outros percursos existenciais que ampliem as possibilidades de vida para crianças e adolescentes moradores das periferias brasileiras. Mas, para que isso aconteça, é urgente o comprometimento das autoridades com a defesa de políticas públicas que intervenham preventivamente nos aspectos sociais que comprometem as condições objetivas de vida de alguns territórios e que favoreçam a garantia de direitos à profissionalização e ao trabalho. Todos os entrevistados pontuaram seus desejos e dificuldades no caminho para a empregabilidade enquanto perspectiva de mudanças.

Identificamos, ainda, posturas significativamente humanitárias em todos os discursos analisados como características marcantes de seus modos de ser, sentir e estar no mundo. Eles parecem pautar suas vidas e suas relações com os outros justamente a partir daquilo que mais lhes faltou na vida: o amor e o carinho. Ouvimos posicionamentos que atestam todo um comprometimento com a construção de vínculos de solidariedade para com o próximo e a disposição para o estabelecimento de relações igualitárias entre os diferentes, mesmo com aqueles que os repudiam.

Toda a tentativa de desumanizá-los cai por terra quando ouvimos estes meninos descreverem posturas ativas, que subvertem discursos dedicados a produzir e cristalizar imagens distorcidas sobre eles. Assumindo uma atitude ética, estética e política pautada no cuidado de si e dos outros, estes sujeitos constroem resistências a uma série de técnicas de controle e de produções subjetivas contemporâneas de cunho individualista e individualizante. Como vimos, eles não conseguem visualizar o que está ao seu alcance fazer para a construção de uma sociedade melhor, por acreditarem que todo o poder está nas mãos dos políticos. No entanto, o ato de inserir os efeitos de suas invenções subjetivas na dinâmica das conexões com os outros tem potencial para mobilizar processos coletivos de transformação das relações sociais, mesmo que apenas a nível local.

Foi bastante relevante percebermos também que, em suas trajetórias, estes sujeitos puderam contar com o suporte de um conjunto de práticas que se mostraram efetivamente comprometidas com a adolescência e a juventude negra e periférica. A chegada dos meninos ao CAPS agregou força e contribuiu para produzir torções em seus processos de subjetivação, sempre marcados pela invalidação de sua humanidade. Eles deram destaque à atenção humanizada e ao atendimento acolhedor que receberam no serviço, que foi considerado um espaço de apoio, de sociabilidade, de fala, de escuta e de circulação de afetos: amor, carinho, felicidade e esperança. Esta clínica fundada sobre os paradigmas da Reforma Psiquiátrica mostrou-se responsável para com o sofrimento humano e com as questões subjetivas que afetavam cada um deles em suas singularidades. O cuidado foi tomado como princípio ético e

político no reconhecimento e na garantia da cidadania dos sujeitos, em contraponto às estratégias de normalização, disciplinamento e extermínio cada vez mais exacerbadas contra este público em nossa sociedade.

Apesar dos avanços na legislação trazidos com a advento do ECA, na prática, a atenção dada a adolescentes em conflito com a lei continua alinhada com toda uma cadeia de reprodução de violências e violações de direitos engendradas pelo Estado contra esta parcela da população, que em sua maioria é negra e periférica, como discutimos. Esta foi mais uma denúncia trazida pelos nossos entrevistados, que vivenciaram na pele a experiência de internamento em uma unidade do sistema socioeducativo – um espaço que deveria funcionar para proteger a formação moral e intelectual dos sujeitos, mas que só serviu para inscrevê-los em uma lógica segregatória e perversa.

Quando realizam um contraponto com sua atual experiência no CAPS, eles se dão conta de que são reconhecidos enquanto pessoas – e não mais como animais, conforme acontecia durante a estadia no cruel sistema punitivista que antecipou sua ida para o atual serviço, este sim de proteção. E vale lembrar que essa desumanização atravessou toda a vida deles, sendo o CAPS o local onde aconteceram as primeiras experiências de transição da condição de “sub-humanidade” para a de sujeitos e cidadãos de direito. Isso representa tornar o cuidado política, e fazer dele resistência a toda uma série de práticas de discriminação, isolamento, tutela, limitação da liberdade e autonomia direcionadas para usuários de drogas que se fortalecem em nossa atual conjuntura política.

Hoje, nós assistimos ao desvio de investimentos em dispositivos da RAPS para se investir em instituições privadas de cunho patologizante e moralizante. Com isso, observamos a emergência de um movimento de Contrarreforma Psiquiátrica, que se dá pela aliança entre o poder psiquiátrico e o poder judiciário. O resultado disso é o fortalecimento de intervenções retrógradas e iatrogênicas que se tornaram recorrentes no que se refere às ações direcionadas a adolescentes negros, periféricos e usuários de drogas, tidos como anormais.

Diante disso, quando os processos de judicialização da vida acontecem, mesmo que em menor número, em dispositivos alinhados com a Reforma Psiquiátrica brasileira, como foi o caso de nossos quatro entrevistados, precisamos analisar este fenômeno como um movimento contra-hegemônico. Ao olhar para adolescentes encaminhados pela Justiça sem julgamentos e preconceitos, dispendo-se a ouvi-los e a trata-los com equidade, percebemos que não só são construídos para eles aportes de resistência a todo um processo de produção de subjetividades humilhadas, mas o próprio serviço também passa a sustentar-se sobre a

condição de resistência a todos os retrocessos e desmontes de políticas públicas de atenção à saúde mental da população brasileira.

A partir de nosso estudo, podemos concluir que, quando a judicialização da atenção à saúde mental de adolescentes usuários de drogas acontece em um CAPS, existe a possibilidade de potencialização da vida dos sujeitos. Percebemos que os profissionais do CAPS tiveram o cuidado de tomar como objeto de suas intervenções o sujeito em sua complexidade. Foi possível identificar ações de regulação das situações de vulnerabilidade social através da estruturação de apoios relacionais e ocupacionais, como o reestabelecimento de vínculos familiares, a articulação de cursos profissionalizantes que produziram novas perspectivas de futuro, e a criação de relações menos prejudiciais com as drogas a partir de estratégias de Redução de Danos. Esta atitude de cuidar do sujeito da “doença”, e não da “doença” do sujeito, abre espaço para a sustentação de discursos e práticas antimanicomiais que façam frente aos poderes que hoje tentam resgatar antigas condutas de controle das populações.

Neste momento, estamos em meio a uma pandemia que tem levado à morte milhares de pessoas em todo o planeta e especialmente no Brasil, que já não tinha um sistema público de saúde suficiente para sanar as demandas gerais da população e agora, mais do que nunca, mostra sua fragilidade ao entrar rapidamente em colapso em diversas cidades. O que os resultados de nossa pesquisa e dessa pandemia possuem em comum é a conclusão incontestável sobre a necessidade de maior valorização e fortalecimento do SUS. É inconcebível a defesa do neoliberalismo, enquanto política privatizante, diante da importância que os serviços públicos de saúde têm nos apresentado, mesmo em um contexto de desinvestimentos.

Ampliar a oferta de serviços públicos e qualificar os trabalhadores da saúde é tarefa urgente. E, no que se refere ao âmbito de atenção a usuários de álcool e outras drogas, isso exige a superação de uma série de preconceitos disseminados socialmente que os inferiorizam e os criminalizam, além de individualizar as consequências de um problema que é multifacetado. O campo da Saúde Mental tem um papel social estratégico por pautar a discussão sobre a complexidade do lugar que as drogas ocupam em nossa cultura, colocando em evidência sua dimensão estrutural e atuando na politização de diversos setores da sociedade. O trabalho de pensar sobre drogadição implica colocar no centro do debate a interposição dos determinantes sociais da saúde na vida das pessoas. É por isso que a Saúde Mental deve ser considerada questão social, e investir nesta área envolve não apenas a expansão da rede de serviços e das estratégias de ação, mas também intervenções diretas nos

componentes sociais que vulnerabilizam a saúde das pessoas, como renda, educação, trabalho, habitação, transporte, cultura, lazer, saneamento básico, meio ambiente etc. Enquanto a Saúde Mental não for pensada de forma ampliada, os serviços existentes vão sempre atuar em uma dimensão predominantemente reparativa e pouco preventiva.

Consideramos que esta pesquisa está alinhada com o objetivo maior da Reforma Psiquiátrica: o de contribuir para a desconstrução do imaginário social sobre a loucura e para a transformação do lugar desta na sociedade. Esse processo se dá pelo compartilhamento de outros sentidos sobre o sujeito louco, e pelo esforço por produzir novas formas de relacionamento intersubjetivo que rompem com aquelas historicamente instituídas. Este é um processo não só de construção de outras possibilidades de subjetivação para o sujeito estigmatizado como louco, mas de desmontagem de dispositivos de segregação internalizados coletivamente, de desmantelamento de subjetividades manicomiais hegemônicas constituintes do senso comum e presentes em todos nós.

Acreditamos que, ao tornar notórios os discursos e os sentimentos dos participantes de nosso estudo sobre suas trajetórias existenciais, fornecemos subsídios para contribuir com o processo de desconstrução das representações sociais que sustentam a associação histórica entre a adolescência/juventude negra, periférica e usuária de drogas e a violência. Na medida em que nos amparamos nos aportes teóricos da Psicologia Social para problematizar as marcas de opressão e resistências presentes nas trajetórias de vida de sujeitos pertencentes a esta categoria social, contribuímos para a concepção de um senso crítico sobre a criminalização desta parcela da população que é consequência de um ordenamento social, econômico e político paradoxal, injusto, desigual e intolerante. Neste sentido, podemos afirmar que nosso alinhamento com a Reforma Psiquiátrica fortalece uma luta que este movimento sempre empreendeu: pela decolonialidade do ser, isto é, um empenho em modificar a constituição subjetiva tanto daqueles que se colocam ao lado da humanidade, desumanizando a diferença, quanto desta, que é inferiorizada.

Trabalhamos com pessoas pertencentes a um grupo social em que sempre tiveram suas vozes silenciadas sobre si mesmas, sendo reduzidas a condições subalternas e, com isso, privadas de assumir a posição de sujeitos políticos, tornado a resistência ao poder colonial uma tarefa árdua. Tivemos o cuidado de não falar em nome deles e isso foi facilitado pelo profundo senso crítico que todos apresentaram em relação ao lugar que ocupam na dinâmica de forças que os atravessa. Reconhecemos a coautoria dos participantes deste estudo no processo de descolonização do campo de estudos sobre a adolescência/juventude, ao qual esta pesquisa esteve comprometida, por entendermos que existe uma diversidade de saberes

cotidianos que agregam valor à construção de conhecimentos. Sendo assim, a decolonialidade do saber é o nosso fim.

Em um momento em que o conhecimento acadêmico vem sofrendo duros ataques de um governo que desvaloriza as universidades públicas e, principalmente, as ciências humanas, ressaltamos a importância de permitirmo-nos unir forças com estas formas de produção de conhecimento marginais. Presumimos que estas poderão ajudar a tensionar as estruturas do poder colonial e orientar a construção de outros olhares e práticas sociais, mais equânimes e condizentes com as realidades objetivas e subjetivas de grupos subalternizados. Isso significa resistir a este atual recrudescimento da colonialidade no sistema político brasileiro, que afeta as relações de poder, as formas de ser e a produção de saberes.

Mais do que nunca, as produções acadêmicas têm uma relevância fundamental e discussões como a que apresentamos nesta pesquisa precisam ser ampliadas, no intuito de fortalecer este empreendimento decolonial. Consideramos importante, por exemplo, que novos estudos levem em consideração problematizações acerca do marcador de gênero, enquanto categoria colonial, nas formas de violência que perpassam adolescentes negros e periféricos. Que contrapontos possam ser realizados entre os modos como meninos e meninas são afetados (as). Pensamos também na relevância de estudos que considerem o ponto de vista de outros atores sociais como familiares, profissionais de Saúde Mental e do sistema de justiça para melhor compreensão dos jogos de forças que operam na produção de subjetividades subalternizadas contemporâneas.

A imersão neste campo de pesquisa possibilitou ao pesquisador um contato visceral com as raízes que sustentam o Brasil enquanto nação racialmente excludente. Isso repercutiu, inevitavelmente, em um importante reposicionamento subjetivo ao término deste trabalho, produzindo uma maior aproximação com sua própria negritude e o fortalecimento de seu papel social e político enquanto psicólogo e cidadão.

Todo o impacto gerado pela escuta e escrita das questões que perpassam as histórias de vida dos entrevistados vem mobilizando o desejo de construir e facilitar uma oficina com os profissionais do CAPS no qual aconteceu a pesquisa, onde estariam presentes também os quatro participantes deste estudo. O objetivo desta oficina seria realizar uma devolutiva dos resultados da pesquisa, além de pensarmos conjuntamente em ações territoriais a serem conduzidas pelos próprios adolescentes, no sentido de mobilizar toda a potência política que demonstraram em seus discursos.

Percebemos que as resistências cotidianas apresentadas por eles acontecem em um nível predominantemente individual, com pouca ou nenhuma ação coletiva, consequência de

um sentimento de abismo e de uma visão fatalista sobre o alcance de suas forças no processo de transformação social. Escapando das armadilhas políticas alienadoras que produzem estas formas de sentir e pensar, estes sujeitos poderiam passar a utilizar a favela e a cidade não só como lugares de moradia e de circulação, mas como espaços de afirmação de direitos. Todas aquelas reivindicações por paz, compartilhamento de afetos, profissionalização, trabalho e lazer, bem como pelo fim da intolerância, das violências e dos preconceitos, poderiam ser canalizadas em ação cultural, por exemplo. A produção ativa de subjetividades pelo cuidado de si e do outro atingiria, assim, uma dimensão ainda mais original, e novas referências semióticas, para além do consumo e do tráfico de drogas, seriam coletivamente protagonizadas por eles.

Chegou a hora de assumirmos uma postura efetivamente cooperativa e fortalecermos enquanto segmentos sociais que defendem uma sociedade mais igualitária e digna para todos. De pensarmos e investirmos em práticas libertárias que favoreçam rotas de escape para novas condições de (r)existência.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Teoria e Crítica em Saúde Mental**: textos selecionados. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2015.

ANGELI. **Feriado**: dia da consciência negra. (s/d). 1 charge. Disponível em <https://brainly.com.br/tarefa/4782071>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BADY, Janaína Bueno; SILVA, Denise Regina Quaresma. Criminalização e Extermínio da Juventude Negra no Brasil: Reflexões e Desafios. **Revista Ciências Humanas**, v. 20, n. 1, p. 146-153, jan./abr., 2019.

BARROS, João Paulo Pereira. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. *In*: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GERMANO, Idilva Maria Pires; MIRANDA, Luciana Lobo; BARROS, João Paulo Pereira. (Orgs). **Juventudes em Movimento**: experiências, redes e afetos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 209-238.

BASAGLIA, Franco. **A instituição negada**: relato de um hospital psiquiátrico. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, Revan, 2003.

BELLO. **Redução da maioridade penal**. (s/d). 1 charge. Disponível em <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/01/18/10-charges-mostram-que-o-brasil-atual-e-coisa-do-passado/>. Acesso em 05 ago. 2019.

BEZERRA, Daniela Santos. **O Lugar da Clínica na Reforma Psiquiátrica Brasileira**. Política e Psicanálise oito anos após a Lei 10.216. Curitiba: CRV, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 10.216, Lei da Reforma Psiquiátrica** de 06 de abril de 2001. Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 336/GM**, de 19 de fevereiro de 2002. Brasília, Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 2. ed. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Estatuto da Juventude. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. Brasília-DF: Secretaria de Atenção à Saúde, 2013.

BRASIL. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS**: tecendo redes para garantir direitos. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. (Usando análise temática em psicologia - tradução: Prof. Dr. Luiz Fernando Mackedanz. Instituto de Matemática, Estatística e Física – Universidade Federal do Rio Grande – FURG). **Qualitative Research in Psychology**, v. 3 (2), p. 77-101, 2006.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80-87.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Michel Foucault y la colonialidad del poder. **Tábula Rasa**, Bogotá, Colômbia, n. 6, p. 153-157, jan-jun, 2007.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens Periféricos: o mito da periculosidade. *In*: FRAGA, Paulo Cesar Pontes & LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Panorama Nacional das Medidas Socioeducativas de Internação**. Brasília-DF: Conselho Nacional de Justiça, 2012.

COSTA, Helrison Silva. O Lugar das Contracondutas na Genealogia Foucaultiana do Governo. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea**, Brasília, v.7, n.1, p. 61-78, abr. 2019.

COSTA, Mônica Rodrigues; MENEZES, Jaileila de Araújo. Os Territórios de Ação Política de Jovens do Movimento Hip-Hop. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 24, p. 199-215, dez., 2009.

COSTA, Mônica Rodrigues; MENEZES, Jaileila Araújo. **Projeto de pesquisa: a arte na política**: um estudo do movimento Hip Hop na cidade de Recife. Recife: UFPE, 2007.

COSTA-ROSA, Abílio da. O Modo Psicossocial: um paradigma das práticas substitutivas ao modo asilar. *In*: AMARANTE, Paulo (Org.). **Ensaio**: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 141-168.

DIMENSTEIN, Magda. A reorientação da atenção em saúde mental: sobre a qualidade e humanização da assistência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 4, p. 112-117, 2004.

DUSSEL, Enrique. **1492**: El encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidade. La paz: Plural Editores, 1994.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLICK, Uwe. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa coordenada por Uwe Flick. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II, O Uso dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. *In*: FREYFUS, Hubert L. e RAINBOW, Paul. **Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: **Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **O governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980**. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOIZ, Juliana de Almeida. Das teorias racialistas ao genocídio da juventude negra no Brasil contemporâneo: algumas reflexões sobre um país nada cordial. **Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**, Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 19, p. 108-127, Dez., 2016.

GOMES, Marcel Maia; FERRERI, Marcel; LEMOS, Flávia. O cuidado de si em Michel Foucault: um dispositivo de problematização do político no contemporâneo. **Fractal, Revista de Psicologia**, vol.30, n.2, p.189-195, 2018.

GUARESCHI, Mariana de Sá. **As vertentes do debate da redução da maioridade penal no Brasil: avanço ou retrocesso?** Artigo extraído do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharelado em Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, Jan./Jun. 2016.

INTERNATIONAL HARM REDUCTION ASSOCIATION: PROMOTING HARM REDUCTION ON A GLOBAL BASIS. **O que é Redução de Danos?** Uma posição oficial da Associação Internacional de Redução de Danos (IHRA). Londres, Grã Bretanha, 2010. Disponível em https://www.hri.global/files/2010/06/01/Briefing_what_is_HR_Portuguese.pdf. Acesso em: 05 jan. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2019**. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784. Acesso em: 28 abr. 2020.

PAIVA, Ilana Lemos de. **Em defesa da reforma psiquiátrica**: por um amanhã que há de renascer sem pedir licença. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia e Sociedade**, vol.23, n.1. Florianópolis, 2011.

PEREIRA, Edir. Resistência Descolonial: Estratégias e Táticas Territoriais. **Terra Livre**, Ano 29. n. 43, v.2. p.17-55. São Paulo, 2017.

REIS, Carolina dos; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; CARVALHO, Salo de. Sobre Jovens Drogaditos: As Histórias de Ninguém. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n. spe, p. 68-78, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. "O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Dói sempre, por vezes infeta, e outras vezes sangra". **Portal Geledés**: artigos e reflexões. 2019b. Disponível em <https://www.geledes.org.br/o-colonialismo-e-uma-ferida-que-nunca-foi-tratada-doi-sempre-por-vezes-infeta-e-outras-vezes-sangra/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

LANCETTI, Antônio. **Clínica Peripatética**. São Paulo: Hucitec, 2016.

MACIEL Jr., Auterives. Resistência e prática de si em Foucault. **Trivium**, vol.6, n.1, p. 01-08, 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GOMEZ, Santiago; GROSFROGUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007. p. 127-167.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, Pamela Marconatto; GENRO, Maria Elly Herz. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos descoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. **Revista Estudos de Sociologia**. Araraquara, v.21, n.41, p.323-339, jul.-dez, 2016.

MAYO, Claudenice Teixeira Cerqueira. **O adolescente pobre e o envolvimento com o tráfico de drogas em Salvador-BA**. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**: revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, 2016.

MBEMBE, Achille. **Políticas de Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; VICENTIN, Maria Cristina G.; MORAES, Maristela de Melo. Políticas de Saúde para a Juventude: devemos seguir resistindo criativamente. *In*: COLAÇO, Veriana de Fátima Rodrigues; GERMANO, Idilva Maria Pires; MIRANDA, Luciana Lobo; BARROS, João Paulo Pereira. (Orgs.). **Juventudes em Movimento**: experiências, redes e afetos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 276-299.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

MOREIRA, Marcus Giovanni Ribeiro; FROTA, Francisco Horacio da Silva. Elemento Suspeito: considerações psicossociais e jurídicas das abordagens policiais. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 1, n. 11, 2014.

NETO, João Leite Ferreira. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Revista Polis e Psique**, v. 7(3), p. 7- 25, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. **Anuário Mariateguiano**, v. 9, n. p. Lima: Amatua, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Estéfani Dutra. Cuidado de Si, Práticas de Si Contemporâneas e Discursos de Autoajuda: uma leitura foucaultiana. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7 – n. 12, p. 240-255, Jan./Jun. 2016.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Ed. Universidad del Cauca, Popayán, 2012.

RIBEIRO, Igo Gabriel dos Santos. Jovens negros: entre a regulação biopolítica e a economia da morte. *In*: SILVA, Maria Lucia da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria Cristina; NETO, Augusto Stiel (Orgs.). **Violência e Sociedade**. O racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. São Paulo: Escuta, 2018.

ROTELLI, Franco. Desinstitucionalização: uma outra via. *In*: NICÁCIO Maria Fernanda de Silvio (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 17-59.

ROTELLI, Franco. A instituição inventada. *In*: NICÁCIO, Maria Fernanda de Silvio. (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 89-100.

ROTELLI, Franco. Empresa Social: construindo sujeitos e direitos. *In*: AMARANTE, Paulo (Org.). **Ensaio**: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 301-306.

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa**: adolescentes infratores como metáfora da violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Aline Brauna dos; SILVA, Grayceane Gomes da; PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; BRITO, Roberta Sampaio de. Saúde Mental, Humanização e Direitos Humanos. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v.10, n.25, p.01-19, 2018.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 99-119.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociedade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Rosane Neves. da. **A Invenção da Psicologia Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros Psicologia**, vol.71, n.2, p. 51-67, 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORRE, Eduardo Henrique Guimarães; AMARANTE, Paulo. Protagonismo e subjetividade: a construção coletiva no campo da saúde mental. **Ciência & saúde coletiva**, vol.6, n.1, p.73-85, 2001.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente Pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

VECHI, Fernando; PROENÇA, Priscila Serafin. **O Sistema Penal como Instrumento de Gestão de Subalternidade Étnico-Racial**. Anais do Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade, 2018.

VEIGA, Lucas Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 31, n. esp., p. 244-248, set. 2019.

VERAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão social - Um problema brasileiro de 500 anos (notas preliminares). *In*: SAWAIA, Bader Burihan. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 29-51.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

APÊNDICE A – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado em Psicologia**

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MENORES DE 7 a 18 ANOS)

OBS: Este Termo de Assentimento para o menor de 7 a 18 anos não elimina a necessidade da elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que deve ser assinado pelo responsável ou representante legal do menor.

Convidamos você, _____, após autorização dos seus pais [ou dos responsáveis legais] para participar como voluntário (a) da pesquisa: “Das Opressões da Vida Cotidiana à Judicialização do Cuidado em Saúde Mental: Trajetórias de R-Existência”⁴⁴. Esta pesquisa é da responsabilidade do pesquisador Rafael de Paula Lima Ferreira, Rua Doutor Virgínio Marques, 187 – Iputinga, Recife/PE, CEP: 50731-330, Telefone: (81) 988516814, E-mail: rafaelplf@hotmail.com e está sob orientação de Jaileila de Araújo Menezes, Telefone: (81) 2126-8271, E-mail: secretariappgpsi@gmail.com.

Você será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida com o responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via deste termo lhe será entregue para que seus pais ou responsável possam guardá-la e a outra ficará com o pesquisador responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu. Para participar deste estudo, um responsável por você deverá autorizar e assinar um Termo de Consentimento, podendo retirar esse consentimento ou interromper a sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Das Opressões da Vida Cotidiana à Judicialização do Cuidado em Saúde Mental: Trajetórias de R-Existência”, que será realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) AD “X” localizado na Rua “Y”⁴⁵. O objetivo da pesquisa é analisar os modos como adolescentes periféricos negros usuários de drogas percebem e experienciam suas vidas a partir do processo de judicialização do cuidado em Saúde Mental. Isso significa que sua história de vida, suas experiências passadas e atuais, assim como as suas expectativas sobre o futuro serão consideradas muito importantes para compreendermos melhor a realidade do mundo em que vivemos e para pensarmos sobre as diferentes formas de lidar com a vida.

A pesquisa será realizada de forma individual e em formato de entrevista. Serão abordadas questões relacionadas à sua trajetória de vida até sua chegada ao CAPS. Você ficará livre para falar sobre o local em que mora, sua família, seus amigos, as coisas que gosta de fazer, as experiências boas e ruins que já presenciou e vivenciou, a forma como se deu a sua chegada ao CAPS, sua experiência neste serviço e os desejos e expectativas que tem para a sua vida.

⁴⁴ Este era o primeiro título da pesquisa. Após a banca de defesa ele foi modificado para melhor se adequar ao resultado final da dissertação.

⁴⁵ O nome e o endereço do CAPS foram aqui omitidos para a preservação do sigilo.

A pesquisa será realizada em uma das salas de atendimento do CAPS, não sendo necessário você se deslocar para outro lugar. A entrevista poderá acontecer em mais de um encontro para evitar que fique muito cansativo, caso ela se prolongue demais. Serão de um a quatro encontros no máximo. Não haverá um tempo delimitado para as suas respostas, portanto, fique à vontade em relação à duração da sua participação. Respeitaremos o seu tempo. Como voluntário(a), você tem o direito de interromper sua participação a qualquer momento sem prejuízo algum para nenhuma das partes, ou seja, para o voluntário(a) e para o pesquisador.

Os procedimentos adotados podem oferecer algum desconforto emocional decorrente dos conteúdos abordados na entrevista. Porém, este risco será reduzido, pois seus limites e restrições serão respeitados e qualquer desconforto será acolhido, considerando a formação do pesquisador em Psicologia. Você será tratado com respeito e não será forçado a falar sobre nada que não queira. Como benefícios, a pesquisa irá estimular reflexões sobre seu lugar de cidadão no mundo e o relato de suas experiências poderá ser utilizado para fortalecer os debates políticos sobre a necessidade de construção de ações mais próximas da realidade e dos desejos dos adolescentes.

Suas respostas serão registradas em um gravador de uso pessoal do pesquisador. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos nomes dos entrevistados, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo garantido o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações da entrevista e transcrições) ficarão armazenados em local seguro (computador pessoal residencial), sob responsabilidade do pesquisador em sua casa situada no endereço Rua Doutor Virgínio Marques, 187 – Iputinga, Recife/PE, CEP: 50731-330, pelo período de mínimo 5 anos, após o término da pesquisa.

Nem você e nem seus pais ou responsáveis legais pagarão nada para você participar desta pesquisa, também não receberão nenhum pagamento para a sua participação, pois é voluntária. Se houver necessidade, as despesas (deslocamento e alimentação) para a sua participação e de seus pais serão assumidas ou ressarcidas pelo pesquisador. Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Este documento passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE que está no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Rafael de Paula Lima Ferreira

ASSENTIMENTO DO(DA) MENOR DE IDADE EM PARTICIPAR COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Das Opressões da Vida Cotidiana à Judicialização do Cuidado em Saúde Mental: Trajetórias de R-Existência” como voluntário (a). Fui informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, o que vai ser feito, assim como os possíveis riscos e benefícios que podem acontecer com a minha participação. Foi-me garantido que posso desistir de participar a qualquer momento, sem que eu ou meus pais/responsáveis precisem pagar nada.

Local e data _____

Assinatura do (da) menor : _____

Presenciamos a solicitação de assentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do/a voluntário/a em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado em Psicologia**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR DE 18 ANOS)

Solicitamos a sua autorização para convidar o menor que está sob sua responsabilidade legal, _____, para participar, como voluntário (a), da pesquisa “Das Opressões da Vida Cotidiana à Judicialização do Cuidado em Saúde Mental: Trajetórias de R-Existência”⁴⁶.

Esta pesquisa é da responsabilidade do pesquisador Rafael de Paula Lima Ferreira, Rua Doutor Virgínio Marques, 187 – Iputinga, Recife/PE, CEP: 50731-330, Telefone: (81) 988516814, E-mail: rafaelplf@hotmail.com e está sob orientação de Jaileila de Araújo Menezes, Telefone: 2126-8271, E-mail: secretariappgpsi@gmail.com

O/a Senhor/a será esclarecido (a) sobre qualquer dúvida a respeito da participação dele/a na pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e o/a Senhor/a concordar que o (a) menor faça parte do estudo, pedimos que rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias.

Uma via deste termo de consentimento lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. O/a Senhor/a estará livre para decidir que ele/a participe ou não desta pesquisa. Caso não aceite que ele/a participe, não haverá nenhum problema, pois impedir que o menor sob sua responsabilidade participe é um direito seu. Caso não concorde, não haverá penalização para ele/a, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

O menor que está sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: “Das Opressões da Vida Cotidiana à Judicialização do Cuidado em Saúde Mental: Trajetórias de R-Existência”, que poderá ser realizada em um dos seguintes endereços: Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) AD “X” localizado na Rua “Y”⁴⁷. A escolha de um dos endereços acontecerá levando em consideração aquilo que for mais cômodo para o (a) adolescente em questão que está sendo acompanhado (a) por ambas as instituições, a primeira para tratamento para o uso de drogas e a segundo em cumprimento de medida socioeducativa.

O objetivo da pesquisa é analisar os modos como adolescentes periféricos negros usuários de drogas percebem e experienciam suas vidas a partir do processo de judicialização do cuidado em Saúde Mental que vivenciam. Isso significa que a história de vida dele(a), suas experiências passadas e atuais, assim como as suas expectativas sobre o futuro serão consideradas muito importantes para compreendermos melhor a realidade do mundo em que vivemos e para pensarmos sobre as diferentes formas de lidar com a vida.

A pesquisa será realizada de forma individual e em formato de entrevista. Serão abordadas questões relacionadas à sua trajetória de vida até sua chegada ao CAPS, assim como sua atual experiência neste serviço. A entrevista será realizada em uma das salas de atendimento do CAPS ou

⁴⁶ Este era o primeiro título da pesquisa. Após a banca de defesa ele foi modificado para melhor se adequar ao resultado final da dissertação.

⁴⁷ O nome e o endereço do CAPS foram aqui omitidos para a preservação do sigilo.

do CASE, não sendo necessário que ele(a) se desloque para outros lugares. Poderá acontecer em mais de um encontro para evitar sobrecarga e cansaço, caso a entrevista se prolongue demais. Serão de um a quatro encontros no máximo. Vamos garantir a ele(a) o direito de interromper sua participação a qualquer momento sem prejuízo algum para nenhuma das partes, ou seja, para o voluntário(a) e para o pesquisador.

Os procedimentos adotados podem oferecer algum desconforto emocional decorrente dos conteúdos abordados na entrevista. Porém, este risco será reduzido, pois seus limites e restrições serão respeitados e qualquer desconforto será acolhido, considerando a formação do pesquisador em Psicologia. Ele(a) será tratado(a) com respeito e não será forçado a falar sobre nada que não queira. Como benefícios, a pesquisa irá estimular reflexões sobre lugar dele(a) de cidadão no mundo e o relato de suas experiências poderá ser utilizado para fortalecer os debates políticos sobre a necessidade de construção de ações mais próximas da realidade e dos desejos dos adolescentes.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a participação do/a voluntário (a). Os dados coletados nesta pesquisa (gravações das entrevistas e transcrições) ficarão armazenados em (computador pessoal residencial) sob a responsabilidade do pesquisador em sua casa no endereço Rua Doutor Virgínio Marques, 187 – Iputinga, Recife/PE, CEP: 50731-330, pelo período de mínimo 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada e nem receberá nenhum pagamento para ele(a) participar desta pesquisa, pois deve ser de forma voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação dele/a na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial. Se houver necessidade, as despesas para a participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento com transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – Prédio do CCS - 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepeccs@ufpe.br).**

Rafael de Paula Lima Ferreira

CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL PARA A PARTICIPAÇÃO DO/A VOLUNTÁRIO

Eu, _____,
CPF _____, abaixo assinado, responsável por _____,
autorizo a sua participação no estudo “Das Opressões da Vida Cotidiana à Judicialização do Cuidado em Saúde Mental: Trajetórias de R-Existência”, como voluntário(a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes da participação dele (a). Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de seu acompanhamento/ assistência/tratamento) para mim ou para o (a) menor em questão.

Local e data _____

Assinatura do (da) responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar. 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Impressão
Digital
(opcional)

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista

O sujeito e suas condições de Existência Psicossocial

- 1 - Quem é você?
- 2- Como era a sua vida antes de vir para o CAPS? Como era o seu dia-a-dia? O que você costumava fazer normalmente?
- 3- Você possui muitos amigos? O que você tem em comum com eles? O que gosta de fazer quando está com eles?
- 4- O que diferencia você e seus amigos das outras pessoas?
- 5- E a sua família? Como é? O que você acha dela?
- 6- Você está satisfeito com as condições de sua vida e de sua família? Passam ou já passaram por dificuldades na vida? Quais? O que gostaria que fosse diferente?
- 7- Você estuda? O que você pensa sobre a escola?
- 8- Como é o local onde você mora? O que você acha de lá? Você se sente parte dessa comunidade?
- 9- Quais locais mais gosta de frequentar no seu bairro? O que sente falta e gostaria que existisse no local onde mora?
- 10- Quais as principais dificuldades que as pessoas que vivem no seu bairro enfrentam no dia a dia?
- 11- Fora do seu bairro, que outros locais costuma frequentar? O que dificulta ou facilita o seu acesso a esses locais?
- 12- Existem locais que você gostaria de frequentar, mas não consegue ou não pode? Quais e por quê?
- 13- Você sente que já sofreu algum tipo de preconceito por causa da cor de sua pele? E por ser da periferia? Se sim, como foi?
- 14- Você acha que existe muito preconceito com as pessoas que são negras e periféricas? O que você já viu com outras pessoas além de você?
- 15- Você acha que suas experiências com sua família, seus amigos e com o local onde mora influenciaram a pessoa que você é? Como?

O sujeito e as drogas

- 16- Com relação à questão das drogas, como você percebe isso no seu dia-a-dia (na vida pessoal, entre amigos, familiares e no cotidiano do local em que mora)?

- 17- Como começou seu envolvimento com as drogas?
- 18- Como é pra sua família essa questão das drogas? E pra seus amigos?
- 19- Por que você acha que as pessoas usam drogas?
- 20- Como é sua relação com as drogas? Elas já te ajudaram em alguma coisa? E já te prejudicaram em algo?
- 21- Você acha que as drogas têm alguma função/importância em sua vida? Qual?
- 22- O que você acha das pessoas que usam drogas só de vez em quando? E quem usa bastante? Qual seria o seu caso?
- 23- Você conhece alguém que trabalha vendendo drogas? O que você acha das pessoas que vendem drogas? Por que você acha que as pessoas escolhem este trabalho?
- 24- Você acha que a sociedade associa adolescentes que são negros e moram na periferia ao uso de drogas? Como você percebe isso no seu dia a dia? Já foi proibido de entrar em algum lugar ou foi parado pela polícia sem motivos?
- 25- Quem mora na periferia tem mais chances de se envolver com as drogas do que os que moram nos bairros mais ricos da cidade? Dê sua opinião.
- 26- E quem usa drogas e mora na periferia tem mais chances de se envolver com a criminalidade do que os que moram nos bairros mais ricos da cidade? Dê sua opinião.
- 27- Porque alguns adolescentes da periferia acabam se envolvendo com as drogas e com o crime e outros não? O que você acha que poderia ser feito para reduzir a criminalidade entre adolescentes?
- 28- Você acha que as pessoas em geral pensam como você sobre essas questões?
- 29- O que sua realidade e sua história de vida lhe ensinaram?

O sujeito e o CAPS

- 30- Por que você está aqui no CAPS? Como foi sua chegada? O que achou da equipe?
- 31- Se pudesse escolher estaria frequentando o CAPS? Onde gostaria de estar? O que gostaria de estar fazendo?
- 32- Você é a favor que pessoas de sua idade passem pelo CAPS para trabalharem questões relacionadas ao uso de drogas? Por quê?
- 33- De quais atividades tem participado no CAPS? Como tem sido sua experiência aqui?
- 34- Você gosta de alguma coisa no CAPS? Quais? Por quê?
- 35- Do que você não gosta no CAPS? Por quê?
- 36- Do que sente falta no CAPS?
- 37- Estar no CAPS tem tido alguma utilidade para sua vida? Qual?

38- Quando você compara o CAPS com a instituição socioeducativa em que foi/está sendo acompanhado, você percebe semelhanças e diferenças? Quais?

39- Sua passagem pelo CAPS tem feito você refletir sobre sua vida?

40- Você acha que alguma coisa precisa mudar em sua vida? O que você acha que está ao seu alcance fazer e o que não está?

41- O que você quer para a sua vida? O que você espera que aconteça? O que vai ser mais difícil em sua opinião?

O sujeito e sua cidadania

42- O que você acha que a sociedade espera de você? E o que você espera da sociedade?

43- Como você acha que os políticos de nosso país têm tratado adolescentes e jovens como você e com histórias parecidas com a sua?

44- Você acha que existem muitas injustiças no Brasil? Quais delas afetam diretamente a sua vida?

45- Quais mudanças você acredita que poderiam acontecer na realidade a sua volta (na sua casa, no seu bairro, na sua cidade e no seu país)? Você acha que tem ou poderia ter alguma participação na construção de uma sociedade melhor? Como seria?

46- Quais os temas que mais lhe interessa quando pensa em nossa sociedade? Quais as notícias mais recentes que lhe chamaram atenção?

47- Você tem encontrado espaços para expressar opiniões e discutir sobre seus interesses no que diz respeito à sua vida, à sua cidade e ao seu país? Gostaria que existissem espaços para isso? Quais você sugere?

48- Você acha que o CAPS tem sido um espaço para você falar sobre esses assuntos? O que você teria a sugerir?

49- Gostaria de falar sobre mais algum assunto que não foi lhe perguntado?

APÊNDICE D – Caixa de Objetos



ANEXO A – Charges manuseadas pelos entrevistados

- Charges manuseadas por Ednaldo e citadas na Análise:

